

Departamento de História

Representação Cultural - Os Programas Culturais nas Visitas de Estado a
Portugal

Vanessa Alexandra Sérvolo de Abreu

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Empreendedorismo e Estudos da Cultura
Ramo de Gestão Cultural

Orientadora:

Doutora Maria João Vaz, Professora Auxiliar
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2016

AGRADECIMENTOS

Ao meu avô...

Por mais solitária que seja a elaboração de uma dissertação de mestrado, todos aqueles que nos ajudam, nos suportam e nos orientam acabam por fazer sem dúvida, parte desta etapa e também eles merecem o seu nome neste trabalho.

Em primeiro lugar quero agradecer à minha família, em especial para a minha mãe por estes 5 anos que finalmente chegaram ao fim, por nunca ter desistido de mim, e me ter apoiado durante este tempo para que eu conseguisse hoje desenvolver este trabalho.

Ao meu melhor amigo e namorado, por me ter amparado em todas as minhas quebras, e por ter acreditado em mim quando eu menos acreditava.

À Doutora Margarida Lages, por todo o apoio e orientação ao longo deste período.

A toda a equipa do Arquivo Histórico da Presidência da República, principalmente à Doutora Patrícia Diniz que tanto me ajudou nas minhas idas ao arquivo.

Ao Dr. José de Bouza Serrano, que me ajudou numa das fases mais importantes da minha dissertação, mostrando-se sempre disponível e disposto a prestar-me toda a ajuda que eu precisava. O meu muitíssimo obrigada.

À Doutora Rosa Lourenço, que tão gentilmente me criou uma lista de contactos relevantes para a minha dissertação.

Às duas pessoas tanto gostei de conhecer nesta etapa da minha vida, o meu companheiro de viagem, Eduardo e a minha companheira de biblioteca, Ana Teresa.

E por fim, a todos aqueles que direta ou indiretamente me foram ajudando por vezes sem saberem que o estavam a fazer, nem que fosse numa simples conversa fora do âmbito do meu trabalho.

A todos o meu muito obrigada.

RESUMO

Quando a temática se centra nas visitas de Estado, os principais aspetos que são realçados passam sempre pela política e pela economia. Mas por detrás de todas as reuniões de âmbito diplomático acerca desses assuntos, a cultura acaba sempre por desempenhar um papel embora menos central e evidente. Nas visitas de Estado a Portugal é invariavelmente cumprido um programa cultural, com visitas a organizações ou instituições de caráter cultural, ou até mesmo com a apresentação de individualidades do campo da cultura que pensa poderem servir de embaixadores da cultura portuguesa no Mundo.

Esta dissertação toma como objeto de análise o conjunto das visitas de Estado realizadas a Portugal no período compreendido entre 2001 e 2011, correspondendo ao segundo mandato do Presidente Jorge Sampaio e ao primeiro mandato do Presidente Aníbal Cavaco Silva. O objetivo é definir as principais características dos programas culturais que integraram estas visitas, procurando salientar os elementos que aí são privilegiados e, desta forma, determinar a imagem que se procura transmitir do país do ponto de vista cultural.

Sendo o Presidente da República a mais alta individualidade do país e o seu principal representante, os aspetos culturais que integram as visitas de Estado a Portugal podem ser considerados como aqueles que espelham a representação cultural que se procura transmitir do país.

Pretende-se com esta dissertação mostrar a importância atribuída à transmissão da cultura portuguesa nos momentos em que dois Chefes de Estado se encontram frente a frente, que constituem também momentos privilegiados de afirmação do que é construído como a cultura portuguesa.

Palavras-Chave: visitas de Estado, identidade cultural, diplomacia cultural, *soft power*

ABSTRACT

When the theme focuses on state visits, the main aspects that are highlighted always pass by politics and the economy. But behind all the diplomatic level meetings on these issues, culture always ends up playing a role although less central and obvious. In state visits to Portugal is invariably complete a cultural program with visits to organizations or cultural character institutions, or even the presentation of individualities in the cultural field who think they can serve as ambassadors of Portuguese culture in the world.

This paper takes as its object of analysis the set of state visits to Portugal in the period between 2001 and 2011, corresponding to the second term of President Jorge Sampaio and the first term of President Aníbal Cavaco Silva. The main goal is to define the characteristics of cultural programs that have integrated these visits, trying to highlight the elements that there are privileged and thus determine the image that seeks to convey the country from a cultural point of view.

Being the President of the Republic the highest individuality of the country and its main representative, the cultural aspects that are part of the state visits to Portugal can be considered as those that reflect the cultural representation that seeks to convey the country.

The aim with this thesis is show the importance attached to the transmission of Portuguese culture in moments when which two heads of state meet face to face, which also constitute privileged moments of affirmation of what is built as the Portuguese culture.

Keywords: state visits, cultural identity, cultural diplomacy, *soft power*

ÍNDICE

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	ii
Abstract.....	iii
Índice de Quadros.....	vi
Índice de Figuras.....	vii
Glossário de Siglas.....	viii

INTRODUÇÃO.....1

1. Objetivos e Problemática..... 1
2. Literatura, Metodologia e Fontes.....2

CAPÍTULO I – CONCEITOS OPERATIVOS.....6

1. Cultura.....6
2. Identidade Cultural.....9
 - 2.1. Identidade Cultural portuguesa..... 11
 - 2.2. Representação cultural e criação de significado.....13
3. Diplomacia cultural.....16
 - 3.1. Cultura como um *soft power*.....17
 - 3.2. Acordos culturais bilaterais.....23
4. Protocolo de Estado.....25
 - 4.1. Visita de Estado / Visita Oficial.....26

CAPÍTULO II – AS RELAÇÕES CULTURAIS EXTERNAS PORTUGUESAS.....30

1. Portugal e a União Europeia.....33
2. Portugal e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa.....35
3. Cultura portuguesa no Mundo.....38

CAPÍTULO III – AS VISITAS DE ESTADO A PORTUGAL.....41

1. O programa cultural nas visitas de Estado realizadas a Portugal (2001 – 2011).....41
 - 1.1. Quem visita.....47
 - 1.2. Justificação da visita.....48

1.3. Vertente cultural nos programas das visitas.....	50
1.3.1. Locais visitados.....	53
1.3.2. Agentes da área da cultura.....	58
1.3.3. Espetáculos assistidos.....	60
1.3.4. Outras atividades culturais.....	62
2. Dinâmicas nos programas culturais das visitas de Estado.....	66
3. Relações Culturais e manifestações culturais nos programas das visitas.....	68
3.1. O caso dos países da CPLP.....	69
3.2. O Papa Bento XVI.....	70
CONCLUSÃO.....	73
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	77
1. Fontes.....	77
1.1. Fontes de Arquivo.....	78
1.2. Fontes Orais.....	80
1.3. Outras Fontes.....	80
2. Bibliografia.....	81

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1. Distinção entre visita de Estado e visita oficial nas visitas realizadas a Portugal, 2001-2011	28
Quadro 3.1. Listagem dos Chefes de Estado que visitam e Presidente da República portugueses que recebem, ordenados por data e continente	41
Quadro 3.2. Vertente cultural dos programas das visitas em valores totais, por mandato, 2001-2011	51
Quadro 3.3. Número de visitas oficiais e visitas de Estado, por mandato, 2001-2011.....	66
Quadro 3.4. Número de visitas de países da CPLP em relação ao total de visitas, 2001-2011.....	69

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1. “Circuito cultural” proposto por Paul du Gay	14
Figura 3.1. Chefes de Estado visitantes por continente – valores totais	43
Figura 3.2. Visitas de Estado a Portugal, por continente, 2001-2011 (%)	43
Figura 3.3. Visitas realizadas a Portugal, por país de origem, 2001-2011	45
Figura 3.4. Visitas realizadas a Portugal, por organização, 2001-2011 (%).....	46
Figura 3.5. Visitas realizadas a Portugal, por ano e Presidente da República, 2001-2011.....	47
Figura 3.6. Locais mais visitados nas visitas realizadas a Portugal, por mandato, 2001-2011.....	54
Figura 3.7. Agentes da cultura apresentados, por mandato, 2001-2011.....	60
Figura 3.8. Espetáculos assistidos por Chefes de Estado visitantes, por mandato, 2001-2011.....	61
Figura 3.9. Outras atividades desenvolvidas nas visitas realizadas a Portugal, por mandato, 2001-2011.....	63

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

Camões, I.P. – Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

UE – União Europeia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

INTRODUÇÃO

1. Objetivos e Problemática

Numa época em que a cultura, nas suas mais variadas e dispersas manifestações, tem ganho cada vez uma maior importância enquanto objeto de estudo com um vasto conjunto bibliográfico, de artigos e estudos em torno da área, a cultura emerge igualmente como um aspeto fundamental do relacionamento entre Estados e como elemento de afirmação de um país. A identidade cultural de um Estado ou de uma região é um elemento central para a afirmação de marcas de distinção num mundo cada vez mais globalizado.

A importância de possuir uma identidade cultural própria e reconhecida foi adquirindo cada vez maior relevância e tornando-se um fator relevante no campo diplomático no sentido de afirmação de um Estado na esfera global.

Integrando uma organização já muito alargada como a União Europeia (UE), sendo um dos países fundadores da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), detentor de séculos e séculos de História de relacionamento com outros países e povos, Portugal confronta-se com a existência de uma definição dos traços dados como base da sua própria identidade cultural enquanto Estado-Nação.

A presente dissertação de mestrado tem como objetivo geral contribuir para o conhecimento da representação cultural de Portugal no âmbito das relações externas que o país desenvolve com outros Estados, com o conjunto de Estados que são parceiros das organizações que integra, como a UE e a CPLP, e com a generalidade dos Estados do Mundo. Nesse sentido, decidimos analisar os programas das visitas de Estado realizadas a Portugal, ou seja, as que foram realizadas por Chefes de Estado, focando a atenção nas atividades culturais que integram esses programas.

Ao refletirmos sobre esta temática foram surgindo variadas questões às quais procuraremos dar resposta para que o objetivo pretendido seja alcançado. Desta forma interrogamo-nos sobre a importância e papel ocupado pelas manifestações culturais nos programas das visitas de Estado realizadas a Portugal? Que aspetos culturais se privilegiam para serem transmitidos nestes momentos? Quais e o porquê dessas escolhas? Que alterações se deram nos programas das visitas de Estado entre 2001 e 2011?

Foi definido para a realização deste trabalho um período cronológico de 10 anos, mais concretamente entre 2001 e 2011, correspondendo ao segundo mandato do Presidente Jorge Sampaio (2001-2006) e ao primeiro mandato do Presidente Aníbal Cavaco Silva (2006-2011). Para este período procuramos delimitar a importância dada às atividades de âmbito cultural nos programas das visitas de Estado realizadas a Portugal, procedendo à sua caracterização e definir as permanências e alterações que ao longo de dez anos, percorrendo duas diferentes personalidades na Presidência da República Portuguesa poderão ter existido.

2. Literatura, Metodologia e Fontes

Para que melhor se compreenda o caminho escolhido e a análise realizada começaremos por definir os principais conceitos utilizados. Em traços muito gerais delimitaremos o que nos estamos a referir quando falamos de *cultura*, *identidade cultural*, *representação cultural*, *diplomacia cultural*, *soft power*, *acordos culturais bilaterais*, *Protocolo de Estado* e *visita de Estado / visita oficial*. Trata-se assim apenas de realizar uma definição operativa de conceitos tendo em conta a sua utilização nesta dissertação.

Para a definição destes conceitos foram utilizados autores das várias ciências sociais, tais como o sociólogo Denys Cuhe, o antropólogo social Adam Kuper, o teórico cultural Stuart Hall, o sociólogo Anthony Giddens, a teórica cultural Maria Bettencourt Pires, o antropólogo Ulf Hannerz, o historiador José Mattoso, o filósofo Eduardo Lourenço, e o cientista político Joseph Nye. Completaremos a abordagem ouvindo também as ideias de participantes nos acontecimentos que analisamos, como o diplomata Armando Marques Guedes e o diplomata José de Bouza Serrano, que ao estarem relacionados com a realidade portuguesa no campo diplomático e de relações externas, apresentaram ideias bastante relevantes a este trabalho.

Num estudo sobre relações culturais externas portuguesas, estas serão vistas na perspetiva de um membro da UE e da CPLP, uma organização com a qual Portugal tem claramente uma ligação especialmente forte. Referimos também de forma breve a forma como a cultura e principalmente a língua portuguesa se encontram espalhadas pelo Mundo e a criação de programas de apoio à expansão do português a nível internacional.

A técnica de investigação maioritariamente utilizada para a realização da parte mais empírica deste trabalho prende-se com a análise dos programas das visitas de Estado realizadas a Portugal entre 2001 e 2011, presentes no Arquivo Histórico da Presidência da República.

Foram analisados 49 programas, sendo que apenas 45 se mostraram relevantes para a realização deste trabalho, por se tratarem de programas de visitas de Estado/visitas oficiais. Os restantes 4 ou não eram de visita de Chefe de Estado, ou tratava-se de uma visita de trabalho. Para realizar este estudo foi criada uma grelha de análise de forma a serem apontados as atividades culturais definidas nos programas das visitas de estado. A grelha inicial serviu para caracterizar de forma geral a visita, contemplando os campos referentes a: data da visita; país visitante; nome do visitante; razões da visita; locais visitados (divididos entre as cidades de Lisboa, Porto e outras); pessoas apresentadas; espetáculos assistidos; presentes oferecidos; e outras atividades ou elementos culturais desenvolvidos e conhecidos.

Para a interpretação e melhor compreensão dos resultados, decidimos proceder à realização de entrevistas e conversas informais, com pessoas que tiveram uma intervenção mais direta na definição dos programas das visitas de Estado que compõem a base da nossa análise. O Dr. José de Bouza Serrano, chefe do Protocolo de Estado, entre 2008 e 2011; o Dr. José Manuel dos Santos, assessor dos Assuntos Culturais do Presidente Jorge Sampaio, entre 1996 e 2006; a Dra. Rosa Lourenço, ex-jurista na Presidência do Conselho de Ministros, entre 2005 e 2010; o Dr. José Manuel Araújo, antigo diretor das Relações Internacionais e Protocolo da Assembleia da República; e o Dr. Diogo Pires Aurélio, assessor dos assuntos culturais do Presidente Cavaco Silva. Foram recolhidas informações relevantes para a realização deste trabalho em conversa via telefone com o Professor Dr. José de Bouza Serrano, por este se encontrar em Haia, na Holanda, em ação diplomática, e com o Dr. José Manuel dos Santos, conversa também realizada via telefone, por não existir possibilidade por parte do próprio para uma entrevista presencial. Foram desenvolvidos contatos tidos como importantes pela Dra. Rosa Lourenço, em reunião realizada no dia 16 de Junho de 2016, contudo apesar de bastante relevantes estes contatos acabaram por não conseguir fornecer qualquer informação adicional para este trabalho. Com os últimos dois elementos aqui referido foram mantidas conversas informais via email, mas nunca chegaram a ser entrevistados, por impossibilidade de agenda dos próprios.

A literatura de caráter científico e académico em torno da temática das atividades de âmbito cultural inserida nas visitas de Estado é escassa. Apenas foi encontrado um estudo acerca do mesmo, tratando-se de uma Tese de Pós-Graduação em Comunicação Organizacional e Relações Públicas, realizada na Universidade Jyväskylä, na Finlândia, em 1999, por Johanna Catani, cujo tema é “State Visits as a form of Intercultural Communication”. Este trabalho centra-se na conceção de visita de Estado utilizadas como forma de comunicação intercultural

entre os vários países, olhando para estas como uma forma de promover a imagem de um país, influenciando a opinião pública e a elite através da promoção dos seus valores, ideais, políticas e manifestações culturais. Para tal a autora realizou um estudo de caso de base qualitativa, através da concretização de 16 entrevistas presenciais, a embaixadores, chefe do protocolo e oficiais do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). Nestas entrevistas as questões centrais passaram por inquirir o propósito da realização de visitas de Estado, os aspetos mais relevantes em termos de comunicação verbal e não-verbal transmitidas nestas visitas, as ferramentas utilizadas para que seja favorecida uma forte comunicação entre os elementos dos dois países e a possível forma de se medir o sucesso de uma visita de Estado.

Como base de sustentação dos resultados obtidos foi feita posteriormente uma análise teórica às visitas de Estado, consideradas como uma forma de atividade diplomática, centrando-se parcialmente no caso finlandês de criação de uma visita de Estado, no programa de uma visita, nas cerimónias desenvolvidas e ação do Protocolo, o papel dos *media* nestas situações e o pós-visita. É definido o conceito de relações públicas e a sua utilização nas visitas de Estado, como forma de marketing e promoção do país e da sua cultura, com a transmissão dos acontecimentos através dos *media*, conseguindo ainda a mobilização da opinião pública através de uma estratégia para tal propositadamente criada. Além disso, é definido o conceito de *comunicação intercultural*, seja esta verbal ou não-verbal e os entraves que lhe são colocados. Na análise dos dados empíricos são-nos apresentadas as variantes em estudo nas entrevistas realizadas e os resultados obtidos.

Johanna Catani interpretou uma visita de Estado como “um evento, tentando encontrar vários aspetos de prática diplomática, comunicação intercultural e relações públicas”¹. No nosso caso, iremos centrar-nos nas visitas de Estado procurando nelas vislumbrar a forma como é realizada a representação da cultura portuguesa, tendo como pressuposto a existência de uma identidade cultural que é construída e sustenta a representação que dela se procura fazer, através do primeiro representante do Estado português, o Presidente da República.

Sobre a questão circunscrita das visitas de Estado escasseiam os estudos. Contudo, foram ainda de grande utilidade ensaios, artigos e estudos que, ao abordarem a questão da identidade

¹ Catani, Johanna (1999), *State Visits as a form of Intercultural Communication*, Tese de Pós-Graduação em Comunicação Organizacional e Relações Públicas, Universidade de Jyväskylä, Finlândia, p. 71 in <https://jyx.jyu.fi/dspace/handle/123456789/12927> visualizado a 2 de Setembro de 2016 pelas 21h.

cultural portuguesa, a diplomacia cultural e as relações externas portuguesas forneceram informação muito útil à análise que procuramos concretizar.

Este trabalho encontra-se dividido em 3 capítulos. O primeiro irá centrar-se nos conceitos operativos aqui desenvolvidos, tais como, cultura, identidade cultural, representação cultural e criação de significado, diplomacia cultural, *soft power*, acordos culturais bilaterais, protocolo de Estado e visita de Estado/ visita oficial. Servindo estes de apoio à análise dos capítulos seguintes.

O segundo capítulo pretende muito sucintamente apresentar as relações externas portuguesas, mais concretamente com a UE, os países da CPLP e o resto do Mundo, sendo aqui faladas as relações com a China e com países da América Latina. Esta separação foi feita de forma a percebermos as relações de Portugal com países da UE, tendo sido estes os que mais visitaram o país no período em estudo, com os CPLP por se tratar de uma organização de relevo para Portugal, dada a sua componente de funcionalidade, e por fim a China e países como a Venezuela e o Chile por serem os que também integram a lista de visitantes entre 2001 e 2011.

O terceiro e último capítulo apresenta a análise dos dados recolhidos nos programas das visitas de Estado consultados, por vezes com o auxílio da quantificação dos dados. Esperamos que o caminho percorrido permita apresentar traços caracterizadores dos programas culturais que integraram as visitas de Estado a Portugal.

CAPÍTULO I – CONCEITOS OPERATIVOS

1. Cultura

O termo *cultura* é central na civilização europeia a primeira a colocar a problemática da existência de uma cultura associada a uma sociedade, e a importância da sua definição. A separação entre o mundo Ocidental e o mundo Oriental começou a ser feita através da definição daquilo que era a cultura originária do Ocidente, atribuindo-lhe diferenças perante a cultura típica do Oriente.

Em França, no Iluminismo a importância de criar uma definição para o termo cultura afirmou-se, entrando este para o *Dictionnaire de l'Académie Française*, no século XVIII, estando sempre acompanhado de um outro termo que o determinava como “cultura das artes”, “cultura das letras” ou “cultura das ciências”². Indo progressivamente alterando a sua conotação ao longo do tempo, chegando a definir-se como a “soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade”³, sendo algo próprio do Homem, sem que existisse uma distinção entre povos e classes. Definição que veio mais tarde a alterar-se, passando a “um conjunto de caracteres próprios de uma comunidade, mas num sentido lato e vago”, estando na base, como por exemplo, da utilização da expressão *cultura da humanidade*⁴.

Opondo-se a esta conceção do termo, a Alemanha acabou por criar um debate franco-alemão, no qual os intelectuais alemães opõem cultura a civilização, admitindo que ao seguir os valores franceses, a aristocracia alemã, mesmo acreditando que fazia parte de uma civilização, acabaria por se tornar despromovida de cultura, não sendo apoiante das artes e da literatura. Propõe a definição de que a cultura é “um conjunto de características artísticas, intelectuais e morais que constituem o património de uma nação, considerado como adquirido definitivamente e fundador de sua unidade”⁵.

O debate franco-alemão parte assim da distinção de cultura, de um lado virada para a nação, e de outro para a civilização, sendo defendido o particularismo por parte dos alemães e o universalismo pelos franceses, criando no presente duas maneiras de definir o conceito de *cultura* no panorama das ciências sociais.

² Cuche, Denys (1999), *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*, Lisboa, Edições Fim de Século, p. 31.

³ Cuche, Denys (1999), *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*, p. 32.

⁴ Cuche, Denys (1999), *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*, p. 37.

⁵ Cuche, Denys (1999), *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*, p. 28.

O termo *cultura* é então marcado pela dificuldade de ser definido, revelando-se um conceito “aberto”, encontrando-se relacionado com as várias ciências sociais, dando origem a acesos debates ao longo de toda a contemporaneidade em volta do mesmo.

O sociólogo Stuart Hall, ciente desta dificuldade de conceitualização, afirma claramente que se trata de “um dos mais difíceis conceitos das ciências sociais e humanas e existem muitas formas diferentes de o definir”⁶, admitindo que durante muitos anos o debate acerca deste conceito passou pela distinção entre alta cultura e cultura popular, no qual a primeira era apresentada como uma cultura forte e a segunda como uma cultura mais fraca. Aspeto denunciado igualmente por Anthony Giddens ao afirmar que a utilização da palavra *cultura* no quotidiano dos indivíduos se encontra sempre associada “às «coisas mais elevadas do espírito»”, como a arte, a literatura, a música e a pintura, ou seja, a algo ligado a uma cultura mais erudita e, por isso mesmo, às elites⁷.

Giddens acredita que a cultura “consiste nos valores de um dado grupo de pessoas, nas normas que seguem e nos bens materiais que criam”⁸, ou seja, um conjunto de valores partilhados por um grupo de indivíduos que mantêm relações sociais, segundo princípios definidos por esse mesmo grupo, bem como tudo o que produzem, “preservando a cultura tanto na forma de conhecimento como, nas descobertas científicas, nas obras de arte e nas tradições (feriados), etc.”⁹.

Coloca-se então a questão da partilha de valores e a criação e partilha de significado dentro de uma determinada sociedade.

Esta problemática começou a ganhar vários apoiantes como Adam Kuper e de Stuart Hall que defendem que cultura “é essencialmente uma questão de ideias e valores”, podendo ser algo simbólico que varia de cultura para cultura¹⁰. O facto de existirem dentro da definição de cultura vários significados, interpretações e representações para o mesmo termo, acabou por fazer com que esta passasse igualmente a remeter para “sentimentos, ligações e emoções, assim como conceitos e ideias”, ou seja, os indivíduos de uma mesma sociedade começam a partilhar o

⁶ Hall, Stuart (1997), *Representation – Cultural Representations and Signifying Practices*, Londres, Sage Publicações, The Open University, p. 2.

⁷ Giddens, Anthony (1997), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 47.

⁸ Giddens, Anthony (1997), *Sociologia*, p.46.

⁹ Pires, Maria Laura Bettencourt (2006), *Teorias da Cultura*, Lisboa, Universidade Católica Editora, p. 38.

¹⁰ Kuper, Adam (1999), *Culture – The Anthropologists Account*, Massachusetts, EUA, Harvard University Press, p. 227.

mesmo “código cultural”, tendo em comum elementos que os fazem olhar e interpretar o Mundo de forma semelhante¹¹.

A ideia da existência de um “código cultural” advém da impossibilidade de criação de um conceito exato, pois tal como refere Maria Bettencourt Pires, “todas as gerações vão adicionando novos objetos, ideias e significados ao conceito inicial”¹². Cultura passa então pelos “componentes simbólicos e aprendidos do comportamento humano, tais como, a língua, a religião, os hábitos de vida, e as convenções”, tratando-se por isso do nosso desenvolvimento intelectual enquanto humanos¹³. A forma como utilizamos depois esses elementos simbólicos, seja na língua, ou até na arte, faz como que existam então variações entre as várias culturas existentes.

De igual forma, o antropólogo sueco Ulf Hannerz, admite que “a cultura reside num conjunto de formas significativas públicas, que muitas vezes podem ser vistas ou ouvidas, ou algumas que são um pouco menos frequentes, conhecidas através do toque, cheiro ou gosto, se não através de alguma combinação de sentidos”¹⁴, que adquirem significado devido ao facto de a mente humana as conseguir interpretar. Essa interpretação que é depois partilhada por um conjunto de indivíduos e a criação de significado perante essa interpretação de forma simbólica é que forma o que podemos intitular de *cultura*.

Na perspetiva do sociólogo Nick Stevenson, “o termo *cultura* é normalmente associado a uma mistura de instituições públicas e privadas incluindo museus, bibliotecas, escolas, cinemas e a os *media*, ao mesmo tempo que mais especificamente está relacionado com a dialógica da produção de significado e a estética através de uma variedade de práticas”¹⁵. A *cultura* encontra-se assim ligada ao modo de vida dos indivíduos dentro de uma determinada sociedade, sendo por isso, “o modo de vida de um povo ou de um grupo durante um período específico, incluindo crenças, regras de comportamento, língua, rituais, arte, tecnologia, estilos de vestuário, modos de produzir e cozinhar alimentos, religião, sistemas económicos e políticos”¹⁶. Os símbolos criados em volta das ações dos indivíduos não são algo fixo e inalterável, muito

¹¹ Hall, Stuart (1997), *Representation – Cultural Representations and Signifying Practices*, p. 2.

¹² Pires, Maria Laura Bettencourt (2006), *Teorias da Cultura*, p. 37.

¹³ Pires, Maria Laura Bettencourt (2006), *Teorias da Cultura*, p. 35.

¹⁴ Hannerz, Ulf (1992), *Cultural complexity: studies in the social organization of meaning*, Nova Iorque, Columbia University Press, p. 3.

¹⁵ Stevenson, Nick (2001), “Culture and Citizenship: An Introduction” in Stevenson, Nick (ed.), *Culture & Citizenship*, Politics and culture: a theory, culture & society series, Londres, Sage Publications, p. 1.

¹⁶ Pires, Maria Laura Bettencourt (2006), *Teorias da Cultura*, Lisboa, Universidade Católica Editora, p. 46.

pelo contrário, desenham uma “estrutura continuamente constituída por significados criados pela família, pela comunidade e pelo trabalho”¹⁷.

Mas é imprescindível perceber que a *cultura* não subsiste sozinha, sendo que na opinião de Manuel Maria Carrilho, a *cultura* “é a base de identidade de um povo”¹⁸. A existência de *cultura* torna possível a identificação dos indivíduos para com um certo lugar que, apesar de toda a globalização existente na nossa atualidade, se deve manter não de forma inalterável mas participando numa construção identitária nacional e internacional. Mas de que se trata o conceito de identidade?

2. Identidade Cultural

Os conceitos de *cultura* e de *identidade* encontram-se intimamente ligados remetendo diretamente um para o outro, mas, tal como aponta Denys Cuche, os dois conceitos não podem ser confundidos, pois “no limite a cultura pode existir sem consciência identitária, ao passo que as estratégias identitárias podem manipular e inclusivamente modificar uma cultura que deixará de ter grande coisa em comum com o que antes era”¹⁹. A *cultura* parte dos nossos processos inconscientes, não sendo algo planeado, ao passo que a *identidade* encontra-se ligada ao sentimento de pertença em relação a uma determinada *cultura*, através de registos simbólicos.

Manuel Ferreira Patrício partilha desta mesma ideia afirmando que a “identidade cultural nasce, desenvolve-se e forma-se num meio cultural”²⁰, ou seja, a identidade é como uma atmosfera onde é visível a vida cultural de uma determinada comunidade social. Tal não significa que, como aponta António Gonçalves, a identidade seja algo totalmente imutável, pois existem sempre “processos de identificação em curso” que “constituem uma sucessão de configurações e representações que, de época para época, dão corpo e vida a tais identidades”²¹.

¹⁷ Pires, Maria Laura Bettencourt (2006), *Teorias da Cultura*, p. 46.

¹⁸ Carrilho, Manuel Maria (1999), *Hipóteses de Cultura*, Lisboa, Editorial Presença, p. 16.

¹⁹ Cuche, Denys (1999), Cuche, Denys (1999), *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*, p. 136.

²⁰ Patrício, Manuel Ferreira (2008), “A identidade nacional num Mundo Intercultural” in *Desafios à Identidade*, Coleções Portugal: Percursos de Interculturalidade, Volume IV, Lisboa, Ed. ACIDI/CEPCEP, p. 429.

²¹ Gonçalves, António Custódio (2000), “Gestão Política das identidades culturais: desafios à democratização”, *Revista Africana Studia*, Número 3, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, p. 12.

Para além de ser algo que se pode modificar ao longo do tempo, Hobsbawm esclarece que a identidade cultural não é algo que liga vários elementos de um grupo por pertencerem à mesma Nação, mas sim ao sentimento de pertença a uma cultura que lhes é comum²².

Na perspetiva do construtivismo social, a partilha de conhecimento é um aspeto fundamental para a criação de uma identidade, produzindo normas que criam significado para os indivíduos, formulando-lhes um guia de comportamento social.

O conceito de identidade é dos aspetos principais desta vertente ideológica, apoiando que a identidade “nos dá interesses e esses interesses dizem-nos algo acerca de como os indivíduos agem/comportam e os objetivos que perseguem”²³, estando estes sempre associados a uma certa sociedade, explicando as suas ações.

Ao mesmo tempo que podemos afirmar existir a criação e construção da identidade, esta também se pode extinguir ou desconstruir, considerado por Eduardo Lourenço como uma perda/crise de identidade.

Mas quem se deve preocupar com a preservação da identidade cultural? Com a formação dos Estados-Nação modernos, principalmente no panorama europeu, a identidade acabou por se tornar aquilo a que podemos chamar um “problema” do Estado, tendo-se este tornado o seu gestor.

Citando Alfred Adler, Christine Agius afirma que “a identidade, os interesses e o comportamento dos agentes políticos são construídos socialmente através do significado coletivo, interpretações e suposições acerca do mundo”²⁴. Países como Inglaterra e os Estados Unidos partilham ideias, crenças e uma identidade democrata liberal, possuindo uma relação histórica, que segundo o primeiro-ministro inglês, entre 1997 e 2007, Tony Blair, se criou sobre a “partilha da mesma língua e principalmente com a partilha de valores”²⁵ entre as duas nações.

Dando o exemplo da língua como elemento cultural bastante poderoso, “a eficácia do poder político resulta em boa parte de as suas práticas administrativas serem veiculadas por meio de uma determinada norma linguística, o que garante necessariamente a sua difusão”²⁶. José

²² Hobsbawm, Eric (1998), *A questão do Nacionalismo - Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito, realidade*, Lisboa, Editora Terramar, p. 12.

²³ Agius, Christine (2009), “Social Constructivism” in Collins, Alan, *Contemporary Security Studies*, Oxford, Oxford University Press, p.50.

²⁴ Agius, Christine (2009), “Social Constructivism”, p. 53.

²⁵ Agius, Christine (2009), “Social Constructivism”, p. 53.

²⁶ Mattoso, José (1998), *A Identidade Nacional*, Cadernos Democráticos, Fundação Mário Soares, Lisboa, Edições Gradiva, p. 8.

Mattoso apresenta-nos o exemplo do português e do galego. Sendo a mesma língua, a autonomia política e a definição de fronteiras desde 1297, trouxe uma separação por razões políticas destas duas partes. A língua portuguesa acabou por motivos políticos por avançar autonomamente e o galego, por iguais motivos, por ser “assimilado” pelo castelhano.

A língua portuguesa, parte essencial da cultura portuguesa, é segundo Mattoso “uma criação do Estado”, sendo por isso impossível a criação de uma Nação sem a existência de um Estado por detrás, mas é possível a existência de uma comunidade cultural sem que esta tenha o suporte de um Estado:

“A base de autonomia nacional é a existência de um poder constituído num território determinado, ao passo que a base da comunidade cultural resulta da adoção das mesmas categorias de interpretação do mundo, do mesmo sistema de valores e das mesmas práticas culturais; ora estas não têm fronteiras definidas; além disso só por si não resultam de nenhuma imposição política; finalmente não supõem nenhum centro difusor único”²⁷.

Desta forma, a língua acaba por ser um alicerce da política portuguesa, utilizada como forma de identidade perante a Nação. O ponto de ligação entre os Estados e as áreas culturais resultam, na perspetiva do autor, de ideologias totalitárias nas quais o salazarismo em Portugal acabou por se inspirar, atribuindo larga importância à cultura popular.

Tendo já entendido a utilização da língua portuguesa como um elemento fundamental para a criação de uma identidade cultural portuguesa, vejamos agora mais a fundo o conceito de identidade cultural aqui definido na perspetiva portuguesa.

2.1. Identidade cultural portuguesa

Olhando para o caso português, “Portugal não parece exemplo particularmente interessante do fenómeno”²⁸, de perda de identidade, não existindo uma falta de sentimento de pertença para com a cultura portuguesa, mas sim aquilo a que Eduardo Lourenço intitula de hiperidentidade. O país sofre então de uma ligação ao passado da qual não se consegue largar, daqueles que são

²⁷ Mattoso, José (1998), *A Identidade Nacional*, p. 9.

²⁸ Lourenço, Eduardo (1994), *Nós e a Europa ou as duas razões*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 10.

tidos como os seus tempos de glória, quando se deu a Expansão marítima portuguesa iniciada no século XV.

Seria de esperar que a independência das colónias portuguesas, principalmente em África, representassem “um traumatismo da imagem nacional”²⁹, mas tal não aconteceu. Criando um espaço de relacionamento, substituindo a dominação perante os povos, por uma ligação “que ficou a unir, no seu respeito mútuo, as civilizações e culturas da Europa e da África”³⁰.

Portugal possui um espaço-tempo próprio “homogeneizado pela língua, pela história, pela cultura, pela religião enquanto “habitus” sociológico, pela sua própria marginalização no contexto europeu”³¹, encontrando-se ainda hoje bastante ligada ao passado. Não existe o perigo de se perder a identidade cultural portuguesa, mas para Eduardo Lourenço o perigo reside na possibilidade se que confunda esta sua particularidade com a universalidade, que desenvolveu no diálogo com outras civilizações.

Os portugueses conseguiram uma miscigenação não só racial como cultural, tendo experiências com outros povos bastante diferenciadas entre si. Ao chegarem a territórios de todas as partes do Mundo, espalharam as suas experiências. Constituindo os portugueses, segundo Eduardo Lourenço, sociedades multirraciais e multiculturais, incorporando na cultura portuguesa costumes, valores e questões linguísticas que, ao nos afastarmos fisicamente da Europa o acabaríamos por fazer mentalmente. A “abertura” da mente dos portugueses na sua relação com outros povos, acabou por colocar em dúvida, “a superioridade de certos valores ocidentais”³².

Indo um pouco contra aquilo que nos diz Eduardo Lourenço na ideia que Portugal não sofreu nem sofreu de perda de identidade, José Augusto Seabra apresenta-nos a sua perspectiva na qual defende que existiram momentos que acabaram por abalar e tornar necessária uma reafirmação da identidade cultural portuguesa, sendo eles: a enorme explosão migratória nos anos 60-70 para lá da Península Ibérica; a entrada na Comunidade Económica Europeia em 1985; e a tomada de posse em Portugal por uma estrutura democrática em 1974 que causou uma certa insegurança em relação ao destino do país.

Também Fernando Torres Moreira acredita que

²⁹ Lourenço, Eduardo (1994), *Nós e a Europa ou as duas razões*, p. 12.

³⁰ Seabra, José Augusto (1990), “A identidade cultural portuguesa – Um personalismo universalista”, *Revista Nação e Defesa*, Ano XV, Número 53, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, p. 90.

³¹ Lourenço, Eduardo (1994), *Nós e a Europa ou as duas razões*, p. 13.

³² Seabra, José Augusto (1990), “A identidade cultural portuguesa – Um personalismo universalista”, p. 94.

“enquanto país periférico, travamos uma luta contra o centralismo cultural da União Europeia; enquanto povo com uma identidade própria ancorada numa memória histórica profunda batemo-nos contra a massificação cultural do globo e a desmemória que uma tecnocracia dominante nos quer impor de modo estandardizado”³³.

Segundo José Augusto Seabra, desde cedo Portugal tornou-se uma nação com uma cultura universalista, de raiz francesa na criação com conceito de cultura, que acabou por se tornar parte da própria identidade cultural portuguesa, possuindo uma cultura pluricontinental. Esta característica é fundamental na definição da identidade cultural portuguesa, é certo que com certas alterações nos dias de hoje face à época colonial³⁴.

É por detrás da representação cultural e a criação de significado perante um certo produto cultural que se dá a criação da identidade cultural. Vejamos do que se trata a representação cultural e a criação de significado derivado desta representação.

2.2. Representação cultural e criação de significado

Conceito desenvolvido por Stuart Hall, a representação cultural tornou-se um dos pontos essenciais da cultura, apresentando-se como “uma das práticas centrais da produção cultural e o ‘momento’ chave daquilo a que podemos chamar de ‘circuito cultural’”, criado por Paul du Gay³⁵, que consiste na criação de um produto cultural através da interação entre processos de identidade, representação, produção, consumo e regulação face a esse produto.

³³ Moreira, Fernando Torres (2006), “Identidade Cultural Portuguesa: espaço de autonomia e diversidade”, *Revista de Letras*, Número 5, in <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/zips/moreira2.rtf>, consultado a 23 de Fevereiro de 2016 pelas 15h30, p. 4.

³⁴ Seabra, José Augusto (1990), “A identidade cultural portuguesa – Um personalismo universalista, p. 95.

³⁵ Hall, Stuart (1997), *Representation – Cultural Representations and Signifying Practices*, Sage Publicações, The Open University, Londres, p. 1.



Figura 1.1. ‘Circuito Cultural’ proposto por Paul du Gay.

Fonte: Hall (1997), *Representation – Cultural Representations and Signifying Practices*, p. 1.

Mas a que se refere a *representação cultural*? Stuart Hall afirma que a cultura é uma partilha de significados, dando o exemplo da língua, sendo esta um sistema de representação no qual são utilizados sinais e símbolos, que acabam por remeter para uma determinada cultura.

Na perspetiva de Kathryn Woodward, a representação cultural encontra-se bastante ligada a questões de identidade e conhecimento, sendo que sem a existência de sistemas de representação não seria possível cada indivíduo assumir uma identidade ou até mesmo rejeitá-la, não existindo cultura. Esta representa então uma parte essencial do processo de criação de significado e as trocas existentes entre os vários membros de um determinado grupo cultural.

Kathryn Woodward afirma que “a representação inclui práticas de significação e sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos”³⁶, sendo que Stuart Hall afirma que é possível distinguirmos dois tipos de sistemas de representação na cultura: o sistema pelo qual vários tipos de objetos, pessoas e eventos estão relacionados por um conjunto de conceções ou representações mentais que existem na cabeça dos indivíduos; e a linguagem que envolve todo o processo de construção de significado³⁷.

O significado atribuído a um determinado aspeto cultural “depende da relação entre as coisas no Mundo – pessoas, objetos e eventos, reais ou fictícios – e um sistema conceptual, que pode operar como representação mental das mesmas”³⁸. Sendo que os vários indivíduos interpretam

³⁶ Woodward, Kathryn, (2005) “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual” in Silva, Tomaz Tadeu da (org.), *Identidade e Diferença: A perspetiva dos Estudos Culturais*, Rio de Janeiro, Editora Vozes, p. 17.

³⁷ Hall, Stuart (1997), *Representation – Cultural Representations and Signifying Practices*, p. 17.

³⁸ Hall, Stuart (1997), *Representation – Cultural Representations and Signifying Practices*, p. 18.

o mundo de forma bastante idêntica tornando possível criar uma cultura partilhada de significados, construindo um mundo social. Essa construção fornecida por sistemas simbólicos, acaba por fornecer “novas formas de se dar sentido à experiência das divisões e desigualdades sociais”³⁹, dando origem a grupos de excluídos e estigmatizados.

Para explicar a representação cultural foram criadas várias abordagens, a refletiva, a intencional e a construtiva. No que toca à primeira, “o significado é pensado para residir no objeto, na pessoa, na ideia ou evento no mundo real, e a linguagem funciona como um espelho, que reflete o verdadeiro significado como já existe no mundo”⁴⁰, ou seja, é feita uma crítica ao facto de ser ou não ser real um determinado significado dado a um aspeto cultural existente.

A abordagem intencional é o contrário, entendendo-se que aquilo que o autor impõe como única explicação para o significado utilizando a linguagem, sendo que este faz com que as suas palavras passam a significar aquilo que este entender como verdade.

Por último, a abordagem construtiva reconhece a especificidade da linguagem público-social, entendendo que nós próprios não podemos corrigir o significado de aspetos culturais existentes, não devendo por isso ser confundido “o mundo material, onde as coisas e as pessoas existem, com práticas simbólicas e processos através dos quais as representações, significado e linguagem operam”⁴¹.

Kathryn Woodward afirma que cada cultura existente possui as suas próprias formas de classificar o Mundo, sendo “pela construção de sistemas de classificação que a cultura propicia nos meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados”⁴², criando então identidade para com um sistema de significação, que na perspetiva na autora se pode entender igualmente como *cultura*.

No mundo globalizado atual é importante criarmos ferramentas de apoio à segurança da nossa identidade cultural e formas de transmitirmos a outros países a nossa “forma de ver o mundo”, tentando criar uma partilha de práticas simbólicas. A criação de uma diplomacia cultural, de forma a mostrar a cultura como forma de poder de um Estado, e a assinatura de acordos de âmbito cultural entre Estados, vêm então em comunhão de força de uma identidade cultural, vejamos do que se trata.

³⁹ Woodward, Kathryn, (2005), “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”, p.19.

⁴⁰ Hall, Stuart (1997), *Representation – Cultural Representations and Signifying Practices*, p. 24.

⁴¹ Hall, Stuart (1997), *Representation – Cultural Representations and Signifying Practices*, p. 25.

⁴² Woodward, Kathryn, (2005), “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”, p. 41.

3. Diplomacia Cultural

Encontrado o conceito de identidade cultural será altura de tentar definir o tópico que nos ocupa neste trabalho, ou seja, a diplomacia cultural, ou intervenção diplomática no âmbito da cultura enquanto programa integrante das visitas de Estado realizadas a Portugal.

De acordo com aquilo que Armando Marques Guedes, diplomata de carreira, define no *Dicionário de Diplomacia Cultural Portuguesa*, este ramo da diplomacia teve origem nos Acordos que eram celebrados durante o Antigo Regime pelas Cortes europeias para que a circulação de cantores de ópera, orquestras, homens da ciência, pintores, e homens da literatura fosse assegurada, vindo a adquirir uma importância acrescida no século XX, fruto também do que comumente entendemos como a concretização do Mundo globalizado⁴³.

A assinatura de acordos culturais é ainda hoje celebrada entre os vários países, ou organizações, o que lhes dá, consoante o caso, um cunho bilateral ou multilateral e que, segundo J.M. Mitchell, são celebrados “para facilitar ou permitir trocas culturais”⁴⁴. Mais concretamente, são uma forma de as democracias começarem a envolver-se livre e amigavelmente, permitindo o relacionamento entre povos mediante um entendimento comum e respeito mútuos tanto político como económico ou cultural⁴⁵.

A existência destes acordos culturais marca o distanciamento entre a diplomacia cultural e as relações culturais internacionais. Para além disso, a diplomacia cultural tem como objetivo servir o interesse nacional de forma a chegar ao setor político e económico, utilizando-se a cultura como um *soft power* que deverá estar relacionado com o *hard power* nacional.

Esta ideia é igualmente partilhada por Mónica Leite Lessa, que sublinha ainda: “a diplomacia cultural pode não ter como objetivo aparente a promoção do país, pode não favorecer imediatamente a sua política externa”⁴⁶, e exemplifica com a celebração de uma convenção entre universidades, que pode servir como dinamizador das suas relações e, para além disso, como forma de promover as universidades, autores e ideias envolvidas em tudo isto. Em

⁴³ Guedes, Armando Marques (1992), *Dicionário de Diplomacia Cultural Portuguesa*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Direção dos Serviços Culturais, p. 45.

⁴⁴ Mitchell, J. M. (1986), *International Cultural Relations*, Londres, The British Council, Allen & Unwin., p. 3.

⁴⁵ McMurry, Ruth Emily e Muna Lee (1947), *The Cultural Approach – Another way in International Relations*, Chapel Hill, Universidade da Carolina do Norte, p. 8.

⁴⁶ Lessa, Mónica Leite (2002), “Relações Culturais Internacionais” in Menezes, Lená Medeiros de (org.), *Olhares sobre o político: Novos ângulos, Novas Perspetivas*, Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p. 17.

segundo plano, esta convenção pode depois acabar por trazer algum benefício político ou económico aos países envolvidos.

Como aponta J.M. Mitchell, a diplomacia cultural tem um âmbito mais restrito do que as relações culturais internacionais, pois é essencialmente um “negócio dos Governos”, em que o retorno dos investimentos feitos pode ser demorado, mas que, na perspetiva de Armando Marques Guedes, “constitui hoje um ramo essencial de qualquer diplomacia que se queira consequente”⁴⁷.

A diplomacia cultural passa então por ser, na perspetiva de Mónica Leite Lessa, “uma ação que promove ou divulga a cultura, programas culturais, instituições culturais ou científicas, ideias ou autores de um país”⁴⁸, sendo esta ação principalmente levada a cabo pelos Governos.

Como forma de complemento, Cristina Sarmiento admite que na atualidade a cultura é muitas vezes utilizada de forma a serem resolvidos problemas de cariz político e económico, isto por resultado “de uma convicção generalizada no poder transformador da cultura”⁴⁹, passando esta a ser utilizada como um *soft power* da diplomacia internacional.

3.1. Cultura como um *soft power*

O termo *soft power* foi aplicado pela primeira vez em 1990 por um cientista político e professor da Universidade de Harvard, Joseph Nye, que demonstrou a necessidade de os países utilizarem como forma o *smart power*, ou seja, fazer com que a combinação entre o seu *hard power* e o seu *soft power* leve a uma estratégia diplomática de êxito⁵⁰.

Entende-se como *soft power* “a habilidade de se ter o que se quer, através da atração em vez da coação ou pagamentos”, surgindo esta por meio da “cultura, ideais políticos e políticas externas de um país”⁵¹, que formam dos recursos necessários à existência deste poder.

⁴⁷ Guedes, Armando Marques (1992), *Dicionário de Diplomacia Cultural Portuguesa*, p. 45.

⁴⁸ Lessa, Mónica Leite (2002), “Relações Culturais Internacionais”, p. 17.

⁴⁹ Sarmiento, Cristina Montalvão (2009), “As ‘vantagens’ atuais da cultura” in Godinho, Paula, Susana Pereira Bastos, Inês Fonseca (coord.), *Jorge Crespo: Estudos em Homenagem*, Loulé, Editora 100LUZ, p. 520.

⁵⁰ Nye, Joseph (2007), “Smart Power”, *The Huffington Post* in http://www.huffingtonpost.com/joseph-nye/smart-power_b_74725.html consultado a 31 de Agosto de 2016 pelas 12h36.

⁵¹ Nye, Joseph S. (2004), *Soft Power – The Means to Success in World Politics*, Nova Iorque, PublicAffairs Publishers, p. X.

Utilizadas como forma de *hard power*, ou seja, o poder que é utilizado através de “ameaças ou recompensas para alterar o comportamento”⁵², como a economia e a política – mais especificamente o poder militar - são as principais formas de os países se relacionarem diplomaticamente. Mas outras variantes existem, como é o caso da cultura.

Apesar de não ser denominada como um *soft power*, Cristina Sarmiento afirma que “a cultura foi o veículo no qual a esfera política emerge no século XVIII”⁵³, referindo ainda que para os estudiosos de Foucault e dos estudos culturais, a cultura foi vista como forma de controlo social durante os séculos XIX e XX.

Esta variante pode e deve servir de apoio à diplomacia existente, afirmando Giulio Gallarotti que no sistema internacional em que nos encontramos, “o *soft power* será um elemento crucial no reforço da influência sobre os resultados internacionais, porque se tornou mais difícil mostrar força perante as nações e os atores não-estatais através das principais alavancas do *hard power* (i.e. ameaças e força)”⁵⁴.

Soft power é, assim, uma forma indireta de um país apresentar uma boa imagem perante os outros países, utilizando aquilo a que Joseph Nye intitula de “segunda face do poder”, importando criar bons resultados por forma a servir de exemplo. Com o “bom exemplo” o país está a induzir os outros a replicarem a fórmula ao nível das relações internacionais, ou seja, que “admirem os seus valores, sigam o seu exemplo, e aspirem chegar ao seu nível de prosperidade e abertura”⁵⁵.

Para que o *soft power* possa ser utilizado por um país, é necessário que este apresente os recursos básicos: “a sua cultura (em locais onde se torne atraente para os outros); os seus valores políticos (quando são defendidos a nível doméstico e externo); e as suas políticas externas (quando os outros as vêem como sendo legítimas e com autoridade moral)”⁵⁶.

Segundo Joseph Nye, o *soft power* não é tão importante para o sistema governamental como o *hard power*, já que numa sociedade liberal a cultura não deve depender do Governo, encontrando-se sim ligada a “empresas, universidades, fundações, igrejas e outros grupos não-

⁵² Nye, Joseph (2012), *O Futuro do Poder*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 32.

⁵³ Sarmiento, Cristina Montalvão (2009), “As ‘vantagens’ atuais da cultura”, p. 519.

⁵⁴ Gallarotti, Guilio (2011), “Soft Power: What it is, Why it’s important, and the conditions for its effective use” in *Journal of Political Power*, Volume 4, 1ª Edição, p. 26.

⁵⁵ Nye, Joseph S. (2004), *Soft Power – The Means to Success in World Politics*, p. 5.

⁵⁶ Nye, Joseph (2012), *O Futuro do Poder*, p. 106.

governamentais que desenvolvem o seu próprio *soft power*, podendo ou não estar de acordo e reforçar, políticas externas oficiais”⁵⁷.

Estes ideais do *soft power* encontram-se intimamente ligados a políticas democráticas em países com uma forte visibilidade em termos culturais, detentores de uma identidade cultural fortemente estabelecida, valores políticos sólidos e instituições culturais influentes. É a existência destas características que criam uma força moral capaz de cativar outros países, ou seja, na perspetiva de criar significado através dos valores e práticas de uma sociedade, a cultura de uma nação deve incluir sempre valores e interesses universais, para que “aumente a probabilidade de obter os resultados desejados devido às relações de atração e dever que esta cria”⁵⁸.

A cultura como forma de poder a ser utilizado adquire uma forte importância em casos de países que se encontrem em conflito, admitindo Cristina Sarmiento que esta começou a ser usada como “arma de oposição”⁵⁹. Karl Deutsh aponta que esta influência passa pela criação de bolsas de estudo a estudantes, ou ainda pelo apoio financeiro a algumas instituições de cariz cultural, sendo feitos “programas de intercâmbio cultural, através de fornecimento de bibliotecas, da construção de hospitais ou de visitas realizadas por homens de letras ou cientistas eminentes”⁶⁰.

Esta forma de poder não é muito utilizada pelo aparelho governamental, sendo utilizada maioritariamente em organizações ligadas ao ramo cultural, ocupando-se estas da transmissão desses valores, tentando inseri-los nas diferentes sociedades ou grupos sociais.

Fruto da atividade de organizações não-governamentais são definidos “intercâmbios, formações, seminários, conferências e acesso a canais de *media*”⁶¹, a partir dos quais se partilham valores. Esta partilha transmite uma mensagem que passa por filtros e símbolos culturais intrínsecos a sociedade que podem fazer com que a mesma não seja interpretada como era suposto.

A partir do momento em que a ação é definida pelo governo são estabelecidos intercâmbios culturais no âmbito da denominada alta-cultura – intercâmbio de artistas de áreas como a pintura, música ou literatura - que irá por influenciar as elites internacionais.

⁵⁷ Nye, Joseph S. (2004), *Soft Power – The Means to Success in World Politics*, PublicAffairs Publishers, Nova Iorque, p. 17.

⁵⁸ Nye, Joseph S. (2004), *Soft Power – The Means to Success in World Politics*, p. 11.

⁵⁹ Sarmiento, Cristina Montalvão (2009), “As ‘vantagens’ atuais da cultura”, p. 523.

⁶⁰ Deutsh, Karl (1982), *Análise das Relações Internacionais*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, p. 190.

⁶¹ Nye, Joseph S. (2004), *Soft Power – The Means to Success in World Politics*, p. 109.

Começando pela cultura, no caso português, ela está virada essencialmente para a língua e a sua promoção a nível internacional, tarefa facilitada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que a torna “num importante trunfo da política externa portuguesa junto dos respetivos países de acolhimento”⁶².

Com um papel ainda mais relevante no sentido de existência de um *soft power* com recurso à cultura portuguesa, o Instituto Camões – Instituto da Cooperação e da Língua I. P. para além de trabalhar a questão da língua portuguesa, centra-se igualmente na cooperação com outros países através da criação de acordos culturais, criando assim uma base de interesses e valores partilhados entre Portugal e os respetivos cossignatários.

Com o crescimento de países pertencentes à CPLP, como o Brasil e Angola, em entrevista ao *Jornal Económico* em 2012, Joseph Nye admite que, é importante que Portugal aproveite esse avanço devendo “beneficiar das ligações históricas e linguísticas”⁶³ que tem com esses países. Todas as línguas possuem um valor económico que lhes está associado e, sendo assim, países nos quais a língua portuguesa seja a língua oficial, representaram um mercado importante para os falantes, facilitando as trocas comerciais e o acesso à informação e formação.

Claro está que, como afirma Fernando Palma, o valor da língua não pode ser comparável a qualquer outro tipo de poder, mas “se existe um recurso de *soft power* na língua portuguesa, é portanto o seu valor económico”⁶⁴. Para além disso, a língua portuguesa acaba por não se encontrar totalmente ligada à chamada cultura portuguesa, pois estando dispersa por todos os Continentes, acaba por permitir a interação entre falantes de diferentes origens e culturas. A língua portuguesa é também um fator importante na interculturalidade e na relação entre povos e governos. É nestes casos que o autor considera importante que Portugal exerça um *soft power* quase que indiretamente.

Para além da força da língua portuguesa em todo o globo, a opinião de Paulo Pisco, deputado à Assembleia da República, parece-nos inovadora e merecedora de reflexão. Quando em

⁶² Palma, Fernando Miguel (2013), *O Quinto Elemento da Política Externa Portuguesa e o Conceito de Soft Power*, Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais Área de Especialização em Globalização e Ambiente, Universidade Nova de Lisboa, p. 50.

⁶³ Avelar, Mafalda (2012), “Portugal deve usar o ‘soft power’ da sua língua e cultura”, *Jornal Económico*, Entrevista realizada ao Professor Joseph Nye, em Março de 2012 aquando do lançamento do seu novo livro “O Futuro do Poder”, in http://economico.sapo.pt/noticias/portugal-deve-usar-o-soft-power-da-sua-lingua-e-cultura_140482.html visualizado a 2 de Setembro de 2016 pelas 11h30.

⁶⁴ Palma, Fernando Miguel (2013), *O Quinto Elemento da Política Externa Portuguesa e o Conceito de Soft Power*, p. 55.

entrevista ao Jornal *Público*, em 2014, afirma que Portugal se tem vindo a esquecer de um ponto bastante relevante que acaba por não ser reconhecido como *soft power*. A emigração portuguesa que de ano para ano não pára de aumentar, pode e deve ser reconhecida como uma força que o país exerce lá fora em qualquer sector de atividade.

“Os portugueses são bem considerados e reconhecidos em países como a França, Alemanha, Canadá, Venezuela, Estados Unidos e em muitas outras partes do mundo”⁶⁵, podendo representar uma força de investimento, desenvolvimento do turismo e disseminação da imagem do país, e melhoramentos a nível diplomático e de cooperação.

No que aos valores políticos diz respeito - ligados aos ideais da democracia – na perspetiva de Fernando Palma existiu uma melhoria das condições de vida dos portugueses, “consustanciadas também em mais liberdades, em mais direitos sociais e maior poder de intervenção na vida pública”⁶⁶, onde se integra o Estado de Direito, os Direitos Humanos e normas do Direito Internacional. Esta melhoria é sentida desde 1987, ano das terceiras eleições presidenciais portuguesas após o 25 de Abril.

A existência desses valores e direitos em Portugal, acompanhados da aquisição de direitos como o casamento homossexual legalmente aceite, ou a não existência de uma penalização para mulheres que pretendam interromper a sua gravidez, colocam o país num patamar social internacional bastante mais benéfico.

Apesar de todos estes avanços, continua a existir nos dias de hoje contradições sobretudo decorrentes da tradição no país e da baixa taxa de literacia da população. No entanto, estes entraves acabam por não possuir peso suficiente para desmentir o desenvolvimento do país a níveis políticos e sociais, não atrapalhando o entendimento com outros países da comunidade lusófona, que por si só não possuem ideais democráticos na sua génese⁶⁷.

Em termos de política externa, Portugal encontra-se em conformidade com as práticas internacionais, possuindo uma certa legitimidade em termos internacionais. Apesar de ser um país pequeno em relação à Europa e de se encontrar num dos extremos do Continente, o facto de

⁶⁵ Pisco, Paulo (2014), “O *soft power* português”, Jornal Público in <https://www.publico.pt/portugal/noticia/o-soft-power-portugues-1660863> visualizado a 2 de Setembro de 2016 pelas 12h30.

⁶⁶ Palma, Fernando Miguel (2013), *O Quinto Elemento da Política Externa Portuguesa e o Conceito de Soft Power*, p. 58.

⁶⁷ Palma, Fernando Miguel (2013), *O Quinto Elemento da Política Externa Portuguesa e o Conceito de Soft Power*, p. 61.

“pertencer, geograficamente, politicamente e culturalmente, à Europa, à OCDE, à União Europeia e à NATO, isto é, a um dos mais importantes centros económicos e políticos do mundo, faz os Portugueses assimilar a cultura, a mentalidade, as ambições, os comportamentos e as expectativas de todos os cidadãos deste conjunto”⁶⁸.

Em termos presidenciais, o ex-Presidente Jorge Sampaio já após o seu último mandato, presidiu ao Fórum da Aliança das Civilizações, criado em 2005 sob a égide das Nações Unidas, que visava a compreensão entre culturas, mais concretamente entre o mundo ocidental e o mundo árabo-islâmico. Jorge Sampaio, no discurso do quinto Fórum, em Viena, em 2013, salientou a importância da Aliança, não só por ser constituída por várias Nações, mas sim por várias que se uniram num só, de forma a combater desigualdades realçadas pela guerra, mais concretamente pelo *hard power* dos vários países⁶⁹. Sendo por isso importantíssimo que os países se centrassem na utilização do seu *soft power*, através da existência da Aliança, ou seja, um conjunto formado em torno dos mesmos ideias e valores, em prol do mesmo fim.

O antigo Presidente mostrou-se então defensor do *soft power*, como forma de criar um diálogo entre as várias civilizações. A diversidade cultural deixa de ser vista como um problema, passando a ser considerada uma solução.

Em discurso nas celebrações do 10 de Junho de 2008, o Presidente Aníbal Cavaco Silva, afirmou que a ideia internacional de existência de Portugal como um país “que foi à aventura e se cruzou com gentes e culturas as mais diversas, longe de ser uma lembrança que já se esfumou no tempo, é, pelo contrário, uma imagem constante, que permanece viva”⁷⁰. Apesar de nesse mesmo discurso, o Presidente da República realçar que a importância de fortalecer e estreitar as relações de Portugal com os países pertencentes à CPLP, e a necessidade de promoção da língua portuguesa, nunca é utilizado o termo *soft power* em toda a sua intervenção.

⁶⁸ Barreto, António (1995), “Portugal na Periferia do Centro: mudança social, 1960 a 1995”, *Análise Social*, Volume XXX, p. 854.

⁶⁹ Sampaio, Jorge (2013), Discurso oficial na abertura do quinto Fórum da Aliança das Civilizações, Viena, in <http://www.unaoc.org/2013/02/statement-by-jorge-sampaio-un-high-representative-for-the-alliance-of-civilizations-at-the-opening-of-the-fifth-global-forum-of-the-alliance-of-civilizations/> visualizado a 2 de Setembro de 2016 pelas 21h.

⁷⁰ Silva, Aníbal Cavaco (2008), Discurso do Presidente da República Aníbal Cavaco Silva na Sessão Solene das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, Viana do Castelo in <http://anibalcavacosilva.arquivo.presidencia.pt/diadeportugal2008/?idc=519&idi=17148> visualizado a 2 de Setembro de 2016 pelas 21h.

Para além disso, no mesmo discurso o então Presidente da República Cavaco Silva considera essencial o reforço das relações bilaterais portuguesas com países lusófonos⁷¹. Essas relações bilaterais, mais concretamente de caráter cultural, são determinadas através da assinatura de acordos culturais bilaterais, vejamos do que se tratam esses acordos, a sua função e a sua assinatura entre Portugal e outros Estados.

3.2. Acordos Culturais Bilaterais

A existência de relações internacionais viradas para a cultura e a criação de uma dinâmica em termos de diplomacia cultural, fez com que Portugal, desde 1954, se tornasse cossignatário de diversos acordos culturais bilaterais.

Segundo Maria José Stock, “a forma mais significativa de cooperação, para a promoção e difusão da Língua e Cultura Portuguesas no mundo, tem consistido, até ao momento, na cooperação bilateral, estabelecida diretamente entre dois Estados”⁷², essa cooperação é então feita através da assinatura desses acordos culturais.

Mas do que tratam afinal esses acordos? Segundo Armando Marques Guedes, a designação “acordos culturais” advém das convenções internacionais nas quais legalmente se apresenta, um intercâmbio cultural sendo exigido uma ratificação, fugindo a esta denominação o Convénio Cultural celebrado em 1954 com o Reino Unido - o primeiro acordo cultural assinado por Portugal⁷³.

Os acordos culturais centram-se em três áreas essenciais (educação – educação escolar -, ciência – universidades – e artes)⁷⁴, sendo a sua composição pautada, no caso português, pelo MNE, mais concretamente pelo Instituto da Cooperação e da Língua – Instituto Camões, I. P..

⁷¹ Silva, Aníbal Cavaco (2008), Discurso do Presidente da República Aníbal Cavaco Silva na Sessão Solene das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, Viana do Castelo in <http://anibalcavacosilva.arquivo.presidencia.pt/diadeportugal2008/?idc=519&idi=17148> visualizado a 2 de Setembro de 2016 pelas 21h.

⁷² Stock, Maria José (2005), “A Presença Cultural Portuguesa no Mundo” in *Visões de Política Externa Portuguesa – Ciclo de Conferências-debate organizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa em colaboração com o Instituto Diplomático do MNE*, Comissão de Relações Internacionais da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, Europress Lda., p.267.

⁷³ Guedes, Armando Marques (1992), *Dicionário de Diplomacia Cultural Portuguesa*, p. 10.

⁷⁴ Bernhardt, Rudolf (dir.) (1986), *Encyclopedia of public international law – International Relations and legal cooperation in general diplomacy and consular diplomacy*, Número 9, Amesterdão, North-Holland Editores, p. 57.

Apresentam características vincadas e comuns, tais como a existência de um preâmbulo, no qual são definidos os seus objetivos; o articulado, que consiste numa lista que em termos genéricos apresenta as ações e atividades recíprocas que serão feitas; e as cláusulas de entrada em vigor do acordo, bem como as disposições finais das duas partes. Armando Marques Guedes assinala que, com o passar dos anos vai sendo notória uma alteração na linguagem e no conteúdo dos Acordos celebrados e, para além disso, é visível uma variação consoante a relação com os países cossignatários.

“O quadro geral das relações internacionais tem-se pautado, de maneira crescente, pelo estabelecimento de relações de direito entre os vários Estados”⁷⁵, sendo que “os Estados consideram que os setores educacional e científico, bem como o das artes e dos meios de comunicação como uma parte essencial da sua identidade cultural e nacional”⁷⁶. Portugal, pertencente a esta vaga, tem vindo a celebrar cada vez mais acordos, convenções e tratados, fazendo parte da comunidade internacional com o pressuposto de promover a cultura, a educação e a investigação científica de forma mais globalizada, que esbatem um período caracterizado por Armando Marques Guedes como estando mais virado para o bloco ocidental.

O início da celebração destes acordos deu-se, como já foi dito, em 1954 com a velha aliada de Portugal, a Inglaterra, seguindo-se depois até 1975 com mais 5, todos eles pertencentes ao ocidente (França, Bélgica, República Federal Alemã, Espanha e Brasil). Marques Guedes intitula “este período da diplomacia portuguesa a fase ocidental da nossa [portuguesa] política externa”⁷⁷.

Esta fase terminou devido às transformações políticas decorrentes da revolução de 25 de Abril de 1974, iniciando uma nova etapa entre 1975 e 1976, durante o qual foram assinados 7 acordos culturais, sendo estes já celebrados com países do leste europeu e um deles com um país africano. Esta viragem representa para Armando Marques Guedes uma inversão política iniciando-se uma fase virada para o leste europeu⁷⁸.

⁷⁵ Guedes, Armando Marques (1992), *Os Acordos Culturais bilaterais e a Diplomacia Cultural Portuguesa*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Direção dos Serviços Culturais, p. 6.

⁷⁶ Bernhardt, Rudolf (dir.) (1986), *Encyclopedia of public international law – International Relations and legal cooperation in general diplomacy and consular diplomacy*, p. 58.

⁷⁷ Guedes, Armando Marques (1992), *Os Acordos Culturais bilaterais e a Diplomacia Cultural Portuguesa*, p. 7.

⁷⁸ Guedes, Armando Marques (1992), *Os Acordos Culturais bilaterais e a Diplomacia Cultural Portuguesa*, p. 8.

A partir de 1976 e até aos dias de hoje o autor admite tratar-se de uma “época geral de trivialização política dos nossos acordos culturais”⁷⁹, na qual a abrangência geográfica é maior. Apesar disso podemos subdividir esta etapa em duas fases: entre 1977 e 1980, na qual os acordos criados serviram de reforço dos laços históricos de Portugal, com a celebração destes com os PALOP (excepto Moçambique), 2 países envolvidos na Comunidade Europeia (Itália e Grécia), 4 países com ligações históricas (Índia, Marrocos, Perú e Venezuela), o México e por fim, um país da Europa ocidental, a Noruega; e a segunda, entre 1981 até aos dias de hoje, que integra uma fase em que a assinatura de acordos se torna mais globalizada, alargando-se a todas as partes do Mundo, consistindo no alargamento das relações culturais internacionais portuguesas.

Atualmente Portugal tem em vigor 77 acordos culturais, sendo que nos 10 anos (2001 – 2011) objeto deste trabalho foram assinados 17: Agosto de 2001 – Gabão; Setembro de 2001 – Arménia; Setembro de 2001 - Ucrânia; Setembro de 2002 – Letónia; Novembro de 2002 – Filipinas; Janeiro de 2004 – Timor-Leste; Janeiro de 2003 – Irão; Fevereiro de 2003 – Malta; Maio de 2004 – Eslováquia; Setembro de 2005 – Estónia; Setembro de 2005 - Chipre; Janeiro de 2006 – Argélia; Junho de 2006 – Polónia; Agosto de 2007 – Hungria; Março de 2009 – Nigéria; Março de 2009 – Colômbia; Abril de 2009 – Chile. Tratando-se 4 de um ajustamento e reorganização de acordos já anteriormente celebrados.

Utilizados como uma “arma” de *soft power*, os acordos culturais bilaterais acabam por se ligar à economia que por sua vez se liga à política. No entanto, o autor continua a afirmar que se tratam de instrumentos mal aproveitados pois “a nossa política de assinatura de acordos culturais não tem sabido apoiar a nossa projeção económica externa”⁸⁰, impedindo que fortes grupos económicos privados não venham a ter a atenção desejada por parte do público.

4. Protocolo de Estado

Por detrás de todas as visitas de Estado, encontramos uma entidade por vezes não conhecida por todos, que garante praticamente todas as ações a serem tomadas ao longo destes momentos. É o Protocolo de Estado, entidade sob alçada do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que se encontra por detrás de todo o trabalho de “organização das cerimónias, em que se dá a cada um

⁷⁹ Guedes, Armando Marques (1992), *Os Acordos Culturais bilaterais e a Diplomacia Cultural Portuguesa*, p. 8.

⁸⁰ Guedes, Armando Marques (1992), *Os Acordos Culturais bilaterais e a Diplomacia Cultural Portuguesa*, p. 17.

a proeminência, lugar e honras que lhe são próprios, nas diversas categorias ao serviço do Estado”⁸¹, que devem ser feitas com o maior rigor possível.

Criada em 2006, a Lei das Precedências do Protocolo de Estado Português (Lei nº 40/2006, de agosto de 2006), atribui ao Presidente da República Portuguesa, figura principal na análise realizada neste trabalho, “precedência absoluta e preside em qualquer cerimónia oficial em que esteja pessoalmente presente, à exceção dos atos realizados na Assembleia da República”⁸².

É da responsabilidade do Protocolo de Estado a organização das visitas de Chefes de Estado estrangeiros a Portugal. Estas são organizadas segundo o tipo de visita a ser feita, anteriormente decidido pelo Presidente da República Portuguesa, podendo estas ser denominadas como: visita de Estado, visita oficial ou visita privada ou escala técnica. Neste trabalho iremos centrar-nos apenas nas visitas de Estado e nas visitas oficiais, sendo estas mais complexas exigindo um maior trabalho em volta da sua organização e a envolvência de mais meios.

4.1. Visita de Estado / Visita Oficial

Uma visita de Estado é “um encontro entre dois países representados pelos seus Chefes de Estado”⁸³, na qual os objetivos principais passam pelo manter e fortalecer das relações internacionais e a criação de novas relações. Para além disso, estas visitas tornaram-se uma forma de promoção do interesse nacional, tendo como principais características: o acolher do Chefe de Estado visitante, a cerimónia que marca o fim da visita, a cerimónia de colocação de flores em locais relevantes, tanto para o anfitrião como para o visitante, banquetes oficiais, o içar das bandeiras e uma troca de presentes.

Em Portugal, as cerimónias, normas e rituais que fazem parte do programa protocolar passam por:

“Prestação de honras militares frente ao Mosteiro dos Jerónimos ou Pátio dos Bicos, no Palácio de Belém;

- Acolhimento, à chegada, por um membro do Governo;
- Colocação de uma coroa de flores no túmulo de Camões, no Mosteiro dos Jerónimos;

⁸¹ Serrano, José de Bouza (2011), *O Livro do Protocolo*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 32.

⁸² Decreto-Lei nº40/2006 de 25 de Agosto do *Diário da República*, I. série — N. 164 — 25 de Agosto de 2006.

⁸³ Catani, Johanna (1999), *State Visits as a form of Intercultural Communication*, p. 3.

- Encontro dos dois Chefes de Estado e declaração à imprensa no Palácio de Belém;
- Almoço no Palácio de Belém;
- Banquete no Palácio da Ajuda;
- Deslocação à Assembleia da República e encontro com o Presidente e Deputados;
- Deslocação e receção na Câmara Municipal de Lisboa pelo seu Presidente e Vereação (eventual entrega das chaves da cidade, apenas nas visitas de Estado);
- Encontro do Chefe de Estado com o Primeiro-Ministro e almoço em São Bento;
- Programa separado para o cônjuge do Chefe de Estado visitante;
- Troca de condecorações (apenas nas visitas de Estado).”⁸⁴

Deste conjunto, a colocação de uma coroa de flores no túmulo de Camões, situado no Mosteiro dos Jerónimos é aquele que para este trabalho tem maior relevância, tratando-se de uma ação relacionada com a transmissão da cultura portuguesa, tanto no que toca ao local em que se situa – Mosteiro dos Jerónimos – que termina quase sempre com uma visita à Igreja de Santa Maria de Belém e aos claustros do mosteiro, mas principalmente por se tratar de uma homenagem a um nome de extrema importância, o poeta Luís Vaz de Camões, símbolo da língua portuguesa.

Todos os detalhes que vão para além destas ações são negociadas entre o Protocolo de Estado Português, a embaixada do Chefe de Estado do país visitante e a Embaixada de Portugal nesse país, que serve como interlocutor com os organizadores no país de origem.

Numa visita oficial realizada a Portugal o protocolo é exatamente o mesmo que numa visita de Estado, sendo que as diferenças passam por uma menor escolta, não sendo feitas as honras na Praça do Império ou no Pátio dos Bichos, nem condecorações. A duração da visita pode ser menor, mas podem existir tal como nas visitas de Estado, visitas a outras cidades portuguesas ou dias privados.

⁸⁴ Serrano, José de Bouza (2011), *O Livro do Protocolo*, pp. 76-77.

Data	Tipo de Visita	Visitante
17 a 19 Outubro de 2001	Oficial	Presidente da República Bolivariana da Venezuela
4 a 6 Dezembro 2001	Estado	Presidente de Itália e Senhora
17 a 19 Fevereiro de 2002	Oficial	Presidente da República do Mali e Senhora
22 a 25 Abril de 2002	Estado	Presidente da República de Cabo Verde e Senhora
5 a 9 Outubro de 2002	Oficial	Presidente da República Democrática de Timor Leste
15 a 18 Outubro de 2002	Estado	Presidente da República da Hungria e Senhora
22 a 25 Outubro de 2002	Estado	Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe
3 a 6 Novembro de 2002	Estado	Presidente da Irlanda e Senhor
5 a 8 Maio de 2003	Estado	Presidente da República Federal da Alemanha e Senhora
9 a 12 de Julho de 2003	Estado	Presidente da República Federativa do Brasil
30 de Agosto a 2 de Setembro de 2003	Estado	Presidente da Confederação Suíça e Senhora
29 de Outubro a 1 Novembro de 2003	Estado	Presidente da República da Roménia
23 a 25 de Março de 2004	Estado	Presidente da República Checa e Senhora
30 de Junho a 2 de Julho de 2004	Estado	Presidente da República da Polónia e Senhora
13 a 16 de Setembro de 2004	Estado	Presidente da República da Letónia
13 a 15 de Outubro de 2004	Oficial	Presidente da República de Moçambique
3 a 5 de Novembro de 2004	Estado	Presidente da República Federal da Áustria e Senhora
2 a 4 de Dezembro de 2004	Estado	Presidente da República da Bulgária e Senhora
9 a 12 de Maio de 2005	Estado	Presidente da República da Turquia
30 de Maio a 1 de Junho de 2005	Estado	Presidente da República Democrática e Popular da Argélia
24 a 26 de Outubro de 2005	Estado	Presidente da República da Eslováquia e Senhora
30 de Outubro a 2 de Novembro de 2005	Estado	Presidente da República de Moçambique e Senhora
27 de Novembro a 1 de Dezembro de 2005	Estado	Presidente da República da Estónia e Senhora
19 a 20 de Março de 2007	Oficial	Presidente da República do Gana
31 de Maio a 2 de Junho de 2007	Estado	Presidente da Lituânia e Senhora
19 e 20 de Setembro de 2007	Oficial	Presidente da República Oriental do Uruguai
25 e 26 de Outubro de 2007	Oficial	Presidente da Federação da Rússia
14 a 16 de Novembro de 2007	Oficial	Presidente da República Democrática de Timor-Leste
4 a 7 de Maio de 2008	Estado	Reis da Suécia
26 a 29 Maio de 2008	Estado	Reis da Noruega
23 a 24 Junho de 2008	Oficial	Presidente da República da Ucrânia e Senhora
20 a 28 de Julho de 2008	Oficial	Presidente da república de Cabo Verde e Senhora
11 a 13 Novembro de 2008	Oficial	Presidente de Malta e Senhora
9 a 11 Março de 2009	Estado	Presidente da República de Angola e Senhora
16 a 17 Março de 2009	Oficial	Rei e Rainha da Jordânia
20 a 21 de Abril de 2009	Estado	Emir do estado do Qatar e Senhora
30 de Julho a 1 de Agosto de 2009	Oficial	Reis de Espanha
1 a 2 de Dezembro de 2009	Estado	Presidente da República do Chile
16 a 19 de Fevereiro de 2010	Oficial	Presidente da república da Guiné-Bissau e Senhora
9 a 10 de Abril de 2010	Oficial	Príncipe do Mónaco
28 a 30 de Abril de 2010	Estado	Presidente da república de Moçambique e Senhora
11 a 14 de Maio de 2010	Oficial	Papa Bento XVI

7 a 9 de Setembro de 2010	Estado	Grão-Duques do Luxemburgo
6 e 7 de Novembro de 2010	Estado	Presidente da República Popular da China e Senhora
10 a 11 de Fevereiro de 2011	Oficial	Presidente da República Federal da Alemanha

Quadro 1.1. Distinção entre visita de Estado e visita oficial nas visitas realizadas a Portugal, 2001-2011

Como nos é visível na figura 2, Portugal recebeu 45 visitas entre 2001 e 2011, 28 dessas visitas foram intituladas de visitas de Estado e 17 visitas oficiais. No capítulo III iremos analisar esta questão, para percebermos as alterações dos programas culturais com a alteração presidencial em 2006.

Antes disso, passemos ao capítulo II, onde iremos interpretar as relações culturais externas com os países que visitaram Portugal no período de 10 anos em estudo, dividindo-as na relação com a UE, com os países da CPLP e com países do resto do Mundo com a qual Portugal exerça relações culturais externas.

CAPÍTULO II – AS RELAÇÕES CULTURAIS EXTERNAS PORTUGUESAS

O fim do Império Português trouxe ao país uma necessidade de restabelecimento de vários aspetos das suas relações externas. Tendo-se perdido uma fronteira multicontinental, que desde há muitos anos abrangia principalmente países africanos, sendo esta ocupada por uma frente europeia onde começou a ser facilitada a livre circulação de pessoas, capitais e mercadorias acabou por fazer criar a necessidade de criação de uma política externa que deveriam seguir, segundo Tiago Moreira de Sá, três eixos principais “europeu, atlântico e lusófono”⁸⁵ que seriam integrantes tanto em perspetiva geográfica, como cultural. Apoiante desta ideia encontramos ainda a perspetiva de Adriano Moreira de que podemos delinear três tipos de fronteiras em Portugal: “a fronteira de segurança é a da Aliança Atlântica [NATO], a fronteira económica é a da União Europeia, a fronteira cultural pretende abranger os países de língua oficial portuguesa”⁸⁶.

O panorama de fim de império acabou por levar à adesão de Portugal à União Europeia (UE), em 1986, e mais tarde, em 1996, à criação de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) que, para além de servir de apoio político e económico, acabou por fazer surgir a necessidade de criação de uma política cultural externa, que interviesse principalmente em países de língua oficial portuguesa.

Na visão de Maria José Stock, a promoção e a difusão da língua portuguesa no Mundo “permitem a construção, manutenção e reforço de uma identidade cultural consolidando a definição do “Nós” perante os “Outros”, abrindo espaços e horizontes políticos, diplomáticos, económicos, culturais”, possuindo nos dias de hoje “uma dimensão considerável enquanto língua de comunicação global”⁸⁷, sendo a sétima língua mais falada no Mundo, e língua oficial

⁸⁵ Sá, Tiago Moreira de (2015), *Política Externa Portuguesa*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, p. 63.

⁸⁶ Moreira, Adriano (2005), “O Papel da Política Externa Portuguesa no Mundo Contemporâneo” in *Visões de Política Externa Portuguesa – Ciclo de Conferências-debate organizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa em colaboração com o Instituto Diplomático do MNE*, Comissão de Relações Internacionais da Sociedade de Geografia de Lisboa, Europress Lda., Lisboa, p. 14.

⁸⁷ Stock, Maria José (2005), “A Presença Cultural Portuguesa no Mundo” in *Visões de Política Externa Portuguesa – Ciclo de Conferências-debate organizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa em colaboração com o Instituto Diplomático do MNE*, p. 253.

em 10 países⁸⁸, espalhados por cinco continentes, tendo mesmo sido considerada pelo Parlamento Europeu, em 2003, a terceira língua de comunicação universal, atrás do francês e do espanhol. Não sendo possível esquecer a força dos movimentos migratórios dos anos 60 que levaram a língua portuguesa a países como a França, o Luxemburgo, a Alemanha, o Canadá e os Estados Unidos.

A existência de uma língua comum entre vários povos que por vezes estão especialmente afastados não deixam que a língua portuguesa fosse desaparecendo e, muito pelo contrário, que a foram moldando, suscitando por isso “padrões de cultura comuns a diferentes povos e, tendo-a por matriz, possibilitou a criação de novas estruturas e organizações”⁸⁹, como é o caso da CPLP.

No caso português, o principal potenciador e organização que o Estado utiliza como forma de possibilitar a promoção e difusão da língua portuguesa no Mundo é o Instituto Camões – I.P., que criado em 1992 veio ao encontro daquilo à perspectiva de Armando Marques Guedes de que,

“o Estado (antes como depois do 25 de Abril de 1974) tem vindo a investir com insistência crescente em *low politics*, nomeadamente no que diz respeito a tentativas persistentes de exercer algum *soft power* externo por intermédio de uma afirmação cultural nacional nos palcos internacionais”⁹⁰.

Estando sob alçada pública, do Instituto Camões I.P., pertencente ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, apresenta como principal missão

“propor e executar a política de cooperação portuguesa e coordenar as atividades de cooperação desenvolvidas por outras entidades públicas que participem na execução daquela política e ainda propor e executar a política de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas

⁸⁸ A língua portuguesa é língua oficial em 10 países, sendo 7 deles pertencentes à CPLP, e ainda a Guiné Equatorial e Macau.

⁸⁹ Stock, Maria José (2005), “A Presença Cultural Portuguesa no Mundo” in *Visões de Política Externa Portuguesa – Ciclo de Conferências-debate organizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa em colaboração com o Instituto Diplomático do MNE*, p. 255.

⁹⁰ Guedes, Armando Marques (1999), “Continuidades e Transformações na Política Cultural Internacional do Estado, 1974-1999” in *Working Papers*, Nº 7, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, p. 2.

no estrangeiro, assegurar a presença de leitores de português nas universidades estrangeiras e gerir a rede de ensino de português no estrangeiro a nível básico e secundário”⁹¹.

Na perspetiva de Eduardo Brito Henriques, a criação por parte do Estado de uma organização à qual compete o desenvolvimento de uma política cultural externa é uma forma de “salvaguarda da própria identidade nacional”, salientando a questão do Estado português atrair a si através desta organização a tutela da cultura, e reforçar o papel de um país que “no confronto com os países europeus, particularmente com os outros Estados-membros da UE, apresenta especificidades várias que se prendem com a sua condição semiperiférica, o passado político e a trajetória económica que seguiu nas últimas décadas”⁹².

É ao Instituto Camões, I.P. que cabe a intervenção na criação de projetos, programas e ações que estejam relacionados com a política cultural externa portuguesa, sendo o principal potenciador da criação de acordos culturais bilaterais entre Portugal e o resto do Mundo, que como já vimos Portugal é neste momento co-signatário de 77 acordos culturais bilaterais. Segundo Maria José Stock, a existência desses acordos “tem representado, até ao momento, uma parte pouco significativa das ações de promoção e difusão da Língua e Cultura Portuguesas no mundo”⁹³, não tendo por isso, sido aproveitadas organizações como a UE e a CPLP. Na perspetiva da autora estes fracos resultados advêm da imensa diversidade de agentes que estes acordos envolvem, mas também pelo elevado volume de recursos que são necessários.

Em 2015, no Seminário de Ação Cultural – Portugal no Mundo, a Presidente do Instituto Camões, I.P., Ana Paula Laborinho apresentou as linhas de orientação da ação cultural externa portuguesa nesse ano, sendo elas:

“a) Programação em função dos interesses de Portugal no mundo e das suas parcerias estratégicas;

⁹¹ Artigo 3º do Decreto-Lei nº 21/2012 de 30 de Janeiro do *Diário da República - 1ª série - Nº 21 - 30 de janeiro de 2012*.

⁹² Henriques, Eduardo Brito (2002), “Novos desafios e orientações das políticas culturais: Tendências nas democracias desenvolvidas e especificidades do caso português”, Revista *Finisterra*, Volume XXXVII, Nº 73, CEG-ULisboa, p. 71.

⁹³ Stock, Maria José (2005), “A Presença Cultural Portuguesa no Mundo” in *Visões de Política Externa Portuguesa – Ciclo de Conferências-debate organizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa em colaboração com o Instituto Diplomático do MNE*, p. 275.

- b) Promoção da cultura portuguesa nas redes de programação internacional e em contextos multilaterais (CPLP / EUNIC / EU / Ibero-americana);
- c) Coordenação e gestão de ação cultural das redes externas (CCP [Centro Cultural Português], rede de missões diplomáticas e consulares, CLP [Centros de Língua Portuguesa], cátedras, leitorados e universidades com protocolos de cooperação);
- d) Apoio à intervenção dos CCP nos PALOP e Timor-Leste para a criação e reforço de estruturas artísticas, capacitação e mobilidade de artistas locais;
- e) Internacionalização da criação artística contemporânea em diversos domínios (cinema, literatura, música, dança, teatro, livro, ...);
- f) Produção de conteúdos culturais para difusão nas redes externas;⁹⁴

São estes planos de ação e a assinatura de acordos promovidos pelo Instituto Camões, I.P., que influenciam a realização de visitas de Estado a Portugal, sendo o seu programa cultural criado consoante o tipo de relação existente entre Portugal e o país que visita. Vejamos agora o tipo de relação cultural existente entre a UE, a CPLP e o resto do Mundo, observando maioritariamente países com um tipo de relação especial com Portugal como é o caso de Macau.

1. Portugal e a União Europeia

Como já vimos, a entrada de Portugal para a União Europeia, em 1986, adveio da necessidade do país de posicionar novamente nas linhas europeias e mundiais após o fim do seu império, tentando por isso impedir, segundo Ernâni Rodrigues Lopes, “a formação de um contexto de “encurralamento” no canto SO da Europa”⁹⁵. A entrada para esta organização significou então a intensificação das relações interculturais, tanto através da fácil circulação em território pertencente à organização, mas também com o apoio de variados programas e iniciativas culturais desenvolvidas pela UE.

⁹⁴ Laborinho, Ana Paula (2015), “Linhas de Orientação da Ação Cultural Externa” in *Seminário de Ação Externa – Portugal no Mundo*, Lisboa, Instituto da Cooperação e da Língua – Instituto Camões – I.P. in http://d3f5055r2rwsy1.cloudfront.net/images/images_divulgacao/01abertura_v3.pdf visualizado a 15 de Setembro de 2016 pelas 15h.

⁹⁵ Lopes, Ernâni Rodrigues (2005), “Portugal e a União Europeia” in *Visões de Política Externa Portuguesa – Ciclo de Conferências-debate organizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa em colaboração com o Instituto Diplomático do MNE*, Comissão de Relações Internacionais da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, Europress Lda., p. 32.

Na perspetiva de Ana Filipa Teles, a UE utiliza Portugal como forma de chegar aos países de língua oficial portuguesa, sendo que “dado o estatuto que Língua portuguesa tem em algumas das entidades mencionadas [Mercosul, CPLP, etc.], ao longo da integração portuguesa na UE, tem sido potenciado o papel intermediário de Portugal junto dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP), de Timor-Leste e do Brasil”. Para além disso, na visão da UE “o português assume-se(...) como língua partilhada por povos de todos os outros continentes e como língua europeia estratégica para a consolidação do diálogo a nível mundial”⁹⁶.

A integração de Portugal na UE pode ser ainda vista em termos culturais pela partilha dentro de uma mesma organização de um conjunto de valores e ideias, como a democracia e valores humanistas.

No que toca à participação de Portugal nas iniciativas levadas a cabo pela UE, salientamos a criação de projetos como a “Capital Europeia da Cultura”, cujo objetivo passa por “valorizar a riqueza e a diversidade das culturas europeias, assim como as características comuns, e contribuir para um maior conhecimento mútuo dos cidadãos europeus”⁹⁷, no qual Portugal já participou com a cidade de Lisboa em 1994, a cidade do Porto em 2001 e a cidade de Guimarães em 2012. Ou ainda o atual projeto “Europa Criativa”, em vigor de 2014 a 2020, que pretende “garantir a salvaguarda e a promoção da diversidade cultural e linguística europeias e reforçar a competitividade dos sectores cultural e criativo, com vista a promover um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo”⁹⁸.

Estes programas e ações acabam por ser integradas no programa cultural das visitas de Estado realizadas a Portugal, como foi o caso da visita à exposição “... Lá onde o “Si” soa – A paisagem na pintura italiana na primeira metade do século XX”, realizada no âmbito do Porto Capital Europeia da Cultura 2001, que foi visitada pelo Presidente da República Italiana, Carlo Azeglio Ciampi, na sua visita em Dezembro de 2001⁹⁹.

Para além disso, é ainda importante revermos o papel dos acordos culturais bilaterais com

⁹⁶ Teles, Ana Filipa (2009), *A Dimensão Cultural da Política Externa Portuguesa: Da década de noventa à atualidade*, Dissertação de Mestrado em Ensino do Português como Língua Segunda e Estrangeira, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, p. 52.

⁹⁷ “European Capitals of Culture”, Comissão Europeia, Bruxelas in https://ec.europa.eu/programmes/creative-europe/actions/capitals-culture_en visualizado a 10 de Setembro de 2016 pelas 21h.

⁹⁸ “Programa 2014-2020”, Europa Criativa, Bruxelas in http://www.europacriativa.eu/programa_20142020 visualizado a 10 de Setembro de 2016 pelas 21h.

⁹⁹ Arquivo Histórico da Presidência da República (2001), *Visita de Estado de Sua Excelência o PR de Itália e Senhora de Carlo Ciampi*, PT/PR/AHPR/CC/CC0206/5243.

países pertencentes à União Europeia. Dos 77 acordos que Portugal é co-signatário, 24 foram assinados com países da UE, o que significa que apenas 4 dos Estados-membros não mantêm um acordo cultural bilateral assinado com Portugal. A existência destes acordos, segundo Maria José Stock, facilita a criação de programas de cooperação com universidades europeias e comunidades científicas aí existentes, assim como programas de bolsas para jovens europeus a estudarem em território da UE¹⁰⁰, como por exemplo, a existência de programas de ERASMUS e o Leonardo da Vinci.

2. Portugal e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

O principal aspeto que realçamos da relação de Portugal com as suas ex-colónias é a questão da integração da Língua Portuguesa nos espaços anteriormente colonizados que, tal como afirma Luís de Almeida Sampaio, “os países africanos de Língua Oficial portuguesa e Timor-Leste [não esquecendo o Brasil] são o contexto primeiro da nossa política de cooperação para o desenvolvimento”¹⁰¹.

Com o intuito de criação de uma organização que juntasse todos os países de língua oficial portuguesa, segundo Dário de Castro Alves, “a ideia de uma Comunidade dos Países de Língua Portuguesa nasce, assim, da perceção desses elementos de união, entre os quais avulta, naturalmente, o suporte do idioma comum”¹⁰², sendo isso salientado na Declaração Constitutiva da CPLP, ao ser referido que esta pretende “consolidar a realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa, refletindo o relacionamento especial existente entre eles e a experiência acumulada em anos de profícua concertação e cooperação”¹⁰³.

¹⁰⁰ Stock, Maria José (2005), “A Presença Cultural Portuguesa no Mundo” in *Visões de Política Externa Portuguesa – Ciclo de Conferências-debate organizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa em colaboração com o Instituto Diplomático do MNE*, p. 269.

¹⁰¹ Sampaio, Luís de Almeida (2005), “As relações de Portugal com África – A cooperação para o desenvolvimento e o seu lugar central na política externa portuguesa” in *Visões de Política Externa Portuguesa – Ciclo de Conferências-debate organizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa em colaboração com o Instituto Diplomático do MNE*, Comissão de Relações Internacionais da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, Europress Lda., p. 117.

¹⁰² Alves, Dário de Castro (1995), “A Comunidade de Países de Língua Portuguesa”, *Revista Nação e Defesa*, Nº 74, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, p. 81.

¹⁰³ *Declaração Constitutiva da Comunidade de Países de Língua Portuguesa* (1996), Comunidade de Países de Língua Portuguesa, Lisboa, p. 1.

A CPLP surge em 1996, durante a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, agrupando num só elemento jurídico Portugal, Angola, Moçambique, Timor-Leste, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Sendo que Timor-Leste e a Guiné Equatorial apenas se tornaram membros oficiais em 2002 e 2014 respetivamente.

A sede da CPLP foi eleita a capital portuguesa, Lisboa, sendo que esta é sempre visitada aquando de uma visita de Estado a Portugal, por um Chefe de Estado de um país pertencente à CPLP, existindo sempre uma cerimónia de desencerramento de uma placa comemorativa da visita. O facto da sede ser em Portugal torna bastante mais relevante a visita destes Chefes de Estado e como veremos mais à frente na análise aos dados recolhidos, bastante mais frequentes.

A organização tinha sido já pensada em 1989, aquando do primeiro encontro dos Chefes de Estado dos países de língua portuguesa, em São Luís do Maranhão, no Brasil, mas com a denominação de Instituto Internacional da Língua Portuguesa, que existe ainda nos dias de hoje, como uma Instituição gerida pela CPLP, com o intuito de criar programas para a promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa no Mundo.

A Comunidade foi criada como um “foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros”¹⁰⁴, tendo como objetivos fundamentais:

- “a) A concertação político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos *fora* internacionais;
- b) A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;
- c) A materialização de projectos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa”¹⁰⁵.

¹⁰⁴ *Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (2007), Artigo 1º (Denominação), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, revisão de 2007, Lisboa, p. 1 in http://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf, visualizada a 4 de Outubro de 2016 pelas 16h.

¹⁰⁵ *Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (2007), Artigo 3º (Objetivos), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, revisão de 2007, Lisboa, p. 1 in http://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf, visualizada a 4 de Outubro de 2016 pelas 16h.

Para além dos Estados-membros na organização, esta possui ainda observadores associados, tratando-se de regiões lusófonas que pertencem a Estado terceiros. A Guiné Equatorial chegou a possuir o estatuto de observador associado mudando depois a sua posição em 2014. Outros exemplos destes membros são o Senegal, a República da Ilha da Maurícia, a Geórgia, a República da Namíbia, a República da Turquia e o Japão.

A assinatura de acordos dentro da comunidade recai principalmente na área da educação, como é o caso do Acordo de Cooperação entre Instituições de Ensino Superior dos Países-Membros da CPLP, que consiste “na cooperação entre instituições de Ensino Superior mediante atividades de apoio à educação e cultura, à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico”¹⁰⁶, que vinha já referido na Declaração Constitutiva da comunidade com compromisso de

“dinamizar e aprofundar a cooperação no domínio universitário, no da formação profissional e nos diversos sectores da investigação científica e tecnológica com vista a uma crescente valorização dos seus recursos humanos e naturais, bem como promover e reforçar as políticas de formação de quadros”¹⁰⁷.

Desta questão advém a visita de Chefes de Estado de países pertencentes à CPLP, a Universidades portuguesas aquando da sua visita a Portugal, e muitas vezes a existência de debates e conferências acerca da educação da Língua Portuguesa em países da CPLP.

Na opinião de Maria José Stock, Portugal, ao criar ações de cooperação, na vertente política, económica ou cultural, tanto no espaço europeu, africano, asiático ou americano, de forma a criar um efeito em países terceiros, deve apoiar-se na CPLP “como a plataforma ideal para vir a lograr esses intuitos”¹⁰⁸, utilizando-a como forma de atrair culturalmente a si visitantes

¹⁰⁶ European Capitals of Culture”, Comissão Europeia, Bruxelas in https://ec.europa.eu/programmes/creative-europe/actions/capitals-culture_en visualizado a 10 de Setembro de 2016 pelas 21h.

¹⁰⁶ “Programa 2014-2020”, Europa Criativa, Bruxelas in http://www.europacriativa.eu/programa_20142020 visualizado a 10 de Setembro de 2016 pelas 21h, p. 1.

¹⁰⁷ *Declaração Constitutiva da Comunidade de Países de Língua Portuguesa* (1996), Comunidade de Países de Língua Portuguesa, Lisboa, p. 2.

¹⁰⁸ Stock, Maria José (2005), “A Presença Cultural Portuguesa no Mundo” in *Visões de Política Externa Portuguesa – Ciclo de Conferências-debate organizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa em colaboração com o Instituto Diplomático do MNE*, p. 281.

igualmente interessados na língua e cultura portuguesas.

3. Cultura portuguesa no Mundo

No que toca à variante da cultura portuguesa no Mundo, iremos centrar-nos aqui em dois aspetos principais – a China, cujo as relações com Portugal são de importância relevante com a questão de Macau, e a América Latina, em países como a Venezuela e Chile, exemplos de forte receção de emigrantes portugueses.

Quanto às relações luso-chinesas, estas levantaram durante muito tempo problemas principalmente devido ao facto do povo chinês nunca se ter reconhecido como uma colónia portuguesa e os próprios portugueses nunca terem conseguido criar uma administração forte.

José Manuel de Jesus admite que “não é fácil encontrar entre a longínqua Ásia e um país Europeu, relações bilaterais tão antigas e simultaneamente tão ambíguas, como as que ligaram a China a Portugal”¹⁰⁹. Ambíguas pela forma como Portugal reconhecia aquele território como seu, tendo enviado para lá jesuítas portugueses, frente a uma elite chinesa que a “revolução cultural” apenas veio clarificar quem exercia realmente poder político naquela zona.

Mas é nos aqui importante perceber o papel desses jesuítas portugueses, enquanto transmissores da cultura portuguesa no Oriente. Na perspetiva de Carlos Monjardino, devemos num envolvimento entre empresas públicas e privadas, ter em atenção dois aspetos, “a defesa da língua portuguesa e a valorização do património arquitetónico”¹¹⁰. Segundo o autor, durante vários anos, o português tornou-se a língua franca, que acabou por desaparecer, mas que ainda hoje nos idiomas e dialetos orientais encontramos palavras portuguesas, sendo a língua portuguesa a segunda língua oficial de Macau.

Segundo Maria Antónia Espadinha e Roberval Silva, a presença dos portugueses em Macau não significava a melhor administração da área sendo que “o ensino e divulgação da língua portuguesa só tardiamente foram preocupações centrais da antiga administração,

¹⁰⁹ Jesus, José Manuel de (2005), “As relações de Portugal com a China através dos séculos: um diálogo assimétrico, ambíguo e por vezes incoerente” in *Visões de Política Externa Portuguesa – Ciclo de Conferências-debate organizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa em colaboração com o Instituto Diplomático do MNE*, Comissão de Relações Internacionais da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, Europress Lda., p.295.

¹¹⁰ Monjardino, Carlos (2005), “Presença Portuguesa no Oriente” in *Visões de Política Externa Portuguesa – Ciclo de Conferências-debate organizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa em colaboração com o Instituto Diplomático do MNE*, Comissão de Relações Internacionais da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, Europress Lda., p.130.

nomeadamente com a criação das escolas luso-chinesas, um excelente projecto educativo que deu alguns frutos, mas que acabou por se ir desmoronando gradualmente”¹¹¹. Para além disso, a China tentou durante muito tempo impedir a entrada da língua portuguesa para o vocabulário chinês, sendo que a Fundação Oriente teve um papel imprescindível neste campo, criando o Instituto Português do Oriente e a Escola Portuguesa de Macau.

A localização da sede da Fundação Oriente em Lisboa trouxe igualmente variados problemas, criando-se um diferendo, que impunha a saída de Portugal da Fundação, sendo importante revelar neste trabalho o papel importante que, segundo Moisés Silva Fernandes, o Presidente Jorge Sampaio teve na resolução deste diferendo, levando ao desenvolvimento momentâneo de projetos por parte da República Popular da China.

Atualmente assistimos entre Portugal e a China a uma forte relação de comércio bilateral, acompanhado, segundo Moisés Silva Fernandes, pela utilização de Macau “como plataforma privilegiada de contatos com a lusofonia possa eventualmente servir de alavanca para dar continuidade à presença histórico-cultural portuguesa”¹¹².

Viremo-nos agora para as relações culturais externas entre Portugal e a América do Sul e Central. No que toca ao Brasil, como já vimos, país pertencente à CPLP é sem dúvida um país de relações especiais com Portugal, com uma proximidade forte.

No entanto, a América do Sul e Central é sem dúvida um local de proximidade “pela cultura e a comum raiz latina das línguas que falamos, e ainda por idêntica à nossa religião e idênticas as suas tradições jurídicas das nossas instituições, inspiradas em valores e modelos de sociedade que partilhamos”¹¹³.

Portugal possui relação especial nesta zona do globo, não só no Brasil, mas também com o Uruguai, familiar à Coroa Portuguesa, com a Venezuela, palco de uma forte emigração portuguesa e onde se formou uma comunidade, e ainda com a Argentina, onde segundo

¹¹¹ Espadinha, Maria Antónia e Silva, Roberval (2009), “O Português de Macau” in *A Língua Portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*, I Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, Universidade de Évora, p. 2.

¹¹² Fernandes, Moisés Silva (2008), *Confluência de Interesses: Macau nas relações luso-chinesas contemporâneas 1945-2005*, Coleção Biblioteca Diplomática, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, Europress Lda., p. 524.

¹¹³ Mathias, Leonardo (2005), “Portugal na América do Sul e Central” in *Visões de Política Externa Portuguesa – Ciclo de Conferências-debate organizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa em colaboração com o Instituto Diplomático do MNE*, Comissão de Relações Internacionais da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, Europress Lda., p. 84.

Leonardo Mathias, existe um forte capital cultural português, sendo admirados autores portugueses como Eça de Queirós e José Saramago.

Vestígios destas relações são visíveis em Portugal, por exemplo, a existência de uma estátua a Simón Bolívar – símbolo da libertação da América Latina - na Avenida da Liberdade, oferecida pela comunidade portuguesa na Venezuela, e visitada aquando da vinda a Portugal do Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Chávez Frías.

CAPÍTULO III – AS VISITAS DE ESTADO A PORTUGAL

1. O programa cultural das visitas de Estado a Portugal (2001 – 2011)

No âmbito deste trabalho foram analisados 45 programas das visitas de Estado realizadas a Portugal por Chefes de Estado estrangeiros, durante a presidência de Jorge Sampaio, entre 2001 e 2006, e durante a presidência de Aníbal Cavaco Silva, entre 2006 e 2011. De forma a tornar mais clara a identificação dos programas recolhidos e analisados, apresentamos abaixo o quadro completo das 45 visitas de Estado a Portugal no período que vai de 2001 a 2011, referindo quem visitou, quem recebeu, ordenados por continente e por data da visita.

Continente	Data	Visitante	Presidente que Visita	Presidente que Recebe
África	17 a 19 Fevereiro de 2002	Presidente da República do Mali e Senhora	Alpha Oumar Konaré	Jorge Sampaio
	22 a 25 Abril de 2002	Presidente da República de Cabo Verde e Senhora	Pedro Pires	Jorge Sampaio
	22 a 25 Outubro de 2002	Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe	Fradique de Menezes	Jorge Sampaio
	13 a 15 de Outubro de 2004	Presidente da República de Moçambique	Joaquim Alberto Chiçano	Jorge Sampaio
	30 de Maio a 1 de Junho de 2005	Presidente da República Democrática e Popular da Argélia	Abdelaziz Bouteflika	Jorge Sampaio
	30 de Outubro a 2 de Novembro de 2005	Presidente da República de Moçambique e Senhora	Armando Emílio Guebuza	Jorge Sampaio
	19 a 20 de Março de 2007	Presidente da República do Gana	John Agyekum Kufuor	Cavaco Silva
	20 a 28 de Julho de 2008	Presidente da República de Cabo Verde e Senhora	Pedro Pires	Cavaco Silva
	9 a 11 Março de 2009	Presidente da República de Angola e Senhora	José Eduardo dos Santos	Cavaco Silva
	16 a 19 de Fevereiro de 2010	Presidente da República da Guiné-Bissau e Senhora	Malam Bacai Sanhá	Cavaco Silva
	28 a 30 de Abril de 2010	Presidente da República de Moçambique e Senhora	Armando Emílio Guebuza	Cavaco Silva
América	17 a 19 Outubro de 2001	Presidente da República Bolivariana da Venezuela	Hugo Chávez Frias	Jorge Sampaio
	1 a 2 de Dezembro de 2009	Presidente da República do Chile	Michelle Bachelet	Cavaco Silva
	9 a 12 de Julho de 2003	Presidente da República Federativa do Brasil e Senhora	Lula da Silva	Cavaco Silva
	19 e 20 de Setembro de 2007	Presidente da República Oriental do Uruguai	Tabaré Vasquez	Cavaco Silva

Representação Cultural - Os Programas Culturais nas Visitas de Estado a Portugal

Ásia e Oceânia	5 a 9 Outubro de 2002	Presidente da República Democrática de Timor Leste	Xanana Gusmão	Jorge Sampaio
	14 a 16 de Novembro de 2007	Presidente da República Democrática de Timor-Leste	José Ramos Horta	Cavaco Silva
	16 a 17 Março de 2009	Rei e Rainha da Jordânia	Abdullah II	Cavaco Silva
	20 a 21 de Abril de 2009	Emir do Estado do Qatar e Senhora	Sheikh Hamad Bin Khalifa Al Thani	Cavaco Silva
	6 e 7 de Novembro de 2010	Presidente da República Popular da China e Senhora	Hu Jintao	Cavaco Silva
Europa	4 a 6 de Dezembro de 2001	Presidente de Itália e Senhora	Carlo Azeglio Ciampi	Jorge Sampaio
	15 a 18 Outubro de 2002	Presidente da República da Hungria e Senhora	Ferenc Mádl	Jorge Sampaio
	3 a 6 Novembro de 2002	Presidente da Irlanda e Marido	Mary McAleese	Jorge Sampaio
	5 a 8 Maio de 2003	Presidente da República Federal da Alemanha e Senhora	Johannes Rau	Jorge Sampaio
	30 de Agosto a 2 de Setembro de 2003	Presidente da Confederação Suíça e Senhora	Pascal Couchepin	Jorge Sampaio
	29 de Outubro a 1 Novembro de 2003	Presidente da República da Roménia	Ion Iliescu	Jorge Sampaio
	23 a 25 de Março de 2004	Presidente da República Checa e Senhora	Vaclav Klaus	Jorge Sampaio
	30 de Junho a 2 de Julho de 2004	Presidente da República da Polónia e Senhora	Aleksander kwasniewski	Jorge Sampaio
	13 a 16 de Setembro de 2004	Presidente da República da Letónia	Imants Freibergs	Jorge Sampaio
	3 a 5 de Novembro de 2004	Presidente da República Federal da Áustria e Senhora	Heinz Fischer	Jorge Sampaio
	2 a 4 de Dezembro de 2004	Presidente da República da Bulgária e Senhora	Georgi Parvanov	Jorge Sampaio
	9 a 12 de Maio de 2005	Presidente da República da Turquia	Ahmet Needet Sezer	Jorge Sampaio
	24 a 26 de Outubro de 2005	Presidente da República da Eslováquia e Senhora	Ivan Gasparovic	Jorge Sampaio
	27 de Novembro a 1 de Dezembro de 2005	Presidente da República da Estónia e Senhora	Arnold Ruutel	Jorge Sampaio
	31 de Maio a 2 de Junho de 2007	Presidente da Lituânia e Senhora	Valdas Adamkus	Jorge Sampaio
	25 e 26 de Outubro de 2007	Presidente da Federação da Rússia	Vladimir Putin	Cavaco Silva
	26 a 29 Maio de 2008	Reis da Noruega	Harald V	Cavaco Silva
	4 a 7 de Maio de 2008	Reis da Suécia	Carlos Gustavo	Cavaco Silva
	23 a 24 Junho de 2008	Presidente da República da Ucrânia e Senhora	Viktor Yushenko	Cavaco Silva
	11 a 13 Novembro de 2008	Presidente de Malta e Senhora	Edward Fenech Adami	Cavaco Silva
30 de Julho a 1 de Agosto de 2009	Rei de Espanha	Juan Carlos	Cavaco Silva	
9 a 10 de Abril de 2010	Príncipe do Mónaco	Alberto II	Cavaco Silva	
11 a 14 de Maio de 2010	Papa	Papa Bento XVI	Cavaco Silva	

7 a 9 de Setembro de 2010	Grão-Duques do Luxemburgo	Henri	Cavaco Silva
10 a 11 de Fevereiro de 2011	Presidente da República Federal da Alemanha	Christian Wulff	Cavaco Silva

Quadro 3.1. Listagem dos Chefes de Estado que visitam e Presidentes da República portugueses que recebem, ordenados por data e continente

Considerando o continente de proveniência do visitante, vemos que maioritariamente os chefes de Estado que visitaram Portugal entre 2001 e 2011 eram europeus, representando 55% das visitas recebidas, surgindo África em segundo lugar, representando 29%, e com valores muito menores o Continente Americano e a Ásia e Oceânia, representando 9% e 7% respetivamente.

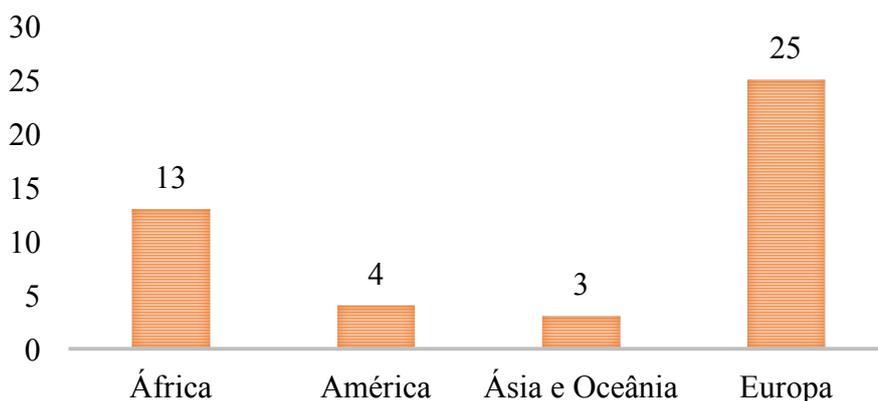


Figura 3.1. Chefes de Estado visitantes por continente – Valores Totais

■ África ■ América ■ Ásia e Oceânia ■ Europa

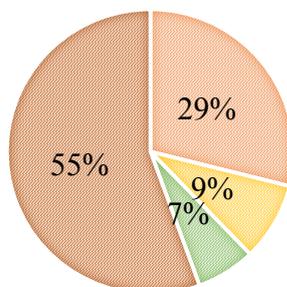


Figura 3.2. Visitas de Estado a Portugal, por continente, 2001-2011 (%)

No que toca aos países de origem dos Chefes de Estado visitantes, encontramos repetições relativas a 4 países, sendo estas a visita do Chefe de Estado na visita do Presidente da República de Moçambique, Armando Emílio Guebuza, que visitou Portugal duas vezes durante esse período, em 2005, com o Presidente Jorge Sampaio, e em 2010, com o Presidente Aníbal Cavaco Silva, e a visita do Presidente da República de Cabo Verde, Pedro Pires, que visitou igualmente Portugal por duas vezes, em 2002 e 2008. De outros países encontramos a visita de dois chefes de Estado alemães a Portugal, Johannes Rau em 2003, com o Presidente Aníbal Cavaco Silva, e de Christian Wulff em 2011, com o Presidente Jorge Sampaio. E ainda provenientes de Timor-Leste, o Presidente Xanana Gusmão, em 2002, e o Presidente José Ramos Horta, em 2007.

A questão de quatro países visitarem pelo menos duas vezes Portugal, num período de 10 anos elucidá-nos para as relações externas portuguesas, bastante relevantes com países da CPLP, representados com duas visitas cada entre 2001 e 2011, por Moçambique, Cabo Verde e Timor-Leste e a relação de proximidade com a União Europeia mais concretamente com a Alemanha, cujo os Chefes de Estado estiveram igualmente duas vezes em Portugal.

Para além disso, em 2010 Portugal recebeu a visita do Chefe de Estado do principado do Mónaco, o Príncipe Alberto do Mónaco e do Papa Bento XVI, chefe de Estado do Vaticano, revestindo-se esta última de saliente importância, por se tratar de uma visita especial, representando não só um Estado mas também a comunidade católica.

A figura 3.3. ilustra num mapa Mundo, os países cujo os Chefes de Estado visitaram 1, 2 ou 3 vezes, onde se torna visível a concentração em termos europeus, das visitas realizadas a Portugal entre 2001 e 2011.

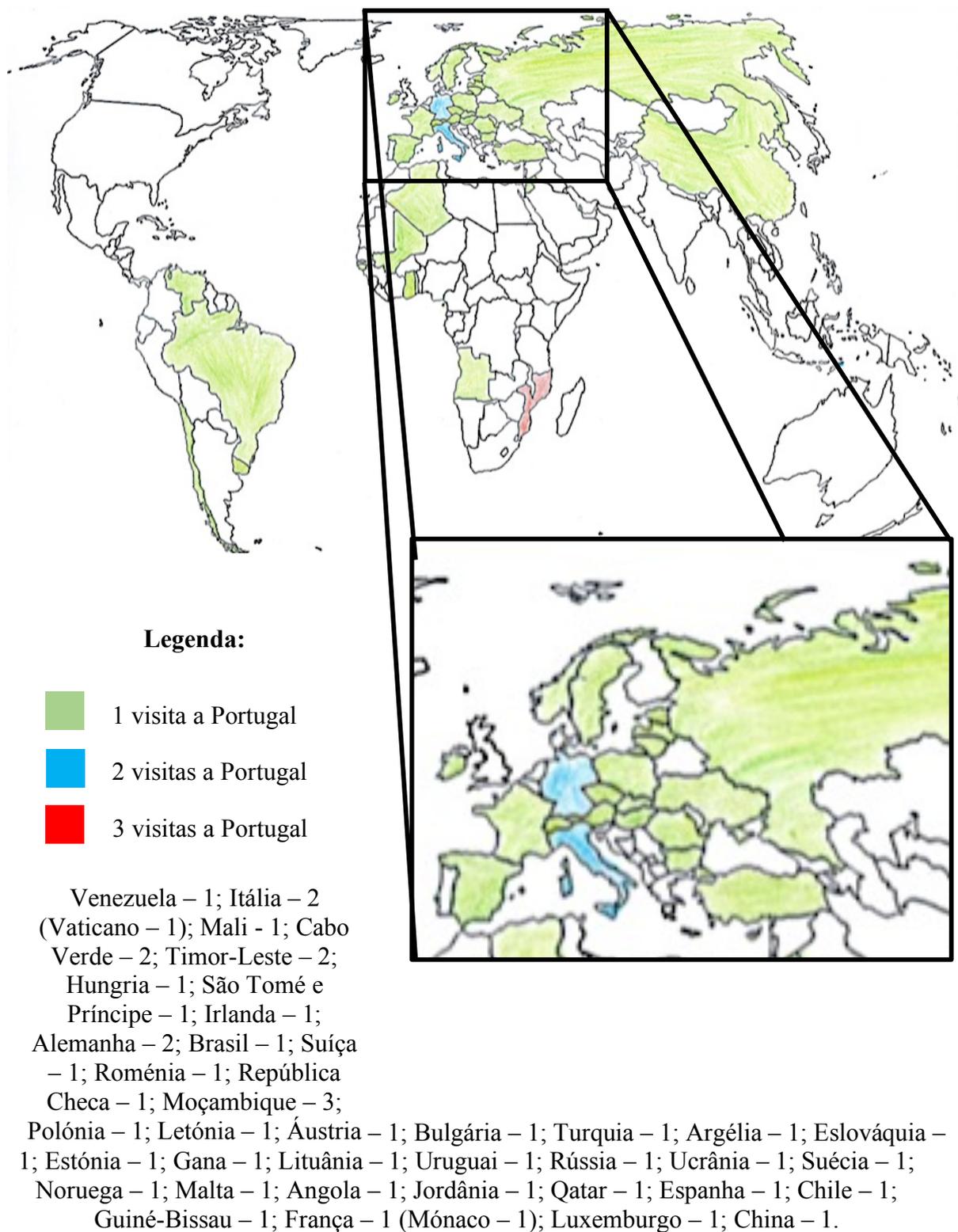


Figura 3.3. Visitas realizadas a Portugal, por país de origem, 2001-2011

Considerando o número de Chefes de Estado por organizações, às quais Portugal e o país visitante pertencem, é visível uma separação em duas organizações: a Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa e a União Europeia. Durante o período de 2001-2011, como podemos observar na figura 3.4, visitaram Portugal mais Chefes de Estado de países que integram a União Europeia, num total de 19 visitas representando 42% das visitas de Chefes de Estado realizadas a Portugal, um valor superior aos países que integram a CPLP, num total de 11 visitas, representando 25% das visitas de Estado acolhidas pela Presidência da República Portuguesa.

Contudo, em termos relativos ao universo de referência os dados mostram um outro significado. Há uma maior incidência dos membros da CPLP em termos de Estados-membros / visitantes em relação à União Europeia pois, dos 8 países que compunham a organização entre 2001 e 2011 (a Guiné-Equatorial apenas integrou a CPLP em 2014), sem contar com Portugal, 7 visitaram o país, representando 88% dos países.

Enquanto isso, dos 26 países membros da UE entre 2001 e 2011 – não é contabilizado Portugal e a Croácia apenas integrou a UE em 2013 – apenas 73% visitaram Portugal, perfazendo um total de 8 Estados-membros que ficaram de fora destas visitas, sendo estes, a Bélgica, a Grécia, o Reino Unido, a Dinamarca, o Chipre, os Países Baixos, a Finlândia, e a França.

Os restantes 33% representam países que acabam por ter alguma ligação histórica – como é o caso, por exemplo, da Turquia, que é Estado associado observador da CPLP - com acordos bilaterais assinados, sendo que, dos Chefes de Estado que visitaram Portugal entre 2001 e 2011, 32 tinham já acordos culturais assinados entre o seu país e Portugal.

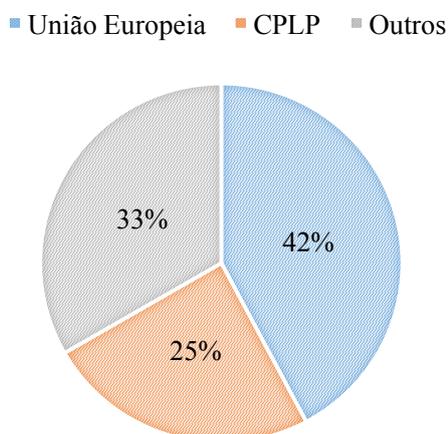


Figura 3.4. Visitas realizadas a Portugal, por organização, 2001-2011 (%)

As visitas realizadas por Chefes de Estado de países pertencentes à CPLP e a visita do Papa Bento XVI serão colocadas em foco. O primeiro conjunto, por respeitar a Estados que integram uma organização mais restrita à qual Portugal também pertence, em que um dos elementos privilegiados diz respeito à proximidade linguística e cultural dos países que compõem a organização. A segunda por ter sido uma visita de Estado com particularidades distintivas das restantes, exigindo um protocolo em certos aspetos bastante distinto da maioria das outras visitas.

1.1. Quem visita

Como já vimos, a figura 3 apresenta-nos a lista completa de chefes de Estado que visitaram Portugal entre 2001 e 2011 perfazendo um total de 43 Chefes de Estado, tendo sido recebidos 23 pelo Presidente Jorge Sampaio e 22 pelo Presidente Aníbal Cavaco Silva. Como é visível na figura, dois Chefes de Estado visitaram Portugal por duas vezes, Pedro Pires, Presidente da República de Cabo Verde e Armando Guebuza, Presidente da República de Moçambique.

Ao analisarmos o a figura 3.5, observamos o número de visitas por ano recebidas por cada Presidente, sendo visível uma maior maior constância no número de visitas recebidas pelo Presidente Cavaco Silva, que durante 3 anos consecutivos recebeu 5 visitas por ano. Sendo que em 2006, ano de alteração presidencial, não foi feita nenhuma visita a Portugal.

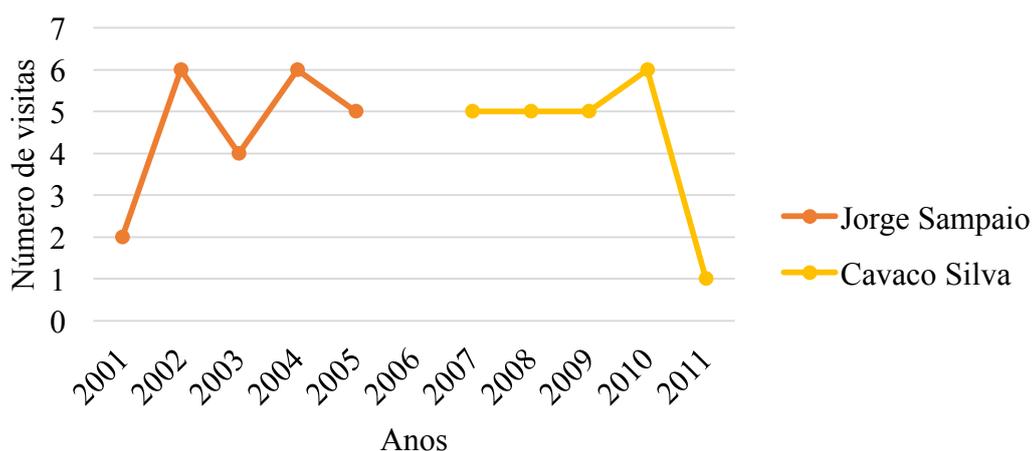


Figura 3.5. Visitas realizadas a Portugal, por ano e Presidente da República

Em termos de proveniência das visitas, separadas por Presidente da República, o Presidente Jorge Sampaio recebeu um número de visitas de Estado mais concentradas em países africanos e países europeus, sendo que 15 das visitas de Estado que recebeu foram de países europeus, 13 deles de membros da União Europeia, e 6 de países africanos, sendo 4 delas de Estados-membros da CPLP. O Presidente Cavaco Silva mostra-se um pouco mais abrangente, sendo que recebeu 3 e 4 visitas de países provenientes do Continente Americano e Ásia e Oceânia, respetivamente, regiões das quais o Presidente Jorge Sampaio apenas recebeu uma de cada Continente. No restante, 5 das visitas de Estado recebidas pelo Presidente Cavaco Silva, foram de países africanos, sendo 4 delas de membros da CPLP, e 10 de países europeus, dos quais 7 pertenciam à UE.

1.2. Justificação da visita

As visitas de Estado realizadas a Portugal são justificadas principalmente por razões de cariz político ou económico, pois são estas geralmente as esferas privilegiadas no relacionamento entre os Estados¹¹⁴.

A grande maioria dos discursos proferidos nos banquetes oferecidos pelo Chefe de Estado português no Palácio Nacional da Ajuda faz referência ao fortalecimento das relações nas diversas áreas entre Portugal e o país cujo Chefe visita Portugal, procurando sempre enfatizar-se a proximidade entre os Estados, geralmente referindo-se à existência de fortes laços históricos e apelando-se ao reforço da cooperação tanto ao nível da transmissão cultural, como em termos económicos e sociais. Como exemplo, podemos citar o discurso do Presidente Jorge Sampaio, no banquete do Palácio Nacional da Ajuda, em honra do Presidente da República da Estónia, Arnold Ruutel, a 28 de Novembro de 2005, no qual o Presidente da República afirma:

“Hoje, a Estónia e Portugal são parceiras e aliadas neste projeto de integração europeia. É a esta luz, que as nossas relações bilaterais adquirem redobrada importância. Devemos, por isso, desenvolvê-las e cultivá-las, nos mais diversos campos, a nível dos contactos e da concertação política, das relações económicas e comerciais, dos intercâmbios culturais.

(...)

¹¹⁴ Informação referida pelo Dr. José de Bouza Serrano em entrevista telefónica, realizada no dia 27 de Junho de 2016 pelas 16h.

Quero acreditar, Senhor Presidente, que, em conjunto, saberemos desenvolver uma parceria harmoniosa, promover uma aproximação entre os nossos dois povos e culturas e conjugar esforços para contribuir, no plano europeu e na cena internacional, para ultrapassar os desafios e os problemas do nosso tempo.”¹¹⁵

Ou ainda o discurso do Presidente Cavaco Silva no banquete no Palácio Nacional da Ajuda, em honra do Presidente da República de Guiné-Bissau, Malam Bacai Sanhá, a 17 de Fevereiro de 2010, no qual o Presidente da República deixou claro que:

“Recebemos Vossa Excelência com o afeto que reservamos aos que nos são mais próximos. Uma proximidade assente em laços históricos, humanos, culturais e linguísticos, que queremos ver reforçados.

(...)

Saiba, Senhor Presidente, que poderá sempre contar com o apoio de Portugal na prossecução destes objetivos, através da cooperação bilateral, e na mobilização da comunidade internacional. As relações entre Portugal e a Guiné-Bissau assentam, hoje, numa extensa e diversificada rede de contactos e num intercâmbio que abrange praticamente todas os sectores de atividade. A Cooperação Portuguesa na Guiné-Bissau constitui a expressão prática dessa realidade.”¹¹⁶

Considerando os locais que são visitados durante estes momentos torna-se perceptível a principal motivação das visitas, como as deslocações a empresas de indústria e comércio, ou até mesmo através das pessoas que são apresentadas, sendo que os principais nomes são os empresários portugueses, ligados à indústria e ao comércio.

Contudo, apesar desta primazia, o aspeto cultural também está geralmente presente. As visitas de Estado a Portugal incluem múltiplas ações de carácter cultural, como a visita a monumentos históricos ou a instituições que atuam no âmbito da cultura ou até mesmo a Universidades, muitas vezes relacionadas com o ensino da língua e da cultura portuguesa no

¹¹⁵ *Discurso de SEXA PR por ocasião do Banquete oferecido em honra do Presidente da República da Estónia e Senhora* (2005), Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa in <http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/main.html> visualizado a 20 de Outubro de 2016 pelas 21h.

¹¹⁶ *Discurso do Presidente da República no Banquete de Estado em honra de Sua Excelência o Presidente da República da Guiné-Bissau*, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa in <http://anibalcavacosilva.arquivo.presidencia.pt/?idc=22&idi=36927> visualizado a 20 de Outubro de 2016 pelas 21h.

estrangeiro. Mas estes acabam por ser vistos como momentos de maior descontração nas visitas de Estado, uma espécie de programa complementar que serve para cimentar o relacionamento baseado no estreitar das relações económicas e políticas.

1.3. Vertente cultural nos programas das visitas de Estado

Considerando a vertente cultural nas visitas de Estado a Portugal, o quadro 3.2, relata a análise completa dos programas das visitas de Estado a Portugal e elenca os locais visitados conotados com a cultura e o património, e o número de visitas aí realizadas, organizadas por mandato presidencial. Os locais visitados incluem palácios e outro património edificado como: monumentos¹¹⁷, museus, fundações, igrejas, universidades, bibliotecas e arquivos, escolas públicas e privadas, e teatros. São também vários os interlocutores da área da cultura que se encontram com os Chefes de Estado que visitam o país, geralmente apresentados durante as visitas a instituições relacionadas com a área da cultura ou então como participantes nos banquetes oferecidos no Palácio Nacional da Ajuda. Encontramos Diretores e Presidentes de Museus e Fundações¹¹⁸, bem como pessoas que desenvolvem a atividade profissional na área da cultura. Considerámos também os espetáculos assistidos tanto no âmbito dos banquetes oferecidos nos Palácio Nacional da Ajuda, como em outras circunstâncias. Verificámos ainda a realização de outras atividades incluídas no programa cultural das visitas, onde se insere a deposição de uma coroa de flores no túmulo de Camões, lançamento de livros, exposições e participação em conferências ou debates.

Todos os elementos que estão representados no quadro são visíveis pelo menos uma vez nos programas das visitas de Estado¹¹⁹, sendo feita uma análise detalhada a cada ponto em subcapítulos deste trabalho.

¹¹⁷ Entende-se como monumentos, património edificado português que seja a imagem do país e memoriais, sendo estátuas os mais vistos.

¹¹⁸ Acontece, claro está, o mesmo Diretor ou Presidente de um Museu ou Fundação ser apresentado mais do que uma vez durante um mandato. Neste trabalho um nome apenas é contabilizado uma vez para o número de apresentados.

¹¹⁹ São aqui tratadas 44 visitas, sendo que a visita do Papa Bento XVI virá a ser tratada mais à frente num subcapítulo deste trabalho, por se tratar de uma visita especial.

		2001-2006	2006-2011	Total	
Locais Visitados	Palácios	Palácio Nacional da Ajuda	22	18	40
		Palácio de Belém	23	20	43
		Palácio de Queluz	1	3	4
		Palácio das Necessidades	8	2	10
		Palácio da Foz	1	0	1
		Palácio Nacional de Mafra	1	1	2
		Palácio de São Bento	0	2	2
		Palácio da Vila de Sintra	6	0	6
		Palácio de Seteais	1	0	1
		Palácio de São Lourenço	1	0	1
		Palácio da Bolsa	9	0	9
		Palácio Galveias	2	0	2
		Palácio dos Condes de Cadaval	0	1	1
		Monumentos	Mosteiro dos Jerónimos	21	11
	Castelo de São Jorge		0	1	1
	Torre de Belém		3	2	5
	Memoriais		3	1	4
	Torre dos Clérigos		1	0	1
	Paços do Concelho de Braga		1	0	1
	Templo Romano		2	1	3
	Museus	Museu da Presidência da República	1	0	1
		Museu Nacional de Etnologia	1	0	1
		Museu de Arte Sacra de Évora	1	0	1
		Museu da Eletricidade	0	1	1
		Museu Conde de Castro Guimarães	1	0	1
	Fundações	Fundação Serralves	1	0	1
		Fundação Calouste Gulbenkian e Museu	3	5	8
		Fundação Mário Soares	3	0	3
		Fundação Oriente	1	1	2
		Fundação Cidade de Lisboa	0	1	1
		Centro Cultural de Belém	2	0	2
		Centro Cultural Casapiano	1	0	1
		Centro Cultural de Cascais	1	0	1
Sede da CPLP		5	4	9	
Igrejas	Igreja de Santo António Lisboa	0	1	1	
	Sé de Évora	3	1	4	

Pessoas Apresentadas	Universidades	Sé do Porto	1	0	1
		Sé do Funchal	0	1	1
		Santuário de Fátima	0	2	2
		Convento do Bom Sucesso	1	0	1
		Convento do Beato	0	1	1
		Convento das Bernardas - Algarve	0	1	1
	Universidades	Faculdade de Psicologia da ULisboa	1	0	1
		Faculdade de Direito da ULisboa	1	0	1
		Universidade de Évora	3	0	3
		Universidade de Coimbra	0	1	1
		Universidade do Minho	1	0	1
		Universidade Lusófona de Lisboa	0	1	1
		Universidade Nova de Lisboa	1	0	1
		ISCSP	0	1	1
		Universidade Portucalense	1	0	1
		Universidade Lusíada	1	0	1
	Bibliotecas e Arquivos	Biblioteca Simon Bolivar	1	0	1
		Arquivo da Torre do Tombo	3		3
		Biblioteca Municipal Álvaro Campos	0	1	1
	Escolas Públicas e Privadas	Casa Pia	1	0	1
		Colégio da Purificação	1	0	1
		Escola Alemã de Lisboa	1	0	1
	Teatros	Teatro Camões	1	0	1
		Casa da Música	1	0	1
		Teatro Municipal São Luiz	0	1	1
	Pessoas Apresentadas	Diretores e Presidentes	11	17	28
		Pintura	4	2	6

	Arquitetura	0	3	3
	Música	7	2	9
	Escrita	4	2	6
	Cinema	0	1	1
Espetáculos Assistidos	Fado	6	2	8
	Bandas	0	2	2
	Dança	1	0	1
	Leituras ou cânticos	1	0	1
Outras Atividades	Exposições	6	4	10
	Depósito de Flores Túmulo de Camões	22	9	31
	Conferências, Debates, Conversas	7	6	13
	Lançamento de Livros	2	2	4
	Visitas Históricas ¹²⁰	9	2	11
	Entronização da Confraria do Porto ou Madeira	0	1	1
	Entrega de Prémios de Cultura	1	1	2
Totais por mandato		231	146	

Quadro 3.2. Vertente cultural dos programas das visitas em valores totais, por mandato, 2001-2011

1.3.1. Locais visitados

Neste ponto iremos centrar-nos apenas em locais de cariz cultural visitados pelos Chefes de Estado que estiveram em Portugal, sendo que dentro destes são enunciados, locais como o Palácio de Belém, com 43 visitas aqui recebidas, sendo que a única que aqui não entra é a visita dos Reis de Espanha, em 2009, que se realizou apenas à Ilha da Madeira, e o Palácio Nacional

¹²⁰ Entende-se como visita histórica uma ida às Caves do Vinho do Porto, um passeio de barco no Rio Douro ou no Rio Tejo e passeios de elétrico pela zona histórica da Cidade de Lisboa.

da Ajuda, que recebeu 40 visitas, todas elas pela existência do banquete oferecido pelo Presidente da República português ao Chefe de Estado visitante. As 4 visitas aqui em falta representam a inexistência de banquete por se tratar de uma visita oficial ou ainda o caso da visita do Presidente da República do Chile, em 2009, em que o banquete foi feito no Palácio Nacional de Queluz, por ter sido feito o banquete no Palácio Nacional da Ajuda, no decorrer da Cimeira Ibero-Americana.

Apesar de estes locais constituírem praticamente uma “paragem” obrigatória, é nestes palácios que aspetos como o mobiliário, a arte e a arquitetura portuguesas são mostrados ao existir uma passagem pelas várias salas destes edifícios.

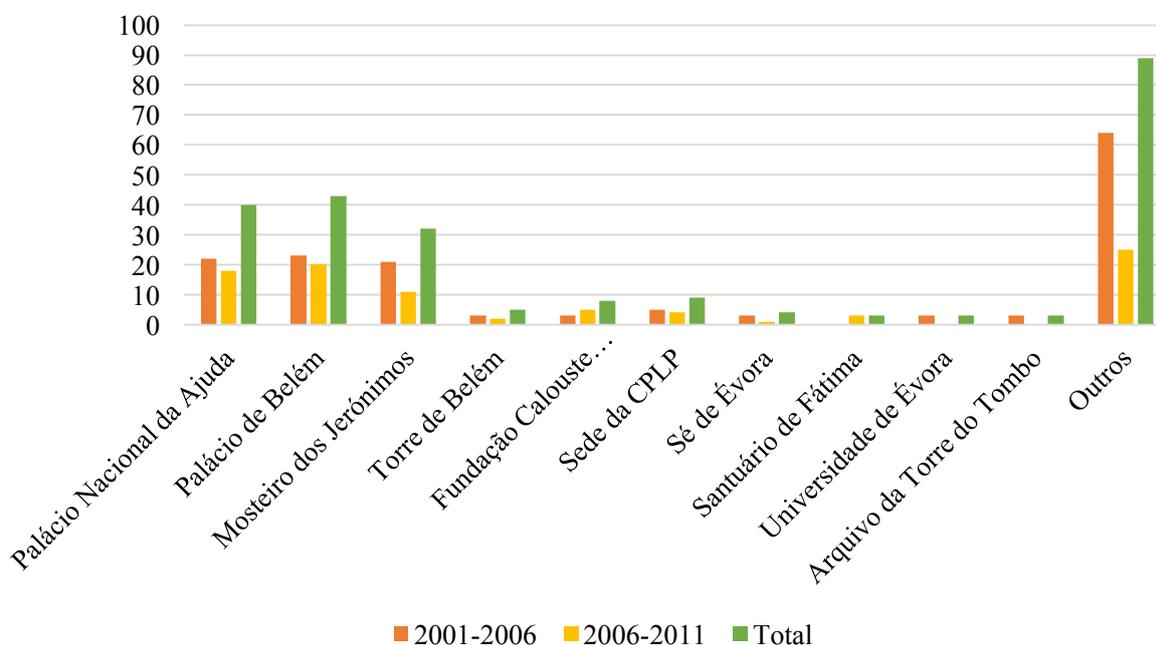


Figura 3.6. Locais mais visitados nas visitas realizadas a Portugal, por mandato, 2001-2011

Centremo-nos inicialmente nas visitas culturais realizadas apenas em Lisboa. No topo das visitas a monumentos portugueses encontra-se o Mosteiro dos Jerónimos, tendo recebido 73% das visitas que se realizaram a Portugal entre 2001 e 2011, ponto de paragem quase que obrigatório, sendo que é aqui que se realiza a cerimónia militar de deposição de uma coroa de flores no túmulo de Luís Vaz de Camões, cerimónia que, como vimos já anteriormente, faz parte do protocolo de qualquer visita de Estado a Portugal. Após este acontecimento é muitas

vezes feita uma visita guiada pelos claustros do Mosteiro e à Igreja de Santa Maria de Belém, com a presença da Diretora do Mosteiro dos Jerónimos, a Dra. Isabel Almeida, e o pároco da Igreja, sendo oferecido como recordação ao Chefe de Estado visitante, no final da visita um guia/livro do monumento.

Em termos de visitas a instituições como Museus ou Fundações, encontramos como locais mais visitados a Fundação Calouste Gulbenkian, com 8 visitas recebidas, certamente pela existência de bolsas e programas internacionais apoiados pela Fundação e onde são feitas visitas guiadas ao Museu Calouste Gulbenkian, que alberga obras de toda a Europa. E ainda à Fundação Centro Cultural de Belém, normalmente aquando da realização de conferências e debates, como é exemplo o encontro-debate sobre o futuro da Europa, na visita do Presidente da República de Itália, em 2001.

Quando o Chefe de Estado visitante se faz acompanhar pela mulher, o programa que esta cumpre tem uma vertente cultural mais extensa e esta acaba por visitar mais organismos deste tipo, como o Museu Nacional de Arte Antiga, o Museu da Presidência da República, ou o Museu Nacional dos Coches.

Para além disso, não são raras as visitas à Fundação Mário Soares, onde são assinados acordos de cooperação, e no caso dos países pertencentes à CPLP, à sede da comunidade, no Palácio Conde de Penafiel, onde por ocasião da primeira visita do Chefe de Estado é feita uma cerimónia de descerramento de uma lápide comemorativa do acontecimento.

Nas duas visitas realizadas pelos Presidentes da República Democrática de Timor-Leste, Xanana Gusmão e José Ramos Horta, foi sempre feita uma visita à Fundação Oriente, fonte de forte apoio de emergência na época de transição para a independência, após o fim da presença colonial portuguesa no território.

No ano de 2005, existe um padrão ao nível do programa das visitas, tendo sido feitas 4 visitas, nas quais todas incluíam uma ida à Vila de Sintra, Património Mundial da UNESCO, no ano em que celebrava 10 anos após a sua classificação. Estas visitas passavam principalmente pela apresentação do Palácio Nacional da Vila de Sintra e por uma paragem no ponto mais ocidental da Europa, o Cabo da Roca. Para além disso, tinha sido já feita uma visita a Sintra em 2003, na visita de Estado do Presidente da República Federativa do Brasil, Lula da Silva, e em 2004, na visita de Estado do Presidente da República Checa, Vaclav Klaus. Querendo isto dizer que todas as visitas realizadas à Vila de Sintra foram durante o mandato do Presidente Jorge Sampaio.

Virando-nos para a zona Norte, ao longo do período em estudo 13 visitas de Estado incluíram a capital nortenha – o Porto. Quase todas contemplaram a passagem pela Câmara Municipal do Porto, e pelo Palácio da Bolsa, que integra a Associação Comercial do Porto, que recebeu sendo que aqui a visita estaria mais relacionada com criação de negócios com o país visitante do que com a vertente cultural, apesar desta se encontrar na passagem pelas várias salas do edifício, e sendo sempre feita uma homenagem ao Chefe de Estado visitante na Sala Árabe. É aqui que muitas vezes é realizada a cerimónia de entronização pela Confraria do Vinho do Porto, na qual o Chefe de Estado visitante recebe as insígnias da confraria, assina o livro de honra e assume a responsabilidade de apoio à confraria e à dignificação do Vinho do Porto.

A visita do Presidente da República da Eslováquia, Ivan Gasparovic, em 2005 e a visita dos Reis da Noruega, em 2008, incluíram ainda um passeio de barco pelo Rio Douro. Sendo que estas podiam ainda ser feitas visitas guiadas por uma das principais caves de vinho do Porto, como foi o caso da visita do Presidente da República Checa, e uma visita à Fundação Serralves, visitada apenas uma vez, pelo Presidente da República de Itália, em 2001, em visita à exposição feita no âmbito do Porto Capital Europeia da Cultura.

Para além do Porto, existiram Chefes de Estado que visitaram outras zonas a norte de Lisboa como Braga, Viseu, Coimbra e Fátima, geralmente para visitar a Universidade de Coimbra, também classificada como Património Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 2013, ou, no caso de Fátima pelo santuário e igrejas envolventes.

Mais a sul, a capital do Baixo Alentejo, Évora, com o seu centro histórico classificado como Património Mundial pela UNESCO em 1986, foi a cidade mais visitada durante o segundo mandato do Presidente Jorge Sampaio, tendo sido realizada uma visita durante 4 anos seguidos de 2002 a 2005, pelo Presidente da Irlanda, Mary McAleese, em 2002, pelo Presidente da Confederação Suíça, Pascal Couchepin, em 2003, pelo Presidente da República da Bulgária, Arnold Ruutel, em 2004, e pelo Presidente da República da Estónia, Georgi Parvanov, em 2005. No mandato do Presidente Cavaco Silva, apenas uma visita se deslocou a Évora, tendo sido feita em 2008 aquando da vinda dos Reis da Suécia a Portugal.

Quanto às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores no período de 10 anos em estudo apenas receberam três visitas de Estado. A primeira, logo em 2001, pelo Presidente da República Bolivariana da Venezuela, onde foi feita uma visita a pontos de importância da ilha, como é o caso do Cabo Girão, o Monumento da Autonomia, o Palácio de São Lourenço e a

Biblioteca Simon Bolívar – ex-líder político venezuelano. A segunda, em 2009, pelos Reis de Espanha tendo sido exclusivamente à ilha da Madeira, com uma cerimónia de entronização do Vinho da Madeira na Confraria do mesmo, e visita guiada ao Museu de Arte Sacra do Funchal e à Sé da capital madeirense. Uma terceira visita ocorreu em 2010 pelo Príncipe do Mónaco, Alberto II ao Arquipélago dos Açores, com passagem pela Ilha do Faial, Horta, São Miguel e Flores, numa visita quase puramente científica pelo Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos e pelo Observatório Meteorológico de Horta.

Dentro da secção “outros” do gráfico 3.6, que engloba todos os locais não enunciados acima, contemplados nas visitas de Estado a Portugal, mas que têm uma representatividade muito baixa, podemos encontrar, entre outros, o Palácio Nacional de Queluz, que pode servir de alojamento oficial aquando a visita de Chefes de Estado da Monarquia; o Palácio das Necessidades, atual sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que se apresenta em terceiro lugar dos palácios visitados; ou memoriais, mais centrado na visita a estátuas que tenham alguma relação com o país visitante, como por exemplo, a deslocação do Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Chávez Frias ao monumento de Símon Bolívar, na Avenida da Liberdade, na qual foi deixada uma coroa de flores em honra do líder político venezuelano.

Torna-se então notório que a maior parte dos locais conhecidos durante as visitas de Estado, expetuando o Palácio de Belém e o Palácio Nacional da Ajuda, fazem parte do Património Mundial classificado pela UNESCO, como é o caso do Mosteiro dos Jerónimos, que recebeu 73% das visitas realizadas a Portugal entre 2001 e 2011, a paisagem cultural de Sintra que recebeu 14% das visitas, o centro histórico do Porto e Évora e a Universidade de Coimbra.

Lisboa salienta-se em termos de locais visitados, tendo recebido 98% das visitas realizadas a Portugal, sendo que apenas uma das visitas não teve como destino essencial a capital portuguesa, tendo sido a visita dos Reis de Espanha, em 2009.

Em termos relativos, desses 98% de visitas recebidas em Lisboa, 38% manteve-se apenas na capital, não tendo existido deslocações dentro de Portugal, em 14% houve uma visita à Vila de Sintra, em 42% existiu uma deslocação para Norte da capital, como Porto - que representa 30% das visitas ao Norte -, Braga, Coimbra, Viseu e Fátima, e ainda 4% visitaram as Regiões Autónomas, 2% a Ilha da Madeira e 2% o Arquipélago dos Açores.

Interpretando melhor o quadro 1, visitaram-se em 44 visitas realizadas a Portugal entre 2001 e 2011, 237 locais divididos entre palácios que representam 52% desse valor, 20% os

monumentos, 2% os museus, 12% as fundações, 5% as igrejas, 5% as Universidades, 2% as bibliotecas e arquivos, 1% as escolas públicas e privadas e 1% os teatros. É importante referir que a forte percentagem dos palácios, na qual entram o Palácio de Belém e o Palácio da Ajuda, são principalmente locais de “passagem”, ou seja, de encontro entre os Chefes de Estado, ou com entidades governamentais portuguesas, como o Primeiro-Ministro. Sendo que 48% dos 237 locais visitados, é que representam efetivamente visitas de âmbito dito cultural.

1.3.2. Agentes da área da cultura

Figuras importantes do campo da cultura vão sendo apresentadas ao Chefes de Estado ao longo das suas visitas seja no âmbito de uma visita a uma exposição na qual o artista mostra o seu trabalho, a profissionais da área por ocasião das visitas às instituições culturais, ou ainda nos banquetes realizados no Palácio Nacional da Ajuda aquando das apresentações oficiais no início do mesmo.

Estas representam o que está mais em voga no momento, como é o caso de Joana Vasconcelos ou Manoel de Oliveira, ou apresentam alguma ligação especial com o país que visita, sejam elas estudantes que tenham conseguido bolsas para estudarem em Portugal, ou vice-versa, personalidades portuguesas que tenham sido já condecoradas pelo Chefe de Estado do país visitante, ou até antigos embaixadores que tenham estado em serviço no país do Chefe de Estado que visita Portugal¹²¹.

A ocorrência mais elevada em termos de pessoas apresentadas respeita a Diretores e Presidentes de Museus ou Fundações portuguesas. Estes são apresentados no início dos banquetes realizados no Palácio Nacional da Ajuda ou nas visitas dos Chefes de Estado aos respetivos locais culturais. Os nomes mais assíduos são da Diretora do Mosteiro dos Jerónimos, da Diretora do Palácio Nacional da Ajuda, do Presidente do Instituto Camões, da Diretora do Centro Jacques Delors, do Presidente da Fundação Serralves e do Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, estando presentes em praticamente todos os banquetes oferecidos pelo Presidente da República português, realizados no Palácio Nacional da Ajuda, tais como, o banquete honra ao Presidente da República da Hungria, Ferenc Mádl, em 2002, ou o banquete em honra do Presidente da República da Ucrânia, Viktor Yushenko, em 2008.

¹²¹ Informação referida pelo Dr. José de Bouza Serrano em entrevista telefónica, realizada no dia 27 de Junho de 2016 pelas 16h.

No que toca aos artistas, tal como já foi referido, tudo varia conforme o que estiver em voga no momento da visita. Na análise dos programas e principalmente à lista de convidados, já confirmados são visíveis os nomes dos atuais principais embaixadores culturais do país, como a artista plástica Joana Vasconcelos, o cineasta Manoel de Oliveira, a fadista Mariza, o arquiteto Siza Vieira, e ainda escritores e pintores portugueses com alguma relação com o país visitante¹²², ou seja, individualidades que para além de profissionais da sua área se tornaram embaixadores e figuras culturais de Portugal no estrangeiro.

Neste caso encontramos exemplos como o escritor Almeida Faria, que esteve presente no banquete aquando da visita de Estado do Presidente Alemão, em 2003, Johannes Rau, por ter usufruído do *Berliner Künstlerprogramm*¹²³ e ter traduzido uma obra de Hans Magnus Enzensberger para português; a pintora Graça Morais, presente na visita do Presidente da República de Cabo Verde, Pedro Pires, em 2002, tendo sido a fundadora da primeira editora independente no país, a Ilhéu Editora; o arquiteto Siza Vieira, presente na visita do Presidente alemão, Christian Wulff, em 2011, relacionado com o país pela diversidade de projetos desenvolvidos principalmente na cidade de Berlim, sendo o projeto mais recente do arquiteto, aquando da visita, o Museu Insel Hombroich em Düsseldorf; o cineasta Manoel de Oliveira, presente nas visitas do Presidente da República Alemã, Christian Wulff; e o escultor Rui Chafes, que após ter terminado a sua formação em escultura na Faculdade de Belas-Artes de Lisboa, foi para a Alemanha, mais concretamente Düsseldorf, onde frequentou a Kunstakademie, tendo sido orientado pelo artista alemão, Gerhard Merz.

¹²² Neste caso estão presentes principalmente em banquetes, escritores cujos livros tenham sido traduzidos para a língua do país visitante ou exista uma perspetiva de que venha a existir.

¹²³ O *Berliner Künstlerprogramm* é um programa internacional que financia e incentiva artistas das artes visuais, cinema, música e literatura, através de bolsas de forma a estes passarem um ano em Berlim.

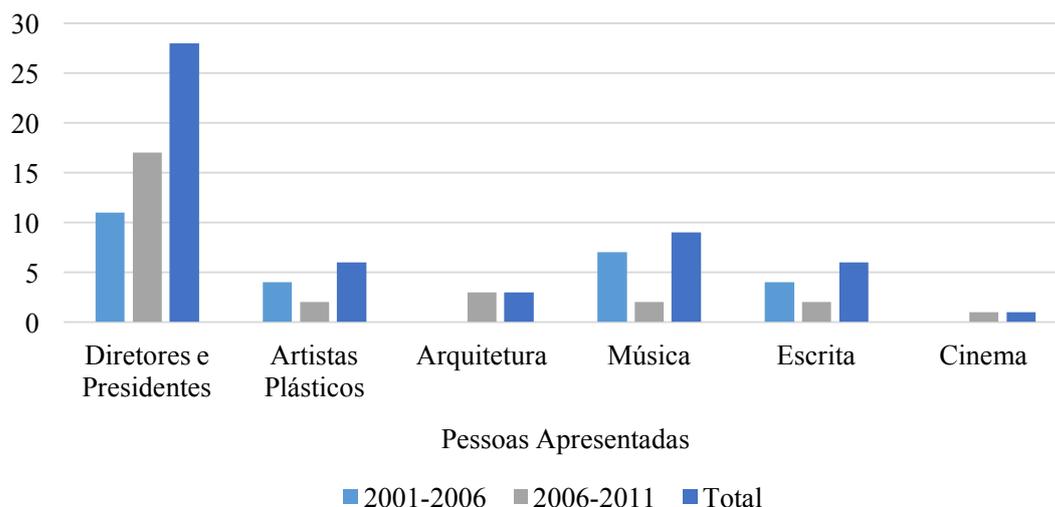


Figura 3.7. Agentes da área da cultura apresentados, por mandato, 2001-2011

Através do gráfico 3.7 é notório que o Chefe de Estado visitante conhece muito mais Diretores e Presidentes de Instituições culturais, que corresponde a 53% das individualidades conhecidas, do que profissionais das várias áreas das artes. Encontramos em segundo lugar, os agentes culturais ligados à área da música, que equivale a 17%, representando principalmente fadistas, com nomes como a Mariza, Camané, e Mafalda Arnauth, que em termos relativos se traduzem em 77% dos agentes ligados à música. Em terceiro lugar encontramos escritores e artistas plásticos, com 11% e 17% respetivamente e, com um número bastante reduzido, arquitetos representando 6%, e o cineasta Manoel de Oliveira, que apenas representa 2% das individualidades apresentadas entre 2001 e 2011. Torna-se por isso visível que o número de agentes da área da cultura apresentados durante visitas de Estado a Portugal são bastante reduzidos, tanto no mandato do Presidente Jorge Sampaio, como no mandato do Presidente Cavaco Silva, nunca chegando a atingir as 30 pessoas, mesmo tomando em linha de conta termos totais dos 10 anos em estudo.

1.3.3. Espetáculos assistidos

No período em estudo de 10 anos, os espetáculos assistidos não variaram muito e foram bastante reduzidos – como podemos ver na figura 3.8 – tendo sido realizados no âmbito das visitas de Estado apenas 12 espetáculos entre 2001 e 2011.

O fado domina com espetáculos nos banquetes no Palácio Nacional da Ajuda, representando 67% dos espetáculos assistidos, com a presença de artistas como Mariza, Ana Moura, Katia Guerreiro, Mafalda Arnault, Joana Amendoeira, Ana Sofia Varela e Camané.

Tendo sido aprovada pela Câmara Municipal de Lisboa a sua candidatura a Património Mundial da UNESCO em 2004, o fado foi sempre colocado como elemento principal de espetáculos a serem divulgados durante as visitas de Estado a Portugal, até ao seu reconhecimento em Novembro de 2011. Durante todo o período de candidatura, o fado foi colocado nos espetáculos dos banquetes da Ajuda, principalmente durante o mandato do Presidente Jorge Sampaio que recaí entre o momento de pré-candidatura e candidatura representando 75% dos espetáculos de fado realizados entre 2001 e 2011, e no mandato do Presidente Cavaco Silva que representa todo o processo de candidatura, apenas foram realizados 2 momentos de fado nos banquetes, ou seja, 25% dos espetáculos de fado.

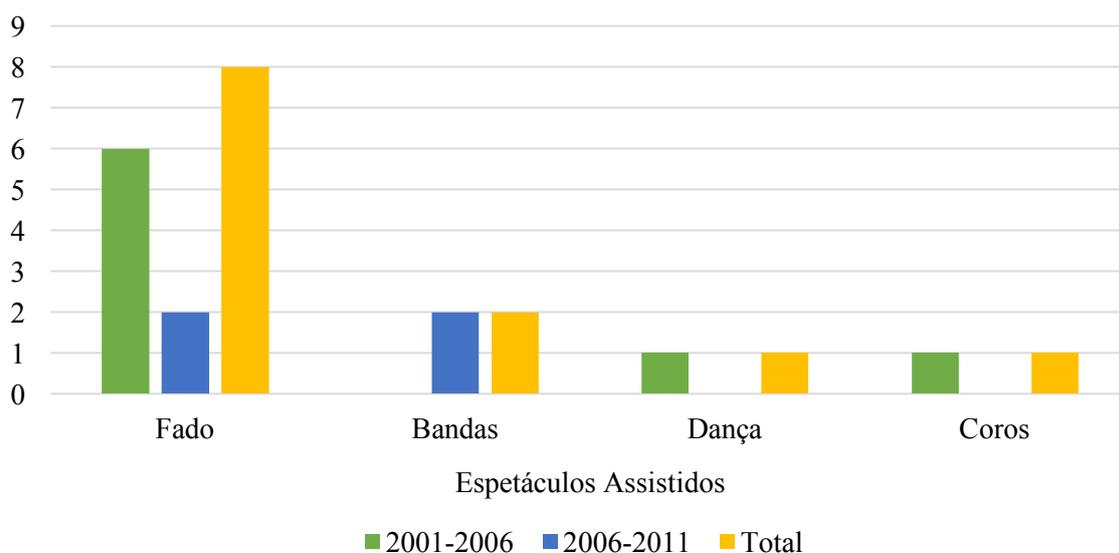


Figura 3.8. Espetáculos assistidos por Chefes de Estado visitantes, por mandato, 2001-2011

Para além da representação do fado, esteve também presente em dois banquetes do Palácio Nacional Ajuda, durante o mandato do Presidente Cavaco Silva, o quarteto de cordas da Banda Filarmónica da Guarda Nacional Republicana, em 2010, na visita do Presidente da República Popular da China, Hu Jintao, e em 2011, na visita de Christian Wulff, Presidente da República

da Alemanha, tendo esta já representado Portugal em várias digressões internacionais, e retratando 17% dos espetáculos assistidos entre 2001 e 2011.

No setor das artes performativas, que equivalem a 16% dos espetáculos, em Maio de 2005, o Presidente da República da Turquia assistiu a um espetáculo de *ballet*-opera interpretado pelas companhias nacionais de *ballet* portuguesa e turca no Teatro Camões. E ainda em Outubro de 2001, na sua visita a Portugal, o Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Chávez Frías, foi presenteado por um grupo de crianças da Quinta da Magnólia, na Ilha da Madeira, que interpretou o hino nacional português e o hino nacional venezuelano.

Em termos de espetáculos apresentados Portugal não dá muito mais a conhecer, tendo sido acontecido apenas 12 espetáculos, num universo de 44 visitas realizadas a Portugal, entre 2001 e 2011. Com os dados recolhidos é visível que dos 40 banquetes organizados no Palácio Nacional da Ajuda, apenas 10, mais concretamente 25% tiveram espetáculo, neste caso de fado ou banda a tocar. A dança e os coros apresentados representam-se apenas em 5% das visitas de Estado realizadas a Portugal no período de 10 anos em estudo.

A existência de valores reduzidos em termos de espetáculos assistidos é ainda compostos, mas não fazendo parte dos dados analisados, pelas apresentações por parte do Chefe de Estado visitante em Portugal, que dá a conhecer as suas vertentes artísticas nacionais, como foi o caso de um espetáculo de música irlandesa, no Hotel Ritz, durante a visita da Presidente da Irlanda, Mary McAleese, em Novembro de 2002, e um concerto de orquestra por parte da Câmara Filarmónica de Bucareste, na visita do Presidente da República da Roménia, Ion Iliescu, em Novembro de 2003.

1.3.4. Outras atividades culturais

Para além da visita a monumentos e a assistência a espetáculos, os Chefes de Estado visitantes podem ver desenvolvidas outras atividades do campo cultural, como visitas a exposições, conferências, colóquios, lançamento de livros ou ainda visitas históricas às cidades de Lisboa e Porto.

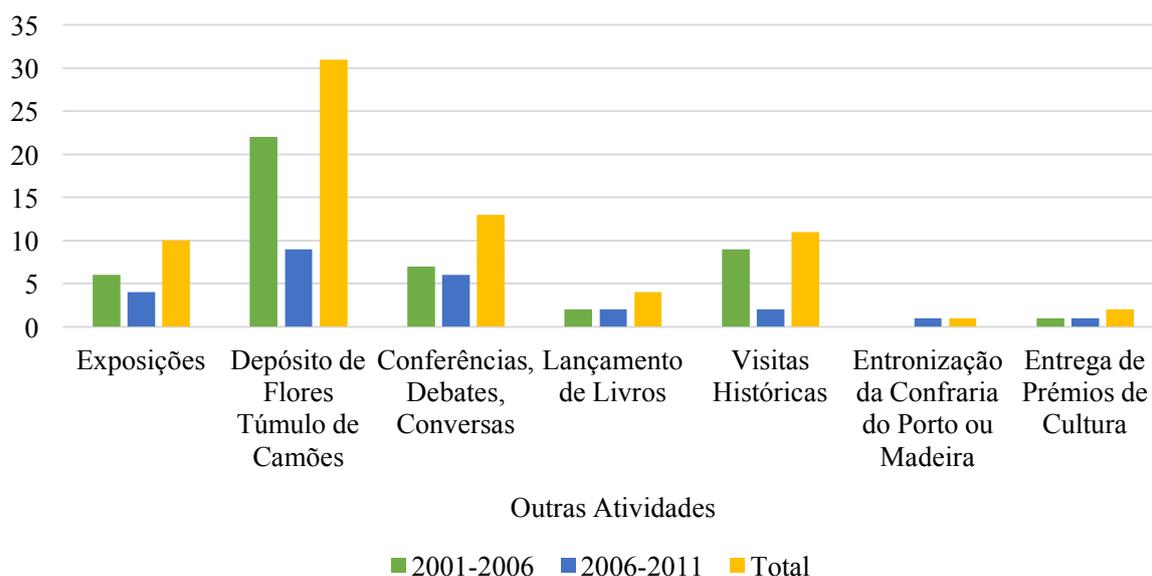


Figura 3.9. Outras atividades desenvolvidas nas visitas realizadas a Portugal, por mandato, 2001-2011

Em primeiro lugar, como é visível na figura 3.9, a atividade mais desenvolvida durante as visitas de Estado a Portugal é o depósito de uma coroa de flores no túmulo de Luís Vaz de Camões, situado no Mosteiro dos Jerónimos, tendo sido realizada em 71% das visitas a Portugal entre 2001 e 2011.

Esta cerimónia militar foi feita em 31 das 32 visitas realizadas ao Mosteiro dos Jerónimos, fazendo parte de todas as visitas de Estado realizadas a Portugal e tendo sido feita em 3 visitas oficiais, a do Presidente da República de Timor-Leste, Xanana Gusmão, em 2002, do Presidente da República do Mali, Alpha Oumar Konaré, em 2002, e a do Presidente da República da Guiné-Bissau, Malam Bacai Sanhá, em 2010.

Nesta cerimónia está presente todo o simbolismo associado a esta figura importantíssima da cultura portuguesa, principalmente relacionada com a internacionalização da língua portuguesa no Mundo. A celebração da vida de um poeta, tanto através desta cerimónia como da existência de um feriado nacional que lhe está associado – 10 de Junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas – é, segundo o Dr. Bouza Serrano, “algo único”¹²⁴, representativo

¹²⁴ Informação referida pelo Dr. José de Bouza Serrano em entrevista telefónica, realizada no dia 27 de Junho de 2016 pelas 16h.

da homenagem a um herói e símbolo nacional e da existência de uma identidade nacional portuguesa, que transmite a celebração de um poeta e da evocação da língua portuguesa, atualmente a quarta língua mais falada mundialmente, atrás do mandarim, do espanhol e do inglês, e a sexta língua com maior número de falantes.

A visita a exposições é algo bastante comum no programa das visitas de Estado. Muitas são as vezes que são criadas exposições para serem visitadas durante a estadia dos Chefes de Estado em Portugal¹²⁵, sendo inauguradas aquando da sua visita. Como exemplos foram inauguradas e visitadas exposições aquando da visita do Presidente da República Italiana, em 2001, a exposição “... Lá onde o “Si” soa – A paisagem na pintura italiana na primeira metade do século XX”, realizada no âmbito do programa “Porto Capital Europeia da Cultura” em 2001; da visita do Presidente da República do Mali em 2002, com a inauguração da exposição “Na presença dos Espíritos”, no Museu Nacional de Etnologia, com a apresentação de peças da África subsaariana; da visita do Presidente da República Federativa do Brasil, Lula da Silva, em 2003, com a inauguração da exposição de fotografia, “De metalúrgico a Presidente” na Fundação Mário Soares; ou ainda da visita do Presidente de Malta em 2008, à exposição “Fátima, Luz e Paz” no Museu do Santuário de Fátima, que pretende a salvaguarda da memória das aparições e peregrinações.

Conferências e colóquios com temáticas relacionadas com o ensino da língua e cultura portuguesa no Mundo ou debates acerca do contexto europeu são igualmente realizadas com regularidade, tendo sido organizadas em 30% das visitas realizadas a Portugal. No primeiro caso, foi realizada uma conversa centrada na educação da língua portuguesa em Moçambique, com a vinda do Chefe de Estado moçambicano, em 2010, na visita que realizou à biblioteca da Universidade de Coimbra. No que toca ao contexto europeu, as conferências acabam por se centrar mais em temas económicos e políticos, como foi a abertura do seminário económico Portugal/Estónia, pelo Presidente da República da Estónia, Arnold Ruutel, em Novembro de 2005.

No que toca a lançamento de livros, estes representam 9% das outras atividades desenvolvidas nas 44 visitas realizadas a Portugal, estando sempre de certa forma relacionados com o país do Chefe de Estado visitante, respeitando ao lançamento do livro em Portugal, ou uma tradução de um livro estrangeiro para português. Neste campo os programas apresentam

¹²⁵ Algo que, segundo o Dr. José de Bouza Serrano, com a crise financeira global de 2007-2008 veio a deixar de ser feito devido aos elevados custos de montagem das exposições.

exemplos como o lançamento de uma Antologia Poética Húngara no Palácio Galveias, em 2002, com a visita do Chefe de Estado Hungaro, Ferenc Mádl; ainda o lançamento e apresentação de duas obras – uma fotobiografia e uma biografia - sobre o Chefe de Estado moçambicano e antigo líder da FRELIMO, Armando Guebuza, durante a luta pela independência.

São ainda organizados passeios de barco pelo Rio Douro, como foi o caso da visita do Presidente da República da Eslováquia, Ivan Gasparovic, em 2005, ou pelo Rio Tejo, tendo-se realizado uma aquando da visita do Presidente da República da Turquia, Ahmet Necdet Sezer, em 2005. Ao Presidente da República Checa, Vaclav Klaus, foi proporcionada uma visita pela parte histórica da cidade de Lisboa a bordo do conhecido elétrico 28, com finalização no miradouro das Portas do Sol, em Alfama. Para além disso, em visitas ao Porto, alguns Chefes de Estado visitaram caves do vinho Porto, como por exemplo, o Presidente da República da Estónia, que visitou as Caves Ferreira Porto, em 2005.

Estas atividades consideradas visitas históricas foram organizadas em 25% das 44 visitas realizadas a Portugal, entre 2001 e 2011. Das visitas realizadas ao Porto, 54% incluíram uma visita às caves do Vinho do Porto e 15% um passeio pelo Douro. Em Lisboa, as atividades desenvolvidas, como um passeio pelo Rio Tejo e um passeio de elétrico pela zona histórica da cidade, apenas representaram 5% das visitas realizadas na capital. Desta forma, o Porto apresenta-se como principal cidade de organização das visitas históricas, estando presente em 21% das visitas realizadas a Portugal, enquanto que Lisboa apenas foram organizadas 5% destas visitas.

A Cerimónia de Entronização do Vinho da Madeira apenas foi realizada uma vez, na visita dos Reis de Espanha à Ilha da Madeira, fazendo-se representar apenas em 2% do número total de visitas realizadas a Portugal.

Entre outras atividades e acontecimentos de carater cultural podemos ainda encontrar a entrega de dois prémios, o primeiro atribuído pelo Conselho Europeu, Prémio Norte-Sul, e um segundo prémio de carater literário e cultural, o Prémio Camões. A entrega destes prémios realizou-se em duas visitas de Estado, representando 5% dos elementos culturais representados nos programas das visitas de Estado a Portugal. O Prémio Norte-Sul foi entregue à Rainha da Jordânia aquando da visita dos Reis da Jordânia, em Março de 2009, pela luta e defesa dos direitos humanos, fomento do diálogo intercultural e reforço da solidariedade. O Prémio Camões foi entregue ao escritor brasileiro Rubem Fonseca, nos claustros do Mosteiro dos

Jerónimos, durante a visita de do Presidente da República Federativa do Brasil, Lula da Silva, em Julho de 2003.

Para além de tudo isto, realizou-se ainda a inauguração de um monumento em honra da antiga cônsul chilena em Lisboa e Prémio Nobel da Literatura de 1945, Gabriella Mistral, no Bairro Azul, em Lisboa, por parte da Presidente da República do Chile, Michelle Bachelet, em 2009.

O facto de neste setor de análise encontramos a deposição de uma coroa de flores no túmulo de Luís Vaz de Camões, elemento de especial importância em todas as visitas de Estado, e elemento protocolar das visitas, atrai notoriedade a este universo de análise dos programas.

Este conjunto de atividades aqui analisado representa 20% de todos os elementos já vistos anteriormente, entre locais visitados, agentes da cultura apresentados, e espetáculos assistidos, em termos de presença nos programas das visitas de Estados realizadas a Portugal entre 2001 e 2011, encontrando-se apenas atrás dos locais visitados que apresentam uma relevância de 63% de permanência nos programas.

2. Dinâmicas nos programas culturais das visitas de Estado

Centremo-nos agora numa análise às variações que existiram na vertente cultural dos programas das visitas de Estado a Portugal com a alteração presidencial em 2006.

Analisando novamente as figuras 3.6, 3.7, 3.8 e 3.9, rapidamente percebemos que a cultura perdeu um pouco da importância que lhe era atribuída com a alteração presidencial, em 2006, com a eleição do Presidente Cavaco Silva. Durante o período entre 2006 e 2011 praticamente todos os indicadores analisados a partir dos programas das visitas de Estado a Portugal sofrem uma diminuição, por vezes tornando-se nulos.

	Oficial	Estado	Total
2001-2006	4	19	23
2006-2011	13	9	22
			45

Quadro 3.3. Número de visitas oficiais e visitas de Estado, por mandato, 2001-2011

Esta alteração pode ser explicada de três formas. A primeira, centrando-nos no quadro 3.3, pela existência de um número mais elevado de visitas oficiais do que de visitas de Estado durante o mandato do Presidente Cavaco Silva. O valor reduzido de visitas de Estado implica que das 22 visitas realizadas a Portugal entre 2006 e 2011, apenas 9 seguiram todos os passos protocolares das visitas de Estado realizadas a Portugal que aqui nos importam. Como exemplo, podemos pensar no caso da deposição de uma coroa de flores no túmulo de Camões, no Mosteiro dos Jerónimos que, como podemos observar no gráfico 8, passou de 22 no período do mandato do Presidente Jorge Sampaio, para 9 no mandato do Presidente Cavaco Silva.

A existência de um maior número de visitas oficiais que podem significar um menor tempo de estadia do Chefe de Estado visitante em Portugal, e a permanência apenas em Lisboa, acaba por fazer com que os valores em termos culturais das visitas diminuam e, por consequência, impliquem a diminuição da importância do âmbito cultural nestas visitas e façam aumentar a relevância de assuntos políticos e económicos.

Para além desta variante, a alteração pode ser explicada através da importância dada à cultura pelo próprio Chefe de Estado português. O Presidente Jorge Sampaio se destaca durante o seu mandato pelas suas ações em termos sociais e culturais, sendo como já vimos no capítulo I, no tópico da cultura como um *soft power*, um Presidente apoiante da utilização da cultura como forma afirmação do poder, cooperando com a economia e a política. Este caso pode ser explicado pela sua área de formação – direito – e pela sua carreira profissional, ligada à defesa dos Direitos do Homem, e à presidência de organismos como a União das Cidades de Língua Portuguesa.

Assistimos, por outro lado, no mandato presidencial do Presidente Cavaco Silva, formado em finanças, que apesar de no seu mandato ter realçado a importância das relações bilaterais e multilaterais, centrou-se e teve um papel bastante relevante mais virado para o processo de construção europeia, existindo por isso, a uma “tomada de posse” dos assuntos da área cultural, pela primeira-dama Maria Cavaco Silva, que sendo bastante ligada a valores da solidariedade e da ação social, incluía quase sempre uma visita a um centro de apoio social aquando das visitas realizadas a Portugal. A questão que aqui se coloca é a de que, sendo a primeira-dama a demonstrar este interesse, as visitas com programas essencialmente culturais passaram para os programas dos cônjuges dos Chefes de Estado visitantes.

Não sendo de desvalorizar este tipo de visitas, a importância dada à transmissão a cultura portuguesa, por parte do Presidente da República português, figura personificada do país, acaba por não existir.

Na perspetiva do Dr. José de Bouza Serrano, chefe do Protocolo de Estado entre 2008 e 2011, a alteração presidencial de 2006 não alterou a vertente cultural dos programas das visitas, existindo sim uma adaptação aos gostos de cada Presidente da República. O Presidente Jorge Sampaio, sendo um homem mais virado para a cultura dava a sua opinião e decidia certos aspetos dos programas; com a alteração presidencial vemos esse papel a ser dirigido pela primeira-dama, Maria Cavaco Silva, sendo o Presidente Cavaco Silva mais ligado a aspetos políticos e económicos¹²⁶.

Podemos ainda apontar mais um fator que esteve por detrás desta alteração. A existência de uma crise financeira global em 2007-2008, fez reforçar a contenção de custos não só na vida diária da sociedade, mas também aquando da realização dos programas das visitas de Estado a Portugal. A visita a outros locais para lá de Lisboa diminuiu bastante e a existência de atividades como exposições feitas em torno da visita de um determinado Chefe de Estado viu um retrocesso.

Apesar deste fator não estar diretamente ligado à alteração presidencial em 2006, é talvez o fator de maior relevância para a diminuição do papel desenvolvido pela área da cultura nas visitas de Estado feitas a Portugal a partir desse ano.

3. Relações Culturais e manifestações culturais nos programas das visitas

Dos 45 programas das visitas de Estado realizadas a Portugal, consideramos de realçar 2 componentes de visitantes: os países pertencentes à CPLP e a visita do Papa Bento XVI. A primeira pela relação estreita existente entre Portugal e os países da comunidade, por razões principalmente de caráter histórico. A segunda por se tratar de uma visita especial, que para além de ser a visita do Chefe de Estado do Vaticano, é igualmente a visita da autoridade máxima da Igreja Católica. Apesar de se tratar de uma visita oficial, passou por 3 cidades portuguesas caracterizada por serem centros mais notáveis da religiosidade católica.

¹²⁶ Informação referida pelo Dr. José de Bouza Serrano em entrevista telefónica, realizada no dia 27 de Junho de 2016 pelas 16h.

3.1. O caso dos países da CPLP

Com uma forte ligação histórica por detrás da relação entre os Estados, as visitas de Estado a Portugal por parte de Chefes de Estado de países pertencentes à CPLP acabam por ter particularidades face a outras visitas.

A mais relevante e visível na figura 3.6, é a visita à Sede da CPLP, no Palácio Conde de Penafiel, em Lisboa, a qual é feita sempre que um Chefe de Estado de um país pertencente à organização em visita a Portugal. Durante o período entre 2001 e 2011 foram feitas 11 visitas a Portugal por parte de Chefes de Estado de países da CPLP, das quais 9 visitaram a Sede da organização, existindo sempre uma cerimónia de desencerramento de uma placa comemorativa da visita do Chefe de Estado visitante.

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Visitas da CPLP	0	3	1	1	1	0	1	1	1	2	0	11
Total das Visitas	2	6	4	6	5	0	5	5	5	6	1	45

Quadro 3.4. Número de visitas de países da CPLP em relação ao total de visitas, 2001-2011

Como é visível no quadro 3.4, no período de 10 anos em estudo, existe um padrão sendo que praticamente todos os anos Portugal foi visitado por um país da CPLP, sendo que só em 2002, as suas visitas representaram metade das visitas totais do ano. Para além disso, é de notar que nos anos de fim de mandato presidencial, nenhum Chefe de Estado de países da CPLP visitou Portugal, ou seja, em 2001, 2006 e 2011.

Visitaram o país os Presidentes Pedro Pires, Presidente da República de Cabo Verde, Xanana Gusmão, Presidente da República Democrática de Timor-Leste e Fradique de Menezes, Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, tendo os dois primeiros a ida à Fundação Mário Soares em comum. As visitas à Fundação representam muitas vezes a assinatura de acordos de cooperação, tendo sido assinado um em 2002 entre a Fundação e a Associação de Veteranos da Resistência de Timor-Leste, de “carater cultural, científico, educativo e arquivístico, com vista à preservação e disponibilização da documentação referente

à luta de Resistência do Povo de Timor-Leste”¹²⁷, com o objetivo de criação do Arquivo da Resistência Timorense em Díli.

A visita do Presidente da República Democrática de Timor-Leste, José Ramos Horta, em 2007, coincidiu com a assinatura por parte do Presidente Cavaco Silva, de um acordo cultural bilateral de cooperação no domínio da Comunicação Social, através do Instituto Camões.

Segundo o Dr. José Bouza Serrano¹²⁸, as visitas de países da CPLP, por exemplo a Museus portugueses, funcionam como forma destes virem perceber como funcionam e a sua organização, para utilizarem na criação de museus no país. Para além disso, as visitas de Estado destes países apresentam um maior sentido em termos políticos e económicos, com a visita a empresas das mais diversas áreas de serviços.

3.2. O Papa Bento XVI

Em 2010, a convite do Presidente Cavaco Silva, o Papa Bento XVI visitou Portugal numa visita de carácter oficial – como Chefe de Estado do Vaticano – e numa visita apostólica, que por essa sua vertente acabou por significar a visita do Papa a Lisboa, Porto e Fátima, em apenas quatro dias da sua estadia em Portugal.

Coincidindo com o 10º aniversário da beatificação dos três pastorinhos, Fátima, Jacinta e Francisco, a visita do Papa requereu a existência de uma organização ainda mais eficiente do que implementada numa visita de Estado de qualquer outro Chefe de Estado,

“não só dos meios normais de segurança, transportes internos (terrestres e aéreos), alojamento e logística de uma visita de Estado (mas sem o banquete na Ajuda), mas também toda a componente religiosa, com eucaristias e diversas cerimónias litúrgicas, culturais e audiências sucessivas a um amplo leque de membros da sociedade civil e religiosa nacional”¹²⁹.

¹²⁷ Caldeira, Alfredo (coord.), *Resistência Timorense – Arquivo & Museu*, Centro Cultural Português em Díli, Fundação Mário Soares, Timor-Leste, Gráfica Diocesana Baucau, p. 19.

¹²⁸ Informação referida pelo Dr. José de Bouza Serrano em entrevista telefónica, realizada no dia 27 de Junho de 2016 pelas 16h.

¹²⁹ Serrano, José de Bouza (2011), *O Livro do Protocolo*, p. 599.

Relacionada com a cultura portuguesa, logo através da sua vertente religiosa, a visita do Papa Bento XVI representou a partilha de valores e ideias comuns, a 90% da população portuguesa a identificar-se como católica.

Em termos que locais visitados em Lisboa, estes passaram pela ida ao Mosteiro dos Jerónimos, ao Palácio de Belém, ao Terreiro do Paço onde se realizou a missa, e ao Centro Cultural de Belém. Na sua passagem por Fátima, foi visitado todo o Santuário onde se realizou a missa, a Capelinhas das Aparições no santuário da Cova de Iria. E por fim no Porto, esta visita centrou-se apenas na ida à Câmara Municipal do Porto e à realização da missa na Avenida dos Aliados.

Foi organizado um encontro com o Mundo da Cultura português no Centro Cultural de Belém, no qual foram apresentados ao Papa Bento XVI, a Ministra da Cultura, Gabriela Cavanilhas, o cineasta Manoel de Oliveira¹³⁰, o Presidente da Comissão Episcopal para a Cultura, Dom Manuel Clemente. Neste encontro o Papa mostrou no seu discurso a sua satisfação por este encontro e lembrou a força da cristandade em toda História de Portugal:

“Sinto grande alegria em ver aqui reunido o conjunto multiforme da cultura portuguesa, que vós tão dignamente representais: Mulheres e homens empenhados na pesquisa e edificação dos vários saberes. A todos testemunho a mais alta amizade e consideração, reconhecendo a importância do que fazem e do que são.

(...)

De facto, a cultura reflete hoje uma «tensão», que por vezes toma formas de «conflito», entre o presente e a tradição. A dinâmica da sociedade absolutiza o presente, isolando-o do património cultural do passado e sem a intenção de delinear um futuro. Mas uma tal valorização do «presente» como fonte inspiradora do sentido da vida, individual e em sociedade, confronta-se com a forte tradição cultural do Povo Português, muito marcada pela milenária influência do cristianismo, com um sentido de responsabilidade global, afirmada na aventura dos Descobrimentos e no entusiasmo missionário, partilhando o dom da fé com outros povos.”¹³¹

¹³⁰ Manoel de Oliveira é um nome relevante na visita do Papa Bento XVI a Portugal em 2010, no primeiro caso por ter feito um estágio nos laboratórios AGFA na Alemanha e ter sido bastante influenciado por cineastas alemães ao longo da sua carreira, sendo o Papa de origem alemã, e no segundo caso por ter sido distinguido pelo prémio Robert Bresson, promovido pelo Vaticano em 2001.

¹³¹ *Discurso do Papa Bento XVI* (2010), Encontro com o Mundo da Cultura aquando da Visita do Papa Bento XVI a Portugal, Centro Cultural de Belém in <https://w2.vatican.va/content/benedict->

Em termos de espetáculos assistidos, o Papa Bento XVI assistiu durante este encontro a três peças musicais interpretadas pelo Coro de Câmara da Gulbenkian.

Apesar de não ter sido uma visita com um programa cultural forte, esta marca-se pela diferença, tanto em termos do Chefe de Estado que visitava Portugal, mas também pela sua importância em termos religiosos para um país com uma vasta comunidade católica como é Portugal. A visita do Papa Bento XVI apesar de ter sido maioritariamente de âmbito religioso, marcou-se pelo encontro do Mundo da Cultural, no qual a cultura portuguesa, e a sua História foram a base fundamental do encontro, algo que não existiu, pelo menos de forma vincada, em outras visitas de Estado a Portugal.

CONCLUSÃO

Em conclusão iremos responder às questões de partida levantadas para a elaboração deste trabalho, relacionando os resultados obtidos no estudo empírico dos programas das visitas de Estado a Portugal, entre 2001 e 2011, e as questões teóricas aqui analisadas.

Qual a importância e papel ocupado pelas manifestações culturais nos programas das visitas de Estado realizadas a Portugal? A importância, está, como afirma Johanna Catani¹³², na sua utilização como forma de diplomacia, na qual o Presidente da República pode e deve servir como um embaixador de Portugal, não só na resolução de questões políticas e económicas, mas também na transmissão da cultura portuguesa para o exterior. Sendo que quando observamos o período de 10 anos entre 2001 e 2011, não parece existir um papel relevante da cultura nos programas das visitas, não existindo sequer uma diversificação daquilo que é transmitido.

Pensemos em quais foram os aspetos culturais que se privilegiaram para serem transmitidos nas visitas de Estado. Os locais visitados praticamente não se alteram no período de 10 anos que aqui foi estudado, recaindo sempre em 3 fundamentais, o Palácio de Belém, o Palácio Nacional da Ajuda e o Mosteiro dos Jerónimos. Que como observámos no capítulo I ao falarmos no Protocolo de Estado, fazem parte do programa obrigatório de todas as visitas de Estado a Portugal. Estes três elementos são, durante o período entre 2001 e 2011, a principal representação cultural portuguesa para o exterior no que toca às visitas de Estados realizadas a Portugal. Pelo significado que têm na cultura portuguesa, principalmente nas visitas ao Mosteiro dos Jerónimos, aquando da deposição de uma coroa de flores no túmulo de Camões, representação da língua portuguesa. Elemento que se mostrou bastante mais vincado em termos culturais nestas visitas, realçando a importância da língua, tanto em termos de existência de uma identidade cultural portuguesa, como na sua notoriedade internacionalmente.

Visitas extraordinárias a locais como Sintra, Évora, ou Porto, acabam por se encontrar relacionada com o facto pertencerem ao Património Mundial da UNESCO, sendo representadas em termos culturais internacionalmente por esta entidade, ou para visitas e reuniões de carácter, principalmente económico, como é exemplo, o Palácio da Bolsa no Porto, onde é ainda prestada homenagem ao Chefe de Estado em visita a Portugal.

Individualidades apresentadas do campo da cultura, não se alteram, sendo predominante os diretores e Presidentes de Fundações, e Organizações culturais, não sendo dada tanta relevância

¹³² Catani, Johanna (1999), *State Visits as a form of Intercultural Communication*, p. 5.

à vertente artística, de forma a estes partilharem o seu trabalho. Todos aqueles que são convidados para os banquetes no Palácio Nacional da Ajuda têm uma relação com o país que visita, existindo provavelmente provas do seu trabalho no país visitante. Pensemos no caso do arquiteto Siza Vieira, com variados projetos apresentados na Alemanha, tendo sido convidado para o banquete em honra do Presidente da República Federal da Alemanha, Christian Wulff, em 2011.

O Fado foi o espetáculo mais assistido, sendo que concorria neste período à classificação a Património Oral e Imaterial da Humanidade da UNESCO, e por isso foi-lhe dado o devido destaque nos banquetes do Palácio Nacional da Ajuda.

As conferências e debates são as atividades que entram igualmente com relevância para os programas, sendo sempre acerca da utilização e ensino da língua portuguesa no Mundo, ou da realidade europeia durante aquele período.

Mas porquê estas escolhas? Tal como o Dr. José de Bouza Serrano afirma, os programas são feitos consoante o que se encontra na “moda” naquela altura¹³³, e por isso por mais que consideremos um período de 10 anos, o suficiente para encontrarmos alterações, talvez não seja o suficiente para um determinado campo cultural entrar em “voga” ou perder a relevância. Para além disso, a existência de uma crise económica neste período, como vimos acaba por fazer, diminuir as deslocações para fora de Lisboa, e o número de atividades como exposições, que anteriormente eram criadas para a visita de um determinado Chefe de Estado a Portugal. Fazendo com que os programas culturais se centrassem em certos elementos com bastante relevo e deixa-se de arriscar, e nos dá resposta à nossa última questão sobre as alterações que se deram no âmbito das atividades culturais propostas nos programas das visitas de Estado a Portugal entre 2001 e 2011. Sendo ainda de realçar a componente teórica da existência de um maior número de visitas de Estado no mandato do Presidente Jorge Sampaio, que diminuiu no mandato do Presidente Cavaco Silva que, como vimos, cria alterações nos programas e por isso mesmo na transmissão de aspetos culturais. E para além disso, a componente humana de cada Presidente da República, sendo um mais ligado à cultura e outro não dando tanta relevância a essa questão.

É importante realçarmos ainda a questão de cultura como *soft power* em Portugal. Tal como Paulo Pisco afirma, é necessário que seja compreendida e utilizada. Na perspetiva do autor, é

¹³³ Informação referida pelo Dr. José de Bouza Serrano em entrevista telefónica, realizada no dia 27 de Junho de 2016 pelas 16h.

necessário utilizar a forte emigração bastante presente nos dias de hoje, como forma de “força” portuguesa no exterior, pondo de parte a ideia que Paulo Pisco nos apresenta do facto de que “os portugueses residentes no estrangeiro continuam a ser estigmatizados, como se não tivessem perdão por terem deixado o país ou porque o país parece mais interessado em esconder aquele que é um dos maiores sintomas do nosso fracasso coletivo: a emigração”¹³⁴. Mas não será igualmente importante a transmissão da cultura portuguesa, não só os seus principais aspetos, mas realçar aspetos menos conhecidos? E para além disso ver o Presidente da República como um embaixador cultural português, que ao se relacionar diretamente com outros representantes nacionais internacionais, se deveria centrar não só na questão política e económica, mas igualmente na cultura como uma força nacional importante.

Se procurarmos casos de sucesso de utilização da cultura como *soft power*, na figura do Chefe de Estado, encontramos a Monarquia Inglesa. Alastair Stewart, afirma num artigo para a Revista escocesa *Darrow*, “Monarchy and Soft Power: The triumph of Britain without empire?”, em 2014, que existe “um prestígio que acompanha a monarquia britânica e serve como uma ferramenta de *soft power* chave para atrair outros para os valores e a cultura da Grã-Bretanha”. Para além disso, “o simbolismo e imparcialidade de Elizabeth II foi projetado com grande sucesso internacionalmente”¹³⁵, funcionando como uma representação da cultura inglesa, com todo o simbolismo associado à monarquia, que acaba por fazer da Rainha uma forma de *soft power* em termos internacionais.

Joseph Nye apresenta-nos ainda o caso dos Estados Unidos, que pela valorização de valores como a democracia e a a criação de uma ideia tão apelativa de um povo com uma identidade tão forte através do *sonho americano*, acaba por sobressair no panorama internacional. Tal como Joseph Nye afirma:

“ (...) a universalidade da cultura de um país e a sua capacidade de estabelecer um conjunto de normas e instituições favoráveis que governem setores de atividade internacional são fontes decisivas de poder. Os valores da democracia, da liberdade pessoal, da mobilidade pessoal e da

¹³⁴ Pisco, Paulo (2014), “O *soft power* português”, *Jornal Público* in <https://www.publico.pt/portugal/noticia/o-soft-power-portugues-1660863> visualizado a 2 de Setembro de 2016 pelas 12h30

¹³⁵ Stewart, Alastair (2014), “Monarchy and Soft Power: The triumph of Britain without empire?” in *Revista Darrow*, Escócia in <http://darrow.org.uk/2014/05/01/monarchy-and-soft-power-the-triumph-of-britain-without-empire/> visualizado a 20 de Setembro de 2016 pelas 16h

abertura, frequentemente expressos na cultura popular americana, a instrução superior e a política externa contribuem com o poder do nosso país [Estados Unidos]em muitas áreas”¹³⁶

Falamos aqui de grandes potências internacionais, mas que, como vimos, o conseguem ser igualmente através da utilização da sua imagem nacional para o exterior. Não conseguirá Portugal incorporar a sua cultura na sua figura presidencial e nos programas das visitas de Estado que recebe? No período em estudo, tal como enunciado numa conversa informal realizada para a elaboração deste trabalho, parece não existir uma importância realmente relevante da cultura portuguesa nestes elementos, e aliás a força da cultura nas visitas de Estado a Portugal é mínima, sendo a política e a economia as principais componentes destas visitas. A questão apontada terá que ficar para um outro estudo, mas fica no ar com a realização deste trabalho.

Os grandes obstáculos encontrados à realização deste trabalho recaíram na dificuldade de análise dos dados recolhidos nos programas das visitas e em conseguir contextualizar a análise, em termos teóricos. Apesar disso, o trabalho que aqui se compôs tentou enunciar os principais elementos culturais apresentados nas visitas de Estado, relacionando-os com a importância da representação cultural e da sua utilização como um *soft power* da diplomacia cultural portuguesa.

¹³⁶ Nye, Joseph (2002), *The Paradox of American Power: Why the world only superpower can't go it alone*, Oxford Canada, University Press, p. 39.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes

1.1. Fontes de Arquivo

Arquivo Histórico da Presidência da República (2001), *Visita do Presidente da República Bolivariana da Venezuela Hugo Chávez Frias*, PT/PR/AHPR/CC/CC0206/5242/001

Arquivo Histórico da Presidência da República (2001), *Visita de Estado de Sua Excelência o PR de Itália e Senhora de Carlo Ciampi*, PT/PR/AHPR/CC/CC0206/5243

Arquivo Histórico da Presidência da República (2002), *Visita Oficial a Portugal de Sua Excelência o Presidente da República do Mali e Senhora de Alpha Oumar Konaré* PT/PR/AHPR/CC/CC0206/5244

Arquivo Histórico da Presidência da República (2002), *Visita de Estado a Portugal de Sua Excelência o Presidente da República de Cabo Verde e Senhora de Pedro Pires*, PT/PR/AHPR/CC/CC0206/5245

Arquivo Histórico da Presidência da República (2002), *Visita de Estado a Portugal de Sua Excelência o Presidente da República da Hungria e Senhora de Ferenc Mádl*, PT/PR/AHPR/CC/CC0206/5246

Arquivo Histórico da Presidência da República (2002), *Visita Oficial do Presidente da República Democrática de Timor-Leste*, PT/PR/AHPR/CC/CC0206/5247

Arquivo Histórico da Presidência da República (2002), *Visita de Estado de Sua Excelência PR de São Tomé e Príncipe Fradique de Menezes*, PT/PR/AHPR/CC/CC0206/5250

Arquivo Histórico da Presidência da República (2002), *Visita de Estado de Sua Exa. a PR da Irlanda e Senhor Martin McAleese*, PT/PR/AHPR/CC/CC0206/5258

Arquivo Histórico da Presidência da República (2003), *Visita de Estado a Portugal de Sua Excelência o Presidente da Confederação Suíça e Senhora de Pascal Couchepin*, PT/PR/AHPR/CC/CC0206/5259

Arquivo Histórico da Presidência da República (2003), *Visita de Estado do PR da República Federal Alemã e Senhora de Johannes Rau*, PT/PR/AHPR/CC/CC0206/5261

Arquivo Histórico da Presidência da República (2003), *Visita de Estado de Sua Excelência PR do Brasil e Senhora de Lula da Silva*, PT/PR/AHPR/CC/CC0206/5074

- Arquivo Histórico da Presidência da República (2003), *Visita de Estado Sua Excelência o PR da Roménia, Ion Iliescu*, PT/PR/AHPR/CC/CC0206/5260
- Arquivo Histórico da Presidência da República (2004), *Visita de Estado do Presidente da República Checa a Portugal*, PT/PR/01/CC/0207/002667
- Arquivo Histórico da Presidência da República (2004), *Visita de Estado do Presidente da República da Polónia a Portugal*, PT/PR/01/CC/0207/002678
- Arquivo Histórico da Presidência da República (2004), *Visita de Estado do Presidente da Letónia a Portugal*, PT/PR/01/CC/0207/002687
- Arquivo Histórico da Presidência da República (2004), *Visita do Presidente da Áustria a Portugal*, PT/PR/01/CC/0207/002768
- Arquivo Histórico da Presidência da República (2004), *Visita a Portugal do Presidente da República de Moçambique Joaquim Chissano*, PT/PR/01/CC/0207/002772
- Arquivo Histórico da Presidência da República (2004), *Visita de Estado do Presidente da Bulgária a Portugal*, PT/PR/01/CC/0207/002780
- Arquivo Histórico da Presidência da República (2005), *Visita de Estado a Portugal do Presidente da Eslováquia*, PT/PR/01/CC/0207/002769
- Arquivo Histórico da Presidência da República (2005), *Visita de Estado a Portugal do Presidente de Moçambique*, PT/PR/01/CC/0207/002771
- Arquivo Histórico da Presidência da República (2005), *Visita a Portugal do Presidente da República da Turquia*, PT/PR/01/CC/0207/002777
- Arquivo Histórico da Presidência da República (2005), *Visita de Estado do Presidente da Estónia a Portugal*, PT/PR/01/CC/0207/002782
- Arquivo Histórico da Presidência da República (2005), *Visita de Estado do Presidente da Argélia a Portugal*, PT/PR/01/CC/0207/002783
- Arquivo Histórico da Presidência da República (2007), *Visita Oficial do Presidente da República do Gana, Jonh Agyekum Kufuor*, PT/PR/01/CC/0207/005115
- Arquivo Histórico da Presidência da República (2007), *Visita de Estado do Presidente da República da Lituânia Valdas Adamkus*, PT/PR/01/CC/0207/005117
- Arquivo Histórico da Presidência da República (2007), *Visita Oficial do PR do Uruguai Tabaré Vasquez*, PT/PR/01/CC/0207/005121
- Arquivo Histórico da Presidência da República (2007), *Visita Oficial do Presidente da Rússia Vladimir Putin*, PT/PR/01/CC/0207/005126

- Arquivo Histórico da Presidência da República (2007), *Visita Oficial do PR de Timor-Leste, José Ramos Horta*, PT/PR/01/CC/0207/005127
- Arquivo Histórico da Presidência da República (2008), *Visita de Estado de Suas Majestades os Reis da Suécia a Portugal*, PT/PR/02/CC/0205/005535
- Arquivo Histórico da Presidência da República (2008), *Visita de Estado de Suas Majestades os Reis da Noruega a Portugal*, PT/PR/02/CC/0205/005863
- Arquivo Histórico da Presidência da República (2008), *Vista Oficial de Sua Excelência o Presidente da Ucrânia e Senhora de Viktor Yushenko a Portugal*, PT/PR/02/CC/0205/005864
- Arquivo Histórico da Presidência da República (2008), *Visita Oficial a Portugal de Sua Excelência o Presidente de Cabo Verde e Senhora de Pedro Pires*, PT/PR/02/CC/0205/005866
- Arquivo Histórico da Presidência da República (2008), *Visita Oficial de Sua Excelência o Presidente da República de Malta e Senhora de Edward Fenech Adami a Portugal*, PT/PR/02/CC/0205/005868
- Arquivo Histórico da Presidência da República (2009), *Visita de Estado a Portugal de Sua Excelência o Presidente da República de Angola*, PT/PR/02/CC/0205/005870
- Arquivo Histórico da Presidência da República (2009), *Visita a Portugal de Suas Majestades os Reis da Jordânia*, PT/PR/02/CC/0205/005871
- Arquivo Histórico da Presidência da República (2009), *Visita de Estado a Portugal de Sua Alteza o Emir do Estado do Qatar, Sheikh Hamad Al Thani e Sua Alteza Sheika Mozah Bint Nasser Al Missned*, PT/PR/02/CC/0205/005872
- Arquivo Histórico da Presidência da República (2009), *Visita de Suas Majestades os Reis de Espanha à Região Autónoma da Madeira*, PT/PR/02/CC/0205/005874
- Arquivo Histórico da Presidência da República (2009), *Visita de Estado a Portugal de Sua Excelência a Presidente da República do Chile, Dr^a. Michelle Bachelet*, PT/PR/02/CC/0205/005877
- Arquivo Histórico da Presidência da República (2010), *Visita Oficial do Presidente da República da Guiné-Bissau, 17-19 Fevereiro 2010*, PT/PR/02/CC/0205/007029
- Arquivo Histórico da Presidência da República (2010), *Visita do Príncipe Alberto do Mónaco, 9 Abril 2010*, PT/PR/02/CC/0205/007030
- Arquivo Histórico da Presidência da República (2010), *Visita de Estado do Presidente da República de Moçambique, 28-30 Abril 2010*, PT/PR/02/CC/0205/007031
- Arquivo Histórico da Presidência da República (2010), *Visita Oficial do Papa Bento XVI, 11-14 Maio 2010*, PT/PR/02/CC/0205/007032

Arquivo Histórico da Presidência da República (2010), *Visita de Estado dos Grão-Duques do Luxemburgo, 7-9 Setembro 2010*, PT/PR/02/CC/0205/007033

Arquivo Histórico da Presidência da República (2010), *Visita de Estado do Presidente da República Popular da China, 6-7 Novembro 2010*, PT/PR/02/CC/0205/007037

Arquivo Histórico da Presidência da República (2011), *Visita Oficial do PR da Alemanha, Christian Wulff*, PT/PR/02/CC/0205/007075

1.2. Fontes Orais

Entrevista telefónica ao Dr. José de Bouza Serrano, Chefe do Protocolo de Estado entre 2008 e 2011, realizada no dia 27 de Junho de 2016 pelas 16h

Conversa informal via telefone ao Dr. José Manuel dos Santos, Assessor dos Assuntos Culturais do Presidente Jorge Sampaio entre 1996 e 2006, realizada no dia 30 de Junho de 2016 pelas 16h

1.3. Outras Fontes

a o

Acordo de Cooperação entre Instituições de Ensino Superior dos Países membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (1998), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Praia

Declaração Constitutiva da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (1996), Comunidade de Países de Língua Portuguesa, Lisboa

Decreto-Lei nº40/2006 de 25 de Agosto, *Diário da República*, 1.ª série — N.º 164 — 25 de Agosto de 2006

Decreto-Lei nº 21/2012 de 30 de Janeiro do *Diário da República* - 1ª série - Nº 21 - 30 de janeiro de 2012

Discurso de SEXA PR por ocasião do Banquete oferecido em honra do Presidente da República da Estónia e Senhora (2005), Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa in <http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/main.html> visualizado a 20 de Outubro de 2016 pelas 21h

Discurso do Papa Bento XVI (2010), Encontro com o Mundo da Cultura aquando da Visita do Papa Bento XVI a Portugal, Centro Cultural de Belém in https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2010/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20100512_incontro-cultura.html visualizado a 3 de Outubro de 2016 pelas 18h

Discurso do Presidente da República no Banquete de Estado em honra de Sua Excelência o Presidente da República da Guiné-Bissau, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa in <http://anibalcavacosilva.arquivo.presidencia.pt/?idc=22&idi=36927> visualizado a 20 de Outubro de 2016 pelas 21h

“European Capitals of Culture”, Comissão Europeia, Bruxelas in https://ec.europa.eu/programmes/creative-europe/actions/capitals-culture_en visualizado a 10 de Setembro de 2016 pelas 21h

Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (2007), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, revisão de 2007, Lisboa

“Programa 2014-2020”, Europa Criativa, Bruxelas in http://www.europacriativa.eu/programa_20142020 visualizado a 10 de Setembro de 2016 pelas 21h

Sampaio, Jorge (2013), Discurso oficial na abertura do quinto Fórum da Aliança das Civilizações, Viena, in <http://www.unaoc.org/2013/02/statement-by-jorge-sampaio-un-high-representative-for-the-alliance-of-civilizations-at-the-opening-of-the-fifth-global-forum-of-the-alliance-of-civilizations/> visualizado a 2 de Setembro de 2016 pelas 21h

Silva, Aníbal Cavaco (2008), Discurso do Presidente da República Aníbal Cavaco Silva na Sessão Solene das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, Viana do Castelo in <http://anibalcavacosilva.arquivo.presidencia.pt/diadeportugal2008/?idc=519&idi=17148> visualizado a 2 de Setembro de 2016 pelas 21h

2. Bibliografia

Agius, Christine (2009), “Social Constructivism” in Collins, Alan, *Contemporary Security Studies*, Oxford, Oxford University Press

Alves, Dário de Castro (1995), “A Comunidade de Países de Língua Portuguesa” in Revista *Nação e Defesa*, Nº 74, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, pp. 79-91

Avelar, Mafalda (2012), “Portugal deve usar o *soft power* da sua língua e cultura”, *Jornal Económico*, Entrevista realizada ao Professor Joseph Nye, em Março de 2012 aquando do lançamento do seu novo livro “O Futuro do Poder”, in http://economico.sapo.pt/noticias/portugal-deve-usar-o-soft-power-da-sua-lingua-e-cultura_140482.html visualizado a 2 de Setembro de 2016 pelas 11h30

- Barreto, António (1995), “Portugal na Periferia do Centro: mudança social, 1960 a 1995” in *Análise Social*, Volume XXX, pp. 841-855
- Bernhardt, Rudolf (dir.) (1986), *Encyclopedia of public international law – International Relations and legal cooperation in general diplomacy and consular diplomacy*, Número 9, Amesterdão, North-Holland Editores
- Caldeira, Alfredo (coord.), *Resistência Timorense – Arquivo & Museu*, Centro Cultural Português em Dili, Fundação Mário Soares, Timor-Leste, Gráfica Diocesana Baucau
- Carrilho, Manuel Maria (1999), *Hipóteses de Cultura*, Lisboa, Editorial Presença
- Catani, Johanna (1999), *State Visits as a form of Intercultural Communication*, Tese de Pós-Graduação em Comunicação Organizacional e Relações Públicas, Universidade de Jyväskylä, Finlândia in <https://jyx.jyu.fi/dspace/handle/123456789/12927> visualizado a 2 de Setembro de 2016 pelas 21h
- Cuche, Denys (1999), *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*, Lisboa, Fim de Século Edições
- Deutsh, Karl (1982), *Análise das Relações Internacionais*, Brasília, Editora Universidade de Brasília
- Espadinha, Maria Antónia e Silva, Roberval (2009), “O Português de Macau” in *A Língua Portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*, I Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, Universidade de Évora
- Fernandes, Moisés Silva (2008), *Confluência de Interesses: Macau nas relações luso-chinesas contemporâneas 1945-2005*, Coleção Biblioteca Diplomática, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, Europress Lda.
- Gallarotti, Guilio (2011), “Soft Power: What it is, Why it’s important, and the conditions for its effective use”, *Journal of Political Power*, Volume 4, 1ª Edição, pp. 25-47
- Giddens, Anthony (1997), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- Gonçalves, António Custódio (2000), “Gestão Política das identidades culturais: desafios à democratização”, *Revista Africana Studia*, Número 3, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, pp. 9-17
- Guedes, Armando Marques (1992), *Dicionário de Diplomacia Cultural Portuguesa*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Direção dos Serviços Culturais
- Guedes, Armando Marques (1992), *Os Acordos Culturais bilaterais e a Diplomacia Cultural Portuguesa*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Direção dos Serviços Culturais
- Guedes, Armando Marques (1999), “Continuidades e Transformações na Política Cultural Internacional do Estado, 1974-1999” in *Working Papers*, Nº 7, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

- Hall, Stuart (1997), *Representation – Cultural Representations and Signifying Practices*, Londres, Sage Publicações, The Open University
- Hannerz, Ulf (1992), *Cultural complexity: studies in the social organization of meaning*, Nova Iorque, Columbia University Press
- Henriques, Eduardo Brito (2002), “Novos desafios e orientações das políticas culturais: Tendências nas democracias desenvolvidas e especificidades do caso português” in Revista *Finisterra*, Volume XXXVII, Nº 73, CEG-ULisboa, pp. 61-80
- Hobsbawm, Eric (1998), *A questão do Nacionalismo - Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito, realidade*, Lisboa, Editora Terramar
- Kuper, Adam (1999), *Culture – The Anthropologists Account*, Massachusetts, EUA, Harvard University Press
- Laborinho, Ana Paula (2015), “Linhas de Orientação da Ação Cultural Externa” in *Seminário de Ação Externa – Portugal no Mundo*, Lisboa, Instituto da Cooperação e da Língua – Instituto Camões – I.P. in http://d3f5055r2rwsy1.cloudfront.net/images/images_divulgacao/01abertura_v3.pdf visualizado a 15 de Setembro de 2016 pelas 15h
- Lessa, Mônica Leite (2002), “Relações Culturais Internacionais” in Menezes, Lená Medeiros de (org.), *Olhares sobre o político: Novos ângulos, Novas Perspetivas*, Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- Lourenço, Eduardo (1994), *Nós e a Europa ou as duas razões*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda
- Mattoso, José (1998), *A Identidade Nacional*, Cadernos Democráticos, Fundação Mário Soares, Lisboa, Edições Gradiva
- McMurry, Ruth Emily e Muna Lee (1947), *The Cultural Approach – Another way in International Relations*, Chapel Hill, Universidade da Carolina do Norte
- Mitchell, J. M. (1986), *International Cultural Relations*, The British Council, Allen & Unwin, Londres
- Moreira, Fernando Torres (2006), “Identidade Cultural Portuguesa: espaço de autonomia e diversidade”, *Revista de Letras*, Número 5, in <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/zips/moreira2.rtf>, consultado a 23 de Fevereiro de 2016 pelas 15h30
- Nye, Joseph (2002), *The Paradox of American Power: Why the world only superpower can't go it alone*, Canada, Oxford University Press
- Nye, Joseph S. (2004), *Soft Power – The Means to Success in World Politics*, Nova Iorque, PublicAffairs Publishers

- Nye, Joseph (2007), “Smart Power”, *The Huffington Post* in http://www.huffingtonpost.com/joseph-nye/smart-power_b_74725.html consultado a 31 de Agosto de 2016 pelas 12h36
- Nye, Joseph (2012), *O Futuro do Poder*, Lisboa, Círculo de Leitores
- Palma, Fernando Miguel (2013), *O Quinto Elemento da Política Externa Portuguesa e o Conceito de Soft Power*, Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais Área de Especialização em Globalização e Ambiente, Universidade Nova de Lisboa
- Patrício, Manuel Ferreira (2008), “A identidade nacional num Mundo Intercultural” in *Desafios à Identidade*, Coleções Portugal: Percursos de Interculturalidade, Volume IV, Lisboa Ed. ACIDI/CEPCEP, pp. 424-464
- Pires, Maria Laura Bettencourt (2006), *Teorias da Cultura*, Lisboa, Universidade Católica Editora
- Pisco, Paulo (2014), “O soft power português”, *Jornal Público* in <https://www.publico.pt/portugal/noticia/o-soft-power-portugues-1660863> visualizado a 2 de Setembro de 2016 pelas 12h30
- Sá, Tiago Moreira de (2015), *Política Externa Portuguesa*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos
- Sarmiento, Cristina Montalvão (2009), “As ‘vantagens’ atuais da cultura” in Godinho, Paula, Susana Pereira Bastos, Inês Fonseca (coord.), *Jorge Crespo: Estudos em Homenagem*, Loulé, Editora 100LUZ, pp. 517-531
- Seabra, José Augusto (1990), “A identidade cultural portuguesa – Um personalismo universalista” in *Revista Nação e Defesa*, Ano XV, Número 53, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, pp. 88-102
- Serrano, José de Bouza (2011), *O Livro do Protocolo*, Lisboa, A Esfera dos Livros
- Stevenson, Nick (2001), “Culture and Citizenship: An Introduction” in Stevenson, Nick (ed.), *Culture & Citizenship*, Politics and culture: a theory, culture & society series, Londres, Sage Publications, pp. 1-10
- Stewart, Alastair (2014), “Monarchy and Soft Power: The triumph of Britain without empire?” in *Revista Darrow*, Escócia in <http://darrow.org.uk/2014/05/01/monarchy-and-soft-power-the-triumph-of-britain-without-empire/> visualizado a 20 de Setembro de 2016 pelas 16h
- Teles, Ana Filipa (2009), *A Dimensão Cultural da Política Externa Portuguesa: Da década de noventa à atualidade*, Dissertação de Mestrado em Ensino do Português como Língua Segunda e Estrangeira, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa

VVAA (2005), *Visões de Política Externa Portuguesa – Ciclo de Conferências-debate organizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa em colaboração com o Instituto Diplomático do MNE*, Lisboa, Comissão de Relações Internacionais da Sociedade de Geografia de Lisboa, Europress Lda.

Woodward, Kathryn, “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual” in Silva, Tomaz Tadeu da (org.) (2005), *Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*, Rio de Janeiro, Editora Vozes